



- 26** Esporte, olimpismo e juventude: em busca do protagonismo social
Marta Corrêa Gomes
- 32** Qualidade de vida e espaços públicos de lazer para a juventude empobrecida
Edgard Matiello Júnior, Marília Irene Inácio e Paulo Ricardo do Canto Capela
- 36** Mercado do futebol, juventude e escola
Antonio Gonçalves Soares, Tiago Bartholo, Leonardo Silva de Melo e Hugo Almeida da Rocha
- 40** Megaeventos, legado e educação olímpica
Rodrigo Koch
- 43** Juventude e esportes radicais: elementos associados à esfera do lazer
Ricardo Ricci Uvinha
- 45** Jogada de três pontos
Toni C.

NESTA EDIÇÃO



Qual a cara do ensino médio brasileiro?

Entrevista com
Gaudêncio Frigotto

4

2 EDITORIAL

8 Juventude e trabalho no Brasil
Luisa Barbosa Pereira

47 Seminário revela unidade das juventudes político-partidárias para aprofundar os avanços em 2010
Fernando Henrique Borgonovi

50 Sobre a pesquisa "Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude"
Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay

57 O amanhecer deixou de ser uma tentação - A epopeia da Juventude Sandinista na Nicarágua
Luciano Rezende Moreira

POR QUE CHORAS?
O lugar da sensibilidade em uma tribo juvenil contemporânea: os emos
Angela Schirmer Simão

12



Juventude@
Juventude.br

60



Juventude.br é uma publicação do
**Centro de Estudos e Memória da
Juventude – CEMJ**

Rua Treze de Maio, 1016 - conj. 2
Bela Vista São Paulo - SP – CEP 01327-000
cemj@cemj.org.br www.cemj.org.br

Editor e jornalista responsável:

Fábio Palácio de Azevedo

Editores-assistentes:

Brenda Espíndula

Capa e diagramação:

Cláudio Gonzalez

Preparação e revisão de originais:

Fábio Palácio de Azevedo

Comercialização e distribuição:

Rovilson Portela

Tiragem: 8.000 exemplares

CONSELHO CONSULTIVO DO CEMJ:

Alessandro Lutfy Ponce de Leon, Arthur
José Poerner, Augusto Buonicore, Fábio
Palácio de Azevedo, Fabiano de Souza Lima,
José Carlos Ruy, Mary Castro, Natividade
Guerrero Borrego, Regina Novaes.

DIRETORIA DO CEMJ:

Presidente

Fabiana Costa

Diretor de Planejamento e Patrimônio-

Rovilson Portela

Secretário Geral

Augusto Vasconcelos

Diretora de Estudos e Pesquisas

Brenda Espíndula

Diretor de Memória

Fernando Garcia

Diretor de Cultura

Carolina Maria Ruy

Diretor de Comunicação

Vandré Fernandes Barros

**Diretor de Atividades Educativas e
Esportivas**

Alexandre Rosa

A revista **juventude.br** aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério da editoria e do Conselho Consultivo do CEMJ, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica em compromisso da revista ou do CEMJ com seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15.000 caracteres com espaços. Artigos maiores dependerão de acordo prévio com o editor. Os artigos devem ser enviados no programa *Word for Windows* e os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

AOS LEITORES

O esporte não é em si conservador
nem progressista, e tampouco é neutro

Após ter sido escolhido, há um ano, para realizar a Copa do Mundo de 2014, neste momento o Brasil festeja também sua eleição como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Mais que nunca, o esporte toma conta das rodas de conversas, estimula o mercado esportivo a projetar seu crescimento, nutre o anseio de milhares de jovens de se tornarem atletas. A realização, em nosso país, de dois megaeventos esportivos faz vibrar o povo e a juventude brasileira, que sonham com a possibilidade da formação de uma geração vitoriosa de atletas representantes de nosso país.

É nesse contexto que Juventude.br se propõe uma reflexão sobre as relações entre juventude e esporte. Longe de constituir-se em fenômeno neutro, de dimensão puramente física e fisiológica, o esporte – como outras manifestações da cultura humana – é um potente terreno de disputa simbólica. Não por acaso, importantes pesquisadores da área apontam como, desde a emergência do esporte moderno, na Inglaterra do século XIX, este tem sido apropriado pelos interesses hegemônicos, que frequentemente o concebem como correia de transmissão das normas e valores dominantes, destinados à manutenção do status quo.

No Brasil tivemos, ao longo da história, inúmeros exemplos dessa tendência. Vale lembrar a instrumentalização do esporte promovida pelos governos militares, que frequentemente associavam a seleção brasileira ou a organização dos torneios nacionais a suas ideias e propósitos políticos conservadores. No mesmo sentido, concebiam os jogos estudantis como meio de inculcação, na juventude brasileira, de ideias políticas, valores morais e modelos de comportamento (sobre esse assunto, ver o livro *Memória do esporte educacional brasileiro*, lançado em 2007 pelo Centro de Estudos e Memória da Juventude).

Mas o esporte não é em si conservador nem progressista, e tampouco é neutro. Sendo uma prática coletiva, é resultado de relações sociais determinadas, é produto da cultura e das relações humanas, não podendo jamais ser essencializado como portador de significados pré-determinados, sejam eles de virtuosidade ou de iniquidade. Esse caráter ambíguo é precisamente o que potencializa o esporte como espaço de disputa política e simbólica, capaz de mobilizar chefes de Estado e nações inteiras, como aconteceu recentemente por ocasião da escolha do país-sede das Olimpíadas de 2016 – um evento a princípio trivial, não fossem os poderosos interesses políticos que tem a capacidade de congregar.

O esporte é, assim, um elemento da cultura (e, em particular, da chamada cultura corporal) que traz em si características específicas, no mais das vezes embaladas em uma aura de universalidade. É essa “aura” o principal elemento a viabilizar a fetichização do esporte, fenômeno corrente em nossos dias, fortemente associado à espetacularização promovida pela grande mídia.

Entretanto, apesar desse brilho de universalidade, o esporte não existe a par do Homem. Ele não é fruto da sabedoria de deuses como aqueles do Monte cujo nome deu origem ao maior evento esportivo do planeta – os Jogos Olímpicos. A menos que sejamos capazes de conceber os “deuses” mais ou menos como o faziam os antigos gregos – isto é, como personificações das mais nobres potencialidades coletivas do ser humano.

Mas essa não seria, no fundo, mais que uma forma sublimada de entender o esporte como atividade “humana, demasiado humana”. Como tal, ela é

apropriada no dia a dia por atores sociais os mais diversos. Ganha, assim, colorações específicas, apresentando-se como complexo de sentidos e manifestações particulares que contrastam com a pretensa universalidade de sua linguagem. Como afirma Marta Corrêa Gomes nesta edição de Juventude.br, “embora o esporte seja dotado de princípios constitutivos, como a competição, os valores não são essencialmente do esporte, mas se refletem no esporte e são também gerados a partir dos significados que os indivíduos, grupos sociais e instituições dão à sua prática”.

Algumas questões saltam à vista quando analisamos a relação entre esporte e juventude. Por que essas duas dimensões revelam sempre uma ligação tão íntima, sendo frequentemente associados os valores esportivos ao “ser jovem”? Por que a condição juvenil tem sido comumente retratada – inclusive, mas não apenas, na publicidade – através dos valores propalados pelo esporte? E de que maneira um projeto nacional na área do esporte pode ser construído de modo a contribuir com o desenvolvimento das potencialidades da juventude brasileira? Tais questões – que não admitem resposta unívoca, arduas que são a simplismos – têm a capacidade de evidenciar a intrincada teia de conexões analíticas suscitadas pelas relações entre juventude e esporte.

Não se pode negar a contribuição que os jovens, ao longo dos tempos, têm dado à criação e disseminação de modalidades esportivas, demonstrando, assim, sua importância como produtores de cultura. Inversamente, na medida em que as atividades esportivas de caráter informal vão sendo normatizadas / institucionalizadas, acabam também por contribuir para a estruturação do jovem enquanto sujeito, estabelecendo-se como meios de aprendizagem socioeducativa.

Porém, embora boa parte de nossa juventude vivencie a experiência esportiva como dimensão formativa, o contrário também pode ser percebido. Se temos em vista o que ocorre em relação ao futebol em nosso país, poderemos constatar que nem sempre essa modalidade joga a favor de uma formação sadia de nossa juventude. Para aqueles que vislumbram no futebol um projeto de carreira profissional e/ou uma possibilidade de ascensão social, ele acarreta na grande maioria das vezes consequências desastrosas, podendo degradar mais que dignificar. É o que mostram Antonio Soares, Tiago Bartholo, Leonardo Melo e Hugo da Rocha em artigo nesta edição. Na maioria dos casos, o desejo de altos salários e de boas condições de trabalho é mera ilu-

são, já que apenas para uma minoria essa oportunidade se torna realidade. As “peneiradas” dos 20 maiores clubes – verdadeiro vestibular para a carreira no futebol – “aproveita” somente 1% dos jovens que nelas se aventuram. Muitos deles acabam preterindo a escolarização, abandonada em função de uma intensa agenda de treinamentos físicos.

Fatos como esses chamam atenção para o tema das práticas esportivas como elementos de cidadania, na condição de direitos fundamentais. Foi a crescente intervenção do Estado, a partir de meados do século XX, que garantiu a massificação do esporte, bem como sua prática sistemática na escola (com ênfase na ampliação da base de atletas com vistas ao alto rendimento). Em muitos casos, o Estado também foi decisivo para a democratização do esporte como prática de lazer. Mesmo com a transformação de necessidades humanas em mercadoria, que ocorre também no âmbito do esporte, a história mostrou que a luta contra o capitalismo, tendo a juventude como protagonista, garantiu avanços também no terreno da atividade esportiva, hoje considerada essencial para uma vida com mais qualidade e dignidade.

A disputa de concepções em torno do esporte, de seu caráter e de suas finalidades, foi uma constante na história, sendo mesmo parte da luta política geral. Quando concebida como política pública a partir de visões liberais, a prática esportiva tem sido vista como elemento útil à superação de situações de risco social vivenciadas pela juventude (delinquência, criminalidade, uso de drogas etc). Nessa perspectiva, o esporte acaba sendo pensado como política assistencialista, voltada à garantia da segurança e da coesão social. Cabe a uma perspectiva democrática ultrapassar essa visão utilitarista da prática esportiva como panaceia para as desigualdades sociais. Como lembram Edgard Mattiello Jr, Marília Inácio e Paulo Ricardo Capela em sua contribuição a este número de Juventude.br, é importante conceber o esporte e as políticas de esporte para a juventude como direitos de cidadania, fundantes da dignidade humana, da qualidade de vida e de uma nova relação com o espaço público.

Mas a importância do esporte e das políticas públicas nessa área não para por aí. Para além de elemento promotor do desenvolvimento humano, o esporte também pode contribuir sobremaneira para a projeção de nossa imagem e a afirmação do Brasil no concerto das nações. Este é um dos desafios que estará colocado para o Brasil nos próximos anos: o de reinventar o chamado “efeito olímpico”, construindo uma Olimpíada com as cores e a cara do Brasil, em diálogo permanente com a realidade de nosso povo. Uma Olimpíada, como afirma Rodrigo Koch nesta edição, capaz de deixar um imenso legado, que beneficie a maioria do povo brasileiro. Não é pedir demais: nosso povo e nossa juventude, os verdadeiros heróis do esporte nacional, devem ser também os principais beneficiários das políticas praticadas nessa área. 

Para além de elemento promotor do desenvolvimento humano, o esporte também pode contribuir sobremaneira para a projeção de nossa imagem e a afirmação do Brasil no concerto das nações.

Qual a cara do ensino médio brasileiro?

Entrevista com Gaudêncio Frigotto

por Raquel Junia e Marcos Vasconcellos*

Gaudêncio Frigotto é docente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), autor de livros e artigos sobre educação e um reconhecido analista crítico do sistema educacional brasileiro. Nesta entrevista ele aborda a situação atual do ensino médio em nosso país, buscando entender seus condicionantes históricos.

Juventude.br – Que aspectos de nossa história levaram ao modelo de ensino médio que temos hoje?

Gaudêncio Frigotto – O não atendimento em quantidade e qualidade do ensino médio vem de uma sociedade que viveu um longo período de colonização. Fomos colônia de franceses, holandeses, ingleses e, finalmente, dos portugueses. Somos, por outra parte, a sociedade ocidental que mais demorou em promover a libertação dos escravos, quase 400 anos. Isso deu um caldo cultural em que a classe dominante só muito vagarosamente evoluiu até mesmo para ter um espírito capitalista. Por isso essa classe não foi capaz de produzir e completar a revolução burguesa no Brasil. Preferiu associar-se de forma subordinada às burguesias dos centros hegemônicos do capitalismo.

Aquela imagem de que o escravo era um animal que fala está muito presente como um estigma escravocrata da burguesia brasileira. Estigma que afeta o Poder Judiciário, os políticos, a universidade e, sobretudo, a classe empresarial. Agora o trabalhador é percebido

Raquel Lima – Coord. Comunicação UFRJ



Gaudêncio Frigotto

como um animal que pensa ou, como queria Taylor em sua teoria da administração, como um macaco domesticável. A herança dessa cultura traduz-se na ideia de que o trabalhador precisa ser adestrado ou frequentar apenas alguns anos de escolaridade. Daí também sermos hoje uma das sociedades que pior remuneram o trabalho assalariado. A classe dominante brasileira até hoje sequer se colocou como problema a universalização real do ensino fundamental. Acesso à escola, por si, é uma conquista, mas isso não significa acesso ao conhecimento e à cultura.

Por outro lado, na década de 1990 efetiva-se o desenlace da confrontação de projetos de desenvolvimento entre uma nação soberana e um país de capitalismo dependente. O pêndulo, para usar a metáfora do sociólogo Otavio Ianni, definiu-se e afirmou-se por um capitalismo dependente de desenvolvimento

Aquela imagem de que o escravo era um animal que fala está muito presente como um estigma escravocrata da burguesia brasileira. Estigma que afeta o Poder Judiciário, os políticos, a universidade e, sobretudo, a classe empresarial. Agora o trabalhador é percebido como um animal que pensa ou, como queria Taylor em sua teoria da administração, como um macaco domesticável. A herança dessa cultura traduz-se na ideia de que o trabalhador precisa ser adestrado ou frequentar apenas alguns anos de escolaridade.

desigual e combinado, onde a baixa escolaridade, o trabalho informal e o trabalho simples, ao contrário de representarem empecilhos, são sua condição. Uma sociedade na qual grassam as atividades ligadas ao trabalho simples e onde há poucos nichos de trabalho complexo.

O ensino de nível médio universal não se coloca, pois, como problema para esse tipo de sociedade. Daí o descalabro quantitativo e qualitativo e os reiterados espasmos de mudanças, de novas propostas e novos projetos para o ensino médio.

Houve uma reunião no Ministério da Educação no início de 2008 para debater a crise do ensino médio alardeada pelo pesquisador José Pas-

É inegável o esforço do governo para ampliar o ensino médio em todo o Brasil, especialmente o ensino técnico.

tore, da USP. Ele usou a expressão “apagão educacional”, que foi seguida pelo vozerio, de cunho moralista, do dever ser, entoado por políticos e empresários. Nessa reunião, causaram certo espanto três indicadores custo/aluno que assinalei.

O primeiro foi retirado de uma pesquisa patrocinada pelo Inter-American Dialogue e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, cujo relatório intitula-se “Futuro em Risco” e trata da crise da educação na América Latina. Nesse relatório é assinalado que o valor a ser investido no ensino fundamental e médio, a fim de que sejam atingidos os patamares dos países desenvolvidos, é de 4.170 dólares, aproximadamente 8.500 reais por aluno/ano em valores de então. A surpresa e o espanto vêm da seguinte constatação: se tanto se propala a ideia linear e economicista de que a educação básica é a galinha dos ovos de ouro para o

desenvolvimento, por que o Estado brasileiro apenas investe, mesmo agora com o Fundeb (fundo voltado ao desenvolvimento da educação básica), cinco vezes menos por aluno/ano do que o apontado pelo indicador acima?

Os dois outros indicadores, para não sair do nosso contexto, os tomei da representante das mantenedoras do ensino médio privado e dos demais presentes na reunião. Eram dois ministros, diretores, coordenadores e técnicos do MEC ligados ao tema, e ainda alguns pesquisadores convidados. Da representante das escolas privadas retirei o dado do valor das 12 mensalidades da escola da qual era dona, por ela definida como de boa qualidade. A média de mensalidade era de 750 reais. Isso vezes 12 dá um custo contábil aluno/ano de 9.000 reais. Por fim, a maior parte dos presentes educou seus filhos em escolas de ensino básico privado. Considerando-se o pagamento para o efetivo aprendizado de uma segunda língua em cursos especializados, já que mesmo as escolas privadas consideradas de bom nível não dão conta disso, o custo médio aluno/ano é de mais de 10 mil reais.

A reforma do ensino médio delineada pelo decreto lei 2.2008/96 do

governo Fernando Henrique Cardoso e de seu ministro Paulo Renato de Souza baseava-se na ideia de que o ensino da rede de centros federais de educação tecnológica era caro. Mas seu custo contábil não chegava a 6 mil reais. Não por acaso foi aquele governo que protagonizou a reforma e o desmonte do Estado e ampliou a privatização e a deterioração da educação pública. Da mesma forma, não por acaso ambos são intelectuais que reforçam o atraso da burguesia brasileira.

Juventude.br – Como o senhor vê os esforços do Ministério da Educação para ampliar o ensino médio na quantidade e na qualidade?

Gaudêncio Frigotto – Acho que o atual governo, com o decreto 5154/04, sinalizou a possibilidade de mudanças, mas nem o governo nem a sociedade se mobilizaram para inverter de fato o que se plan- tou nos anos duros de ideologia e política neoconservadora. É inegável o esforço do governo para ampliar o ensino médio em todo o Brasil, especialmente o ensino técnico. Houve a tentativa de comprometer o sistema S no sentido de transformar em bolsas uma fatia substantiva dos mais de seis bilhões de fundo público que administra privadamente. Mas as forças conservadoras empresariais e outras, dominantes no congresso, no presente e no passado, vetaram um avanço significativo. Apenas, com uma parcela de boa vontade, negociaram algumas bolsas. Ainda assim, notícias veiculadas na imprensa mostram que essa medida não vem sendo cumprida. Apesar de tudo, o que cabe sublinhar é que se sinaliza um avanço quantitativo no ensino médio, embora o mesmo não esteja acontecendo no que diz respeito à superação da dualidade e da fragmentação.

Luiz Guilherme Fernandes – Em Diálogo/UFF



Escola Estadual Álvaro Adolfo, em Santarém/PA



Professora conversa sobre o projeto Ensino Médio em Diálogo no Instituto Clélia Nanci, em São Gonçalo/RJ

No ensino público a ênfase têm sido as escolas técnicas profissionalizantes. O próprio MEC mantém na sua estrutura a dualidade – uma Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e outra para o ensino médio tradicional –, reforçando a falsa dicotomia entre técnico e acadêmico, geral e específico.



Raquel Junia – Em Diálogo/UFF

Acima: estudantes cariocas protestam em apoio aos professores na última greve da categoria. Abaixo: estudantes do Colégio Estadual Lauro Correa, em São Gonçalo/RJ



Luiz Guilherme Fernandes – Em Diálogo/UFF

Como assinalei, no ensino público a ênfase têm sido as escolas técnicas profissionalizantes. O próprio MEC mantém na sua estrutura a dualidade – uma Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e outra para o ensino médio tradicional –, reforçando a falsa dicotomia entre técnico e acadêmico, geral e específico. A ideia do ensino médio integrado, como um tempo de travessia para um ensino médio unitário, evaporou-se.

Juventude.br – O que o senhor chama de ensino médio tradicional tem caráter não vocacional, não profissionalizante?

Gaudêncio Frigotto – Sim. É o ensino médio que Destutt de Tracy, no início do século 20, definia como aquele destinado a quem tinha muito tempo para ficar na escola. Aí se forma a base daqueles que se destinam à posição de dirigentes. O vocacional ou profissional seria destinado aos que desde cedo necessitam aprender o duro ofício do trabalho penoso a que se destinam, de acordo com esse autor.

No Brasil, ao mesmo tempo em que se ampliava a rede escolar criou-se, na década de 1940, a rede de escolas técnicas federais – depois alçadas a centros federais de educação tecnológica (CEFETs), atualmente re-alçadas a institutos

Esse nível de educação (ensino médio) é constitucionalmente atribuído aos estados. E, dado que manter laboratórios, professores qualificados e bons espaços educativos é caro, poucos governos estaduais investem efetivamente.

federais de educação tecnológica (IFETs) – e o sistema S, principian-do com SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). A rede de CEFETs oferecia um ensino médio integrado, ministrando uma formação geral bastante fraca e um aprendizado profissional direcionado à formação de técnicos de nível médio, que poderiam tentar também as carreiras mais disputadas nas universidades. Por isso a disputa para ingresso nessas escolas era elevadíssima; a relação aluno/vaga chegava, em alguns casos, a mais de 50 para 1. Mesmo que tivessem um viés tecnicista e dual, tratava-se de instituições de melhor qualidade, equiparáveis apenas ao Colégio Pedro II (RJ), aos colégios de aplicação e a algumas outras raras experiências de ensino público.

Mas as matrículas de ensino médio em instituições mantidas pela União não ultrapassam hoje 1% do total, mesmo com a recente ampliação. Esse nível de educação é constitucionalmente atribuído aos estados. E, dado que manter laboratórios, professores qualificados e bons espaços educativos é caro, poucos governos estaduais investem efetivamente. Resulta disso que as matrículas de ensino médio em instituições estaduais (quase 80% do total) enfrentam condições estruturais pífias. O ensino médio está engessado, não se expande ou se expande pouco e é de péssima qualidade para os alunos tanto na condição de cidadãos quanto como pessoas que precisam enfrentar a atual base técnica do sistema produtivo em todas as áreas.

O ex-ministro da educação Cristóvão Buarque encampava a proposta de federalizar esse nível



de ensino. Penso que essa seria uma decisão estratégica se também rompesse com a dualidade. O que precisamos é de um ensino médio que dê base a todas as dimensões da vida. O mercado não é nem o único e nem o melhor parâmetro para a organização do ensino.

Em recente artigo sobre os IFETs, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatiza sua importância. Todavia, ao não explicitar que o ensino médio oferecido não deve ser estritamente profissionalizante, pode acabar reforçando uma tendência de alguns estados de criar redes paralelas. É o caso do Rio de Janeiro, com a criação da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Uma pesquisa recente com os alunos dessa rede demonstra que se inculcou neles a ideia segundo a qual o que os forma é entender um pouco de Informática, Matemática, Química e Física, e que História, Geografia, Sociologia e até Língua Portuguesa seriam matérias secundárias. Ampliar o ensino médio é crucial, mas é preciso ver com que concepção e com que base em termos de recursos.

O que precisamos é de um ensino médio que dê base a todas as dimensões da vida. O mercado não é nem o único e nem o melhor parâmetro para a organização do ensino.

Juventude.br – A política de criação dos IFETs não estaria, então, dentro do conceito de ensino médio integrado?

Gaudêncio Frigotto – Diria que não, pois a concepção de ensino integrado é muito diversa. O conceito de ensino médio integrado faz parte da luta para superar o tecnicismo e o dualismo. Por isso sempre o enxergamos como uma travessia em direção a uma educação básica capaz de contemplar, ao mesmo tempo, dimensões gerais (ou mais universais) e específicas, dimensões técnicas e culturais, políticas, artísticas etc.

Na verdade, a luta fundamental é por um ensino médio unitário, politécnico ou que desenvolva todas as dimensões do ser humano, ainda que isso seja combatido e não realizável dentro das relações sociais capitalistas. Na especificidade do capitalismo dependente e da classe que o produz, como assinaléi anteriormente, não há empenho e interesse em que esse nível de ensino seja para todos. ❶

* **RAQUEL JUNIA E MARCOS VASCONCELLOS** são jornalistas do projeto Ensino Médio em Diálogo. Contato: www.emdiálogo.uff.br. A íntegra desta entrevista pode ser conferida no endereço www.emdiálogo.uff.br/.../qual-é-cara-do-ensino-médio-brasileiro-entrevista-com-o-professor-gaudêncio-frigotto-0

Juventude e trabalho no Brasil

Luisa Barbosa Pereira*

Este breve artigo visa a refletir sobre a relação entre juventude e trabalho. Considero principalmente a centralidade do elemento trabalho como categoria no imaginário juvenil e os desafios colocados hoje tanto para os jovens quanto para a sociedade brasileira como um todo. Esses desafios dizem respeito, principalmente, à esfera da promoção e implementação de políticas públicas para a juventude (PPJ), considerando centralmente a esfera do trabalho.

Existem ainda muitas divergências em relação a que faixa etária compreende o jovem no Brasil. Segundo a Secretaria Nacional de Juventude — referência que utilizo neste artigo —, jovens são os cidadãos e cidadãs entre 15 e 29 anos, subdivididos em três faixas: adolescentes-jovens (entre 15 e 17 anos), jovens-jovens (entre 18 e 24 anos) e jovens-adultos (entre 25 e 29 anos). Esse grupo compreende cerca de 50,5 milhões de pessoas, ou seja, 40% da população brasileira.

Perspectiva histórica

Apesar da atualidade do tema, a relação entre juventude e trabalho tem sido debatida há tempos. O período da Revolução Industrial, quando o mundo vivia um processo de mudanças profundas tanto no campo político e jurídico quanto no econômico, promove uma virada, que marca nossa história e o desenvolvimento do capitalismo no mundo.

A produção em larga escala e no menor tempo possível contava com mão de obra majoritariamente masculina, mas crianças e adolescentes eram largamente explorados. As condições de trabalho e os salários eram



Banco de imagens sxc.hu

Jovem executa serviço: só na faixa dos 15 aos 24 anos eles compõem 30% da População Economicamente Ativa

Vale a pena situar o debate travado entre os principais especialistas da área de juventude. Esse debate opõe aqueles que defendem o retardamento da entrada do jovem no mercado de trabalho, para elevar a taxa de escolaridade, e aqueles que acham que devemos facilitar o ingresso do jovem no mercado, através da oferta de cursos de formação profissional e de estímulos ao primeiro emprego.

extremamente degradantes e seu reflexo é o desenvolvimento de inúmeros questionamentos e mobilizações por parte da sociedade e dos trabalhadores, já então organizados nos sindicatos ingleses (*trade-unions*).

Todo esse clima desencadeia a votação, em 1819, da primeira lei que limitava o trabalho de mulheres e crianças nas fábricas, e que teve como um dos principais articuladores o socialista utópico Robert Owen (ANTUNES, 1980).

A situação no Brasil

No Brasil a questão também não se deu de forma diferente. Por mais que nosso processo de industrialização só tenha tido força substantiva a partir do governo Vargas, já no final do século 19 o trabalho do menor era explorado tanto no campo quanto na fábrica. Aqui, o questionamento se deu principalmente por parte dos trabalhadores imigrantes de perfil político anarquista, e também se refletiu na primeira vitória legal dos trabalhadores: a aprovação, em 1891, de uma lei trabalhista no país. A legislação fazia referência à regulamentação do trabalho do menor e, posteriormente, deu origem ao Código de Trabalho do Menor, de 1927 (MORAES FILHO, 1978).

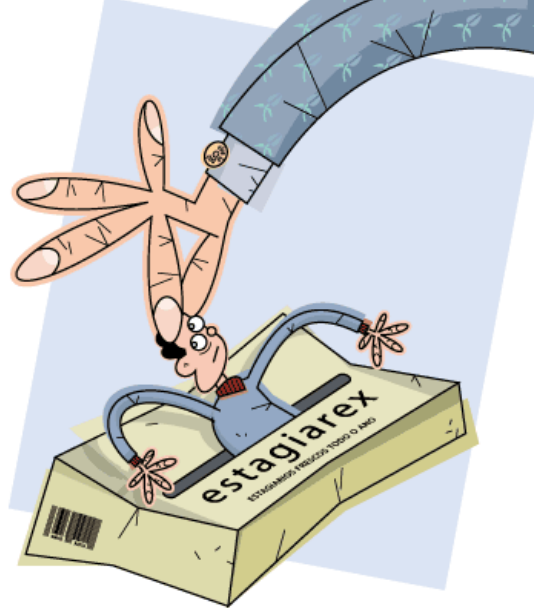
No entanto, é possível dizer que a categoria “juventude” não estava clara no ideário nacional. Na

A ideia de “estágio” tem servido muitas vezes para que se pague menos e explore mais o trabalho do jovem.

maioria das vezes as leis abrangiam essa parcela da sociedade de forma precária. Só a partir de 1990, quando se aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), essa categorização passa a ser melhor definida, mas ainda assim de forma insuficiente.

O ECA considera criança a pessoa com até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela que possui de 12 a 18 anos. A existência de um estatuto voltado para essa parcela da população tinha como foco legislar e garantir sua proteção social. Esse importante instrumento assegura que “é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos”, e que “ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários”.

A iniciativa foi fundamental. Porém, os jovens de 18 a 29 anos (categorias jovem-jovem e jovem-adulto) continuavam à margem das políticas governamentais específicas. Hoje, no que diz respeito a essa faixa etária vale a pena situar o debate travado entre os principais especialistas da área de juventude. Esse debate opõe



aqueles que defendem o retardamento da entrada do jovem no mercado de trabalho, para elevar a taxa de escolaridade, e aqueles que acham que devemos facilitar o ingresso do jovem no mercado, através da oferta de cursos de formação profissional e de estímulos ao primeiro emprego. A questão fundamental, que é reflexo desse impasse, está relacionada à inexistência, até os tempos atuais, de uma legislação específica para o trabalho juvenil, que dê conta de uma questão já definida pelos próprios jovens como fundamental.

A importância do trabalho para o jovem brasileiro

Alguns dados merecem destaque quando tratamos da relevância da categoria trabalho para a juventude em um cenário de questionamento, por parte do senso comum, da responsabilidade juvenil para com o “seu futuro”. Muitos costumam apontar uma suposta irresponsabilidade ou incapacidade do jovem das atuais gerações, destacando o uso excessivamente indiscriminado de elementos informativos diversos. Estes têm sido massificados especialmente entre a juventude e são vistos como elementos contrapostos aos métodos tradicionais de busca do saber: audiovisual *versus* “leitura tradicional”; internet *versus* enciclopédias e bibliotecas.



Motoboys: a categoria é uma das que mais concentra jovens



Face essa realidade, muitos parecem pensar que o jovem atual tem menos responsabilidade, interesse pelo saber e que pensa menos em seu futuro. Trata-se de uma conclusão simplista, que vê a sociedade como algo estático e não compreende suas constantes transformações.

A realidade é que, para a juventude brasileira, o saber se encontra estreitamente relacionado ao trabalho. E este, por sua vez, materializa a perspectiva cidadã. A ideia de que é principalmente através do trabalho que se dá a forma mais concreta de assegurar um lugar na sociedade está especificada na pesquisa Perfil da Juventude Brasileira (INSTITUTO, 2003). Essa pesquisa mostra que o trabalho é visto pelos jovens como o principal e mais importante direito de cidadania.

A realidade atual

Contraditoriamente, as perspectivas de emprego para a juventude não têm sido as melhores. Quase metade do estoque de desempregados do país é composto de jovens, e o desemprego juvenil é três vezes maior que o do conjunto da população (POCHMANN, 2000).

O principal problema está na dificuldade em conseguir o primeiro emprego, dificultado pela exigência de “experiência”. Os estágios surgem então como alternativa. Porém, são péssimas as condições às quais os jovens são submetidos. A ideia de “estágio” tem servido muitas vezes para que se pague menos e explore mais o trabalho do jovem. Nesse sentido, merece destaque a importante iniciativa recente de alteração da legislação que rege os estágios no Brasil. Até então era flagrante a inadequação entre a Lei 6.494/77, conhecida como Lei de Estágios, e as diretrizes pedagógicas estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB, lei nº 9.394/96).

A nova legislação que regula a concessão de estágios a alunos da educação superior, da educação de jovens e adultos, da educação profissional, da educação especial, do supletivo e da educação básica tem como foco evitar que as empresas usem estudantes como mão de obra gratuita, inclusive com multas trabalhistas em casos de infração. No entanto, grande parte dos empregadores continua negligenciando a medida.

Por outro lado os jovens, mesmo em condição de efetivo emprego — não mais na de estagiários — ga-

nham menos. Segundo a PNAD 2006 os trabalhadores jovens ganham, em média, menos de metade do que ganham os adultos, e 63% não têm carteira profissional assinada (INSTITUTO, 2003).

Algumas iniciativas no âmbito do Executivo têm sido tomadas com propósitos diversos. Dentre elas se destaca o Programa Bolsa-Trabalho, instituído pela prefeitura de São Paulo na gestão 2001-2004, e o Jovem Empreendedor, do Ministério do Trabalho e Emprego, implementado em parceria com o SEBRAE (Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas). O primeiro tem como objetivo fundamental elevar a escolaridade do jovem e postergar seu ingresso no mercado de trabalho. O segundo está inserido no Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, e oferece apoio a empreendimentos juvenis, por meio de financiamentos para micro e pequenas empresas.

Grosso modo, é possível considerar que os projetos divergem na sua essência, uma vez que o primeiro valoriza a permanência na escola e o segundo o empreendedorismo juvenil, a inserção direta no mercado de trabalho. No entanto, indo mais fundo na questão, é preciso encarar a realidade de acordo com a diversi-



Jovens exibem certificado de curso profissionalizante

Segundo a PNAD 2006 os trabalhadores jovens ganham, em média, menos de metade do que ganham os adultos, e 63% não têm carteira profissional assinada.

dade colocada no cenário nacional. Os contextos sociais do território brasileiro são diversos. As realidades não são homogêneas, principalmente se considerarmos a diferença entre as classes-sociais.

Segundo Márcio Pochmann (2005), idealizador do projeto Bolsa-Trabalho de São Paulo, em países desenvolvidos os jovens demoram muito mais para se inserir no mercado de trabalho. Na Alemanha, por exemplo, de cada 10 jovens de 15 a 24 anos de idade apenas um está no mercado e nove estão estudando. Já no Brasil, de cada 10 jovens dessa mesma faixa etária de seis a sete estão trabalhando. Esses jovens que entram mais cedo no mercado estão despreparados e são hegemonicamente os filhos das classes populares. A média etária de entrada no mercado dos filhos das classes mais abastadas é de 25 anos, ou seja, ela ocorre após a conclusão do ensino superior (POCHMANN, 2005).

Percebemos então um forte corte de classe quando tratamos das políticas públicas no Brasil. Para os mais pobres, o grau de dificuldade

aumenta substancialmente, tanto em relação ao acesso ao mercado quanto à permanência na escola. Para eles, as políticas ainda pouco abrangentes de retardamento da entrada no mercado, que normalmente garantem no máximo a remuneração de meio salário mínimo, não são suficientes para o complemento da renda familiar. Além disso, esses jovens já definiram o trabalho como direito central de suas vidas.

Considerações finais

É possível concluir que, nesse cenário de divergências conceituais e metodológicas no âmbito das políticas públicas, nem governo nem sociedade acompanharam o crescimento da principal parcela demográfica brasileira. Avalia-se que esse grupo nunca foi tão numeroso no Brasil e que, desde que as atuais tendências demográficas sejam mantidas, também nunca mais será. A oferta de bens e serviços para o jovem, o entendimento dessa categoria e o impasse em relação às políticas públicas são os principais desafios colocados.

Não podemos fechar os olhos para a realidade que está posta: o jovem mais pobre é o que mais sofre em relação ao acesso ao mercado de trabalho e à permanência na escola. O governo, por mais que desenvolva reflexões e políticas de extrema importância, está ainda longe de dar conta desses problemas, que marcam a estrutura de classes de nossa sociedade.

Sem dúvida nenhuma é necessário trabalhar para romper com essa realidade degradante para a juventude mais pobre de nosso país. No entanto, isso não depende apenas dos jovens. É preciso que o Estado se responsabilize por aqueles que já se encontram no subemprego ou no desemprego.

Nesse sentido, apenas postergar a entrada no mercado de trabalho não é a única saída para a questão que estamos tratando. É preciso interferir na política de emprego desenvolvida, redimensionar sua oferta e garantir um Brasil cada vez mais justo, para todas as parcelas da juventude. ●

**** LUISA BARBOSA PEREIRA** é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (PNPD/IPEA) e diretora de comunicação da Associação Nacional de Pós-graduandos – ANPG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. São Paulo, 1980.

ABRAMOVAY, Miriam & CASTRO, Mary. *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. *Levante sua bandeira – Documento-base da 1ª Conferência Nacional de Juventude*. Brasília, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1994.

INSTITUTO CIDADANIA. *Perfil da Juventude Brasileira*. São Paulo, 2003.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 1/1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971.

MORAES FILHO, Evaristo. *O problema do sindicato único no Brasil – seus fundamentos sociológicos*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1978.

NOVAES, Regina. *O Projovem no cenário da Política Nacional de Juventude. Relatório de Atividades: 2006*. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2007.

POCHMANN, Márcio (org). *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Cortez/Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *A Batalha do Primeiro Emprego: as perspectivas e a situação do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Brasil, 2002.

POR QUE CHORAS?

O lugar da sensibilidade em uma tribo juvenil contemporânea: os emos

Angela Schirmer Simão*



Sensível às múltiplas identidades juvenis contemporâneas e ciente da necessidade de problematizá-las, elegi uma das tribos juvenis

(os *emos*) para colocar em circulação alguns discursos sobre identidade, sexualidade e preconceito.

Para dar conta dessas questões apresentarei, num primeiro momento, um panorama sobre a temática da juventude tal como ela tem sido descrita (a partir de inúmeros discursos) na contemporaneidade. Procurarei também mostrar representações e construções de estilos diferentes que têm sido pouco problematizados em relação à juventude.

Com o objetivo de pensar como algumas práticas culturais entre jovens, mais especificamente entre os chamados *emos*, vêm se constituindo, analiso um conjunto de postagens presentes em tópicos de conversas apresentadas em duas comunidades do site de relacionamentos intitulado orkut (1). São elas: *Odeio preconceito contra emo* e *Um estilo chamado emo*.

Para a elaboração do estudo, primeiramente verifiquei quais eram os tópicos relacionados às características, ao preconceito e à sexualidade dos participantes de tais comuni-

Lasciva criatura...

Cujos negros olhos vertem sangue ... impurezas da alma postas à [sic] fora. Em nênia profunda permite-nos decifrar em si um misto de amor e ódio Quão difícil é compreendê-la...

Enquanto seres divinos sofrem ... você goza de seus vícios junto de mim

Nossos medos nos injuriam, e saudamos ao mestre

Enquanto demônios bailam em nosso inconsciente

Cabe a nós a superioridade

Pormos a grinalda mirrada do mestre...

Sobre nossas fronteiras

Secos crânios, tal qual bulbos dilacerados

Creemos que o mundo naum [sic] acabará pelas mãos de Deus [...]

[...] Mas renascerá no abraço dos condenados

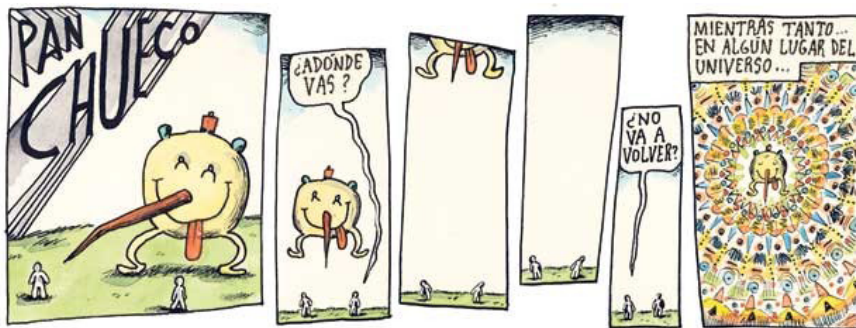
BruXiinha (14/10/2008 – Comunidade Odeio preconceito contra emo)

dades. Detive-me, em especial, na análise daqueles excertos em que as temáticas da sexualidade e do preconceito eram centrais. Isso porque os *emos*, por serem associados à emotividade e por se dedicarem à produção de um visual específico (e.g., o uso de uma longa franja para meninos, característica-chave do “estilo” *emo*), são reiteradamente alvos de desconfiança quanto à sua sexualidade. Assim, não foi difícil encontrar, em inúmeras postagens, relatos em que os jovens *emos* desabafavam com seus pares os preconceitos que sofrem tanto em casa quanto nas escolas.

Opotei também pela realização de leituras, análise e composição de registros para descrever as diversas formas de expressão pertencentes ao movimento *emo*, utilizando os princípios das *observações-participantes* que, como metodologia de investi-

gação, “pressupõe que é somente através da imersão no cotidiano de uma outra cultura, de um outro grupo [que] o/a pesquisador/a pode chegar a compreendê-la” (SANTOS, 1997, p.82). Entre essas formas de expressão dos *emos*, destaquei o gosto musical, os territórios, a escolha das vestimentas, as linguagens, as marcas corporais e tudo aquilo que concorre, aos olhos dos outros, para a confirmação da existência dessa “tribo” juvenil.

Em razão das dificuldades que se colocam para a apresentação de imagens (por exemplo, termo de consentimento livre e esclarecido), recorro à descrição de cenas presenciadas em determinados locais da cidade de Porto Alegre. Cenas que apresentam descrições das vestimentas, acessórios e comportamentos observados para que o leitor possa compor uma imagem dos jovens do movimento *emo*.

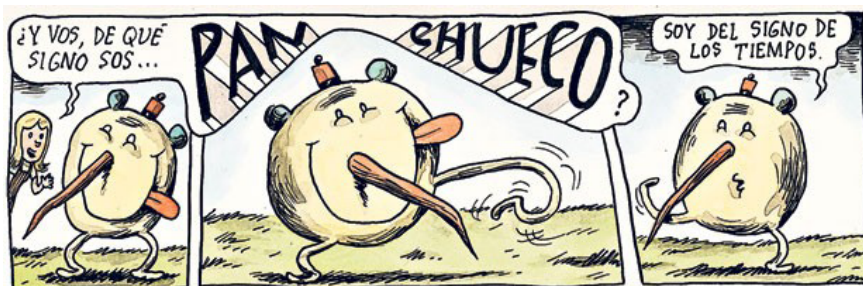


Afinal o que é ser jovem? Falando sobre juventudes...

Uma primeira dificuldade quando se quer falar de juventudes tem sido determinar qual faixa etária as define. Em tese, o jovem vira “gente grande” quando conclui os estudos, começa a trabalhar, vai morar sozinho, se casa e tem filhos. Acontece que esse roteiro linear já não é mais tão comum: os jovens parecem estar tendo que conciliar escola com profissão. Muitos, com pouca idade, já cuidam de seus filhos; outros passam dos trinta e continuam na casa dos pais (NOVAES, 2008). Dados do Instituto Cidadania (2003) apontam que um quinto dos jovens têm filhos e que 83% dos jovens solteiros não pretende sair ou vai esperar mais para deixar a casa dos pais.

O Conselho Nacional de Juventude considera a questão da seguinte forma: “a juventude congrega cidadãos e cidadãs entre os 15 e os 29 anos. Nesse caso, podem ser considerados os Adolescentes-Jovens – entre 15 e 17 anos –, os Jovens-Jovens – entre 18 e 24 anos – e os Jovens-Adultos – entre 25 e 29 anos” (2) (CONJUVE, 2006).

No Brasil a juventude parece ter ganho espaço na mídia, nos debates públicos e nas pesquisas acadêmicas. Uma das razões para essa recente visibilidade é que atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 50,5 milhões de brasileiros, um quarto da população do país, têm entre 15 e 29 anos. Esse grupo etário nunca foi tão numeroso.



O termo EMO foi dado a um estilo musical proveniente do punk-rock. Surgida nos anos 80, em Washington, a música emo, ou *emocore* (contração da expressão em inglês *emotional hardcore*), mescla o som pesado, característico do punk, com letras introspectivas e românticas.



Um estilo musical, um estilo de vida: o surgimento de uma tribo

O termo EMO foi dado a um estilo musical proveniente do punk-rock. Surgida nos anos 80, em Washington, a música emo, ou *emocore* (contração da expressão em inglês *emotional hardcore*), mescla o som pesado, característico do punk, com letras introspectivas e românticas. Conflitos com os pais, decepções amorosas, indignações com o mundo são alguns dos temas abordados. O estilo surgiu através de bandas como *Rites of Spring* e *Embrace*, que faziam um som parecido com o punk original, embora com ritmo menos acelerado e com canções mais emotivas.

Essas bandas pioneiras mesclavam a energia do gênero *hardcore* (12) com letras de teor fortemente pessoal e confessional. Suas performances ao vivo também eram comumente marcadas por extravasamentos empolgados e espontâneos de sentimento. Dessa forma, adicionou-se o “emotional” ao “hardcore” para distinguir essa nova tendência, cujas músicas e letras transbordavam de emoção.

Para fornecer alguns exemplos do que foi mencionado acima apresento trecho da letra de uma música composta pela banda gaúcha FRESNO, referência nacional do estilo *Emocore* entre os jovens:

Dados do IBGE (2007) também mostram que quase metade do estoque de desempregados do país compõe-se de jovens. Em média, eles ganham menos de metade do que ganham os adultos (PNAD, 2006). Além disso, a taxa de homicídios entre os jovens é 2,5 vezes maior do que entre os outros segmentos etários. Enquanto o número de assassinatos se manteve estável no restante da população, entre a juventude esse índice cresceu 81,6% nos últimos 22 anos (UNESCO, 2002).

Podemos afirmar, com base nesses dados, que os brasileiros jovens foram profundamente afetados pelo modelo econômico adotado nas últimas décadas, responsável pelo significativo aprofundamento da exclusão social. Muitos jovens não desfrutam dos seus direitos mais fundamentais. Se considerarmos a cidadania com base na definição apresentada pelo

Mini Dicionário Houaiss (2003, p.111), que a define como “condição ou direito de cidadão”, poderemos dizer que, para muitos jovens, por enquanto ela ainda é uma cidadania incompleta no que respeita a temas primordiais como educação (3), tempo livre (4), cultura (5), trabalho (6), família (7), drogas (8), meio ambiente (9), participação (10), sexualidades e direitos sexuais (11), entre outros.

Entre preocupações e esperanças, uma coisa parece certa: é preciso falar sobre juventudes. Levando em conta a premissa de Garbin (2001), postulamos que uma das características básicas do “ser jovem”, em uma leitura atual, é partilhar de uma identidade juvenil – é assumir uma prática cultural. As juventudes hoje podem ser em grande medida compreendidas como comunidades de estilos atravessadas por identidades de pertencimento.





O PESO DO MUNDO

Será que eu não vou mais agüentar?

*Será que eu não tenho onde ficar?
Será que vou suportar saber que tudo
em minha volta é falso e sujo?
Será que vou continuar a carregar nas
costas o peso do mundo?
Como é que eu consigo me acalmar,
sem nunca explodir, chorar, gritar?
Como podem ser tão maus?*

Bandas brasileiras como *Fresno*, *NX Zero*, *CPM22* e *Retina* são frequentemente referidas pelos jovens emos como as suas preferidas nacionalmente. As três primeiras foram indicadas nas categorias "Artista do Ano", "Hit do Ano" e "Revelação" para o prêmio *Video Music Brasil 2007*, promovido pela MTV (13). Como não poderia

deixar de ser, há muita gente que não considera essas bandas como representantes do gênero emo, e nem as próprias bandas ou suas gravadoras pronunciavam-se firmemente quanto a isso, parecendo querer evitar a polêmica. Mas parece também não haver dúvida de que o sucesso dessas bandas é, de forma direta ou indireta, consequência da popularização dos emos no Brasil. E é essa popularização da música emo (hoje definida amplamente como rock pesado de letras românticas) que vem construindo no país, de alguns anos para cá, uma verdadeira *tribo emo*. É nesse âmbito que emo passa a designar algo além de uma categoria musical, tornando-se um estilo de vida, uma moda, uma linguagem, um adjetivo, um xingamento etc.

Não é difícil identificar a tribo emo por sua aparência. O corte de cabelo é talvez a característica mais evidente: emos usam cabelo liso, com franja comprida que cobre os olhos, ou só um deles. Embora a franja seja mais difundida, garotos também podem usar o cabelo mais curto e espetado para cima.

Os jovens emos parecem ter quase sempre entre 11 e 18 anos (COTES, 2006), misturam roupas pretas com estampas de desenho animado, tênis *All Star* (14), botas punk, tênis cor-de-rosa, colares de bolas, camisas justas, meias-arrastão, presilhas no cabelo, cintos de rebite, piercings e longas franjas. Além disso, pintam os olhos e os cabelos e, no frio, usam cachecol. Óculos de aro grosso e escuro também são muito populares.

Sobreposições são muito usadas entre os emos: camisetas de mangas curtas vestidas por cima de camisas ou camisetas de mangas compridas, casacos esportivos retrô. Em termos de cores, predomina o preto, que expressa certa rebeldia, mas em contraste com cores vibrantes e estampas nostálgicas que representam uma vontade de não envelhecer (PACCE apud COTES, 2006). Os garotos não se acanham em vestir rosa. Estrelas, caveiras e corações são adotados, e a textura xadrez também é usada em diversos itens. O jeans é amplamente utilizado, seja em calças, saias ou bermudas. A maquiagem é encontrada tanto em meninas quanto em meninos; no caso deles, restringe-se ao lápis preto contor-



Jovens praticantes do estilo emo

Não é difícil identificar a tribo emo por sua aparência. O corte de cabelo é talvez a característica mais evidente: emos usam cabelo liso, com franja comprida que cobre os olhos, ou só um deles. Embora a franja seja mais difundida, garotos também podem usar o cabelo mais curto e espetado para cima.

nando o olho, ou a uma sombra embaixo dele, preta ou até vermelha. Existem ainda muitos rapazes que pintam uma ou mais unhas de preto, e o número de características típicas parece não parar por aí.

Por desestímulos sociais, ostracismo ou relações de poder, os jovens emos expressam suas opiniões, sentimentos, problemas e relações de troca através daquele que se tornou o principal meio de disseminação dessa cultura: a internet. Com blogs e fotologs (diários virtuais), e através do orkut (site de relacionamentos), esses jovens encontraram outros e passaram a compartilhar das mesmas idéias, aumentando ainda mais o número de adeptos com a mesma forma de vestir, pensar e se comportar. Fotos publicadas em fotologs geralmente são auto-retratos; as expressões são sérias ou tristes, refletindo a melancolia associada à tribo; outros vícios da fotografia emo são mãos tapando bocas como que fingindo espanto, rostos pensativos. Fora de casa, para abastecer fotologs e documentar cada momento, os emos tentam ter uma câmera fotográfica digital sempre à mão. Seus celulares são essenciais para comunicação móvel entre a turma e para o agendamento de atividades.

Dentro do estilo emo existem subestilos como os *from UK* e os *new wave*, embora haja aqueles que os consideram um tipo de “pós-emo” ou “emo de luxo”. Veja a definição de *from UK* e *new wave* feita por um

jovem frequentador de um *shopping* em Porto Alegre:

Tipo no caso emo, usam franjas; na maioria das vezes usam cabelo colorido e usam coisas que está bombando na Europa. Ao contrário do que todos pensam, os emos não são tão melancólicos. Tem uma evolução, tem o emo e depois vem o from UK, que se espelham nas pessoas de lá e tem também new wave, que no caso é super-colorido, cabelo picoteado. É que, assim, todo adolescente começa sendo emo, até ser bem aceito pelos amigos. Eu uso essas roupas assim (15), pareço mais from UK, uso essas roupas tipo Argentina. (Eduardo, 17 anos) (16).

Os próprios emos têm a versão dos chamados “posers”, termo usado para definir os jovens que aderem ao estilo apenas pela moda.

Poser é tdo akele que segue uma moda, que fala que curte uma coisa e nom sabe porra nenhuma – significado da expressão “VC É POSER”. Mais o significado REAL da palavra, é que poser são pessoas que posam para fotos, faz caras e bocas etc... Mais o significado real da palavra não é usado (Comunidade Odeio preconceito contra emo, 08/10/2008).

Outra característica desse grupo é o fato de terem uma linguagem peculiar, que no geral possui um tom infantilizado. Falam quase sempre no diminutivo, trocando letras em conversas ou chamando as amigas de “maridas”, por exemplo. Palavras terminadas em “inho”, como amorzinho, lindinho, fofinho são constantes nas conversas. Adjetivos como “fofo”, “meigo”, “lindo”, “querido”, também em variantes neologistas como “fofuxo”, “meiguxo”, “queriduxo” também são comuns. Na internet são corriqueiras frases como “Sabia que eu te amo?” transformadas em “Xabia q eu ti amu?” (17).

Os emos não reprimem suas emoções: sofrem por amor, não têm vergonha de chorar (especialmente ouvindo músicas ou em shows) e nem de demonstrar publicamente afeto por amigos, inclusive os do mesmo sexo. Não é raro ver garotos da tribo se beijando na boca, ato que parece agradar garotas emo, sendo o contrário também verdadeiro (KOBAYASHI, 2006). Têm repulsa por pessoas violentas; qualquer tipo de agressão física é altamente reprovável entre eles, que parecem lutar por um mundo de paz. Não economizam demonstrações de carinho e são pacíficos com relação à intolerância e às outras tribos:

Se tu reparar, aqui na Redenção (18) tem bastante punk, gótico, a gente se dá bem, eles não olham te apontan-





do. Dizem que todo emo é gay, passou um emo na rua e sempre chamam de viado (William, 17 anos).

Os emos pregam a tolerância em todos os sentidos, inclusive na opção sexual. Tanta tolerância acaba gerando intolerância e eles não são bem vindos em muitos locais. O menino emo é sensível e compreende as meninas, é capaz até de chorar por uma decepção amorosa e não tem vergonha de mostrar seus sentimentos. Os emos se definem como um grupo sensível, sem preconceitos, e demonstram muita sensibilidade – chorar ao som de uma determinada música parece ser uma questão peculiar.

Os emos costumam dizer não às drogas, inclusive ao álcool (embora isso não seja regra). A atitude emo parece mostrar um esgotamento do modelo ocidental, em que muitos jovens tentam se afirmar pela violência ou pelo consumismo. Os punks ou funkeiros muitas vezes se impõem pela agressividade. Já os emos, como observa Regina de Assis, doutora em Educação, citada por Cotes (2006), querem se fazer aceitos pelo amor.

Atitudes mais sensíveis e liberdade de expressar sentimentos tornaram os Emos alvos fáceis de preconceitos, já que para muitos desavisados ser emo é sinal de ho-

mossexualidade, a ponto de o termo “emo” ser visto como “palavrão”.

É... mas parece q o preconceito nunca acaba!

Já tinham algumas meninas nojentas me perseguindo na escola. Eu até estava [estou] com dificuldade para estudar, pq elas ficam implicando comigo na aula e os professores não fazem nada. Só o de português que é suuuper gente fina comigo, mas aí elas não implicam na aula dele. Até a diretora do colégio implica comigo por ser emo. E quer livrar os alunos do preconceito... Elas já vinham me ameaçando a meses. Eu queria trocar de colégio, mas como já tá no fim do ano ia ser mto difícil me readaptar. Agora, a péssima notícia: ontem, eu vinha embora da escola, e como todo dia elas me diziam “vou te pegar lá fora hoje hein” e nunca faziam isso, eu larguei pra lá. E elas me pegaram mesmo. Vieram umas 6 garotas pra cima de mim e uma veio embora na minha frente de propósito. Não tinha como fugir. Hoje faltei a aula porque estou com o corpo doendo muito. E minha mãe não pode falar nada na diretoria porque o ocorrido foi fora da escola. Não sei mais o que fazer em

relação a essas meninas que são uma praga na minha vida. (Comunidade Odeio preconceito contra emo, 09/09/2008).

O orkut já possui mais de mil comunidades do tipo “Se ema é bicho, emo é bicha”, “Emo som de fruta”, “Eu odeio emo”, “EXÉRCITO ANTI-EMO”. Há quem acredite que o preconceito existente entre emos e outras tribos acontece pelo fato de muitos jovens terem se tornado emo por puro “modismo”.

Muitos emos, justamente por fazerem demonstrações públicas de carinho e por aceitarem a opção sexual do outro sem preconceitos, são alvos de homofobia e violência. Na rua e em casa eles provocam polêmica. Isso acontece também em outras tribos urbanas como metaleiros, rappers, clubers...

O Kiss (19) não anda fantasiado na rua. Eles têm vergonha na cara. E eles ganham dinheiro com isso... muito dinheiro. Se fosse assim os palhaços de circo estariam ferrados...

O Rob, vocalista do Judas Priest (20) é uma bixooooona mesmo. Mesmo assim não anda pra lá e pra cá como uma “bonequinha de porcelana from hell”. Ele se veste e se comporta dizendo com sua classe... mas tem uma vida social normal.



Normal para os superastros, é claro. Eu tenho cabelo liso desde que nasci... cabelo de chapinha é a PQP (Comunidade Odeio preconceito contra emo, 24/10/2008).

Desafiada por demoradas e interessadas visitas ao orkut, propus a mim mesma, de maneira modesta, esboçar um percurso menos descritivo e interpretativo, construído sob uma leitura de como a tribo juvenil contemporânea dos emos percorre, inventa, redefine e exhibe seus marcadores identitários em tal ferramenta.

Apresento a seguir, um excerto de Silveira bastante oportuno para os fins desta apresentação:

No mundo instável e surpreendente em que vivemos, a internet parece guardar incessantes surpresas que balançam – de alguma forma – nossos conceitos modernamente estabelecidos sobre sujeitos, comunicação, relacionamentos, interação, verdade, valores, etc. Na rede, primeiro nos aproximamos dos e-mails para, após, entrarmos na era dos chats ou salas de bate papo, os blogs de ordem variada vieram ocupar seu espaço; o ICQ, o MSN e o SPACE, entre outros, fizeram as

delícias de quem trabalhava ao computador e, ao mesmo tempo, podia conversar com amigos, sem alarde, de forma – digamos – reservada e quase secreta. Nessa progressão, em que novas possibilidades não arredam as antigas, desde há poucos anos tornou-se coqueluche no Brasil um site de relacionamentos – o orkut. Como espécie de evento midiático e, portanto, também tema de reportagens de TV, programas de rádio e matérias jornalísticas, poucos brasileiros e brasileiras ainda não ouviram falar do orkut (SILVEIRA, 2006, p. 137).

Da mesma forma, vejo o orkut como um território para o exercício de determinadas subjetividades, ao mesmo tempo que como um terreno para a conformação a determinadas regras. Sem me aprofundar na questão das normas escritas que lá se delineiam pelo próprio uso, é possível afirmar que, na internet, os jovens colocam-se numa vitrine (isto é, estão em constante expo-

sição), reinventando-se a partir de sentidos ali compartilhados. Isso parece acontecer a partir do tipo de organização (por exemplo, a forma como os textos são postados a partir de uma linguagem própria) e das formas recorrentes que se enraízam em dados valores (por exemplo, o fato de esse meio servir para colocar em circulação questões como o preconceito). Assim, temos de um lado questões tidas como tradicionais e, de outro, questões emergentes das sociedades contemporâneas.

O primeiro ímpeto de um usuário que procura se informar sobre a cultura emo no orkut é o de fazer uma busca pelo termo nos títulos das comunidades. Quem o faz é duplamente surpreendido pelos resultados: primeiro, ao constatar que são mais de mil (limite imposto pelo site para exibição), o que nos dá noção de o quanto a tribo está em voga atualmente; segundo, ao perceber que a maioria das comunidades encontradas é de ódio aos emos. Exemplos: *Chute um emo e ganhe 1 real*, *Será que existe emo macho?*, *Emo bom é emo morto*, *Quero ESPANCAR um EMO*, etc.

Sabemos que a universalização de direitos e acessos não anularia automaticamente os mecanismos que ancoram preconceitos e discriminações sociais.

Jovens culturas

Considerando os aspectos históricos da construção social, falar de “juventudes brasileiras” é falar de processos resultantes de uma conjugação específica entre herança histórica e padrões societários vigentes. Nesse cenário, entre os jovens brasileiros de hoje, parecem ser os mais pobres os mais atingidos pelos processos de desqualificação geradores de desigualdades sociais. No entanto, sabemos que a universalização de direitos e acessos não anularia automaticamente os mecanismos que ancoram preconceitos e discriminações sociais.

A condição juvenil, se a pensarmos como etapa da vida que se situa entre a proteção socialmente exigida para a infância e a emancipação esperada na vida adulta, tem suas especificidades (NOVAES, 2003). A juventude é vivenciada em diferentes contextos históricos, e a história não se repete. Assim, para pensar a condição juvenil contemporânea, talvez devamos considerar a rapidez e as características das mudanças do mundo de hoje. Segundo Novaes (2003), parece ter havido uma ampliação dos agenciamentos socializadores das juventudes e esses extrapolam o âmbito da família e da escola, o que pode significar um aumento da influência dos meios de comunicação, mais especificamente da internet. Apesar de serem muitos os que não

Um dos objetivos deste texto é refletir sobre aquilo que se pode chamar de novas cartografias subjetivas. Isto é: formas de sociabilidade e afetividade contemporâneas encontradas em setores jovens de centros urbanos da nossa sociedade.

têm computador em casa, é preciso considerar que os computadores de associações, centros comunitários e ONGs são reiteradamente utilizados pelos jovens.

Talvez devamos recuperar aqui que um dos objetivos deste texto é refletir sobre aquilo que se pode chamar de novas *cartografias subjetivas*. Isto é: formas de sociabilidade e afetividade contemporâneas encontradas em setores jovens de centros urbanos da nossa sociedade. Tal reflexão ancora-se, mais especificamente, nos resultados de uma pesquisa realizada basicamente na internet, mas não só nela, pois ainda que esses jovens possam ter transformado a internet em uma categoria fundamentalmente espacial/virtual, ela também funciona como um lugar de agenciamento de encontros presenciais. Assim, embora se possa dizer que a internet possibilita o compartilhamento de determinados sentidos entre jovens de diferentes lugares, o “lugar do encontro real” continua necessário e pode ser negociado através do virtual.

Esse processo pode ser entendido como constitutivo e simultaneamente produtor de um novo cenário

de diversidade nas experiências subjetivas. Em outras palavras, ele parece ser utilizado como um modo de por em circulação estratégias identitárias acionadas no interior de contornos imprecisos de espaço e tempo, que se constroem fortemente em torno das musicalidades dramáticas da letra e do som, com vocais intensos e melancólicos, bem como de uma moda empenhada em “borrar” as fronteiras de gênero – contornos fugidios do que entendemos como EMO.

Isso parece traduzir-se, de modo mais contundente, naquilo que Eugênio (2006) chama de uma “cosmética de si” que combina música, moda e comportamento numa maneira de “estar” (e não necessariamente de “ser”) fundamentalmente urbana. A *poética* e o dizer-se dos sujeitos emos parece exprimir-se em uma “estética andrógina”, que aponta para uma relação com o corpo e com os espaços a partir daquilo que podemos chamar de “montação” de si (isto é: trabalho ao qual o corpo é submetido) (Ibid).

Esses aspectos descritos por Eugênio (*op. cit.*) foram também observados de forma análoga nas “cenas” acompanhadas em lugares





públicos (21) (pontos de encontro) e em uma casa noturna (22), onde o som predominante não é especificamente *emocore*, apesar de os DJs tocarem bandas emo em alguns momentos. A partir dessas mesmas cenas é possível dizer que parece haver uma forte incitação romântica à experimentação homossexual, o que pode ser observado no trecho apresentado a seguir:

Sabe, por mim, uma pessoa pode até andar pelada na rua, ou fantasiada d Carmem Miranda dançando "O que a baiana tem?" que eu nem vou ligar... Não fazendo mal a mim e aos que me rodeiam, por mim que se dane, cada um tem sua vida, seu corpo e faz o q bem entender. O que eu tenho a ver com a vida da outra pessoa pra ditar regrinhas ou dizer o que está certo ou errado no visual dela ou no q quer q seja? Quem sou eu pra julgar? E mais: quem sou eu pra agredir, seja com gestos, palavras ou agredindo fisicamente? Com q direito eu posso chegar e apontar o dedo na cara d uma pessoa, chamar d ridícula, gay (o q tb demonstra uma certa homofobia) ou coisas do gênero? (Comunidade Odeio preconceito contra emo, 24/10/2008.)

A recusa dos jovens Emos em aceitar definições estanques para a sexualidade vivida, a qual em suas falas é negada como fonte de identidade e elaboração, parece encontrar seu contraponto no interesse pelas músicas romantizadas e na frequência sistemática às comunidades pes-

Embora se possa dizer que a internet possibilita o compartilhamento de determinados sentidos entre jovens de diferentes lugares, o "lugar do encontro real" continua necessário e pode ser negociado através do virtual.

quisadas. É sob essa rubrica que as postagens e falas se tornam contundentes e que os próprios integrantes dessas comunidades afirmam alguma sorte de pertencimento ou certeza. A identidade é trabalhada no registro discursivo da fluidez e nutre-se do inescapável paradoxo de que a sexualidade é "livre" (EUGÊNIO, 2006, p.160), como afirmado na postagem da jovem Jéssica: "*não há preconceito nenhum, ficam com pessoas do mesmo sexo e de outro em festas, mas é porque tali*".

Os emos parecem construir as representações de si mesmos recorrendo menos à vida sexual que levam e mais à adesão estética, às musicalidades como modo de vida, o que envolve o uso das tecnologias (internet, câmeras fotográficas digitais, telefone celular) como "extensões corporais ativas, *instâncias de tráfego informativo e de composição de si*" (EUGÊNIO, 2006, p.173-4). Eles por vezes se dizem "gays", por vezes se dizem "heteros" e em outras ocasiões se apresentam como podendo vivenciar experiências afetivo-sexuais alternadamente. Assim, parecem rejeitar os binarismos (homossexual/heterossexual) por considerá-los insuficientes e herméticos demais.

Emos: escapando dos binarismos?!

Parece-me, então, que os emos lidam com uma estrutura de "segredo aberto", e é nesse sentido que, buscando apresentar algumas relações entre educação e cultura, tentarei aproximar-me do transformador sem vergonha de arriscar o óbvio. Isso se torna especialmente importante para aqueles/as que se dedicam a estudar as juventudes, posto que, como refere Britzman (1996), as pesquisas educacionais parecem permanecer estranhamente mudas no que concerne às muitas práticas sexuais da juventude. Segundo essa mesma autora, a idéia de identidade presente nas teorias educacionais permanece, muitas vezes, ainda presa à visão equivocada de que elas são dadas ou recebidas, e não negociadas – social, política e historicamente. Além disso, Britzman (1996) também destaca que as identidades parecem não conseguir fugir de dois extremos: ou são vistas como dolorosas (quando se acomodam) ou são vistas como prazerosas (quando resistem). Ela também destaca a necessidade de se pensar a identidade significando efeitos constitutivos das relações sociais e históricas e

Estratégias identitárias acionadas no interior de contornos imprecisos de espaço e tempo, que se constroem fortemente em torno das musicalidades dramáticas da letra e do som, com vocais intensos e melancólicos, bem como de uma moda empenhada em "borrar" as fronteiras de gênero.

também como algo capaz de rearticular desejo e prazer. Isso parece estar evidenciado na postagem de um jovem no orkut:

Sou homossexual, porém não sou emo. Também não me identifico pelo estilo e nem mesmo curto o mesmo tipo de música. Porém, tudo isso com muito respeito. O Brasil é realmente muito plural e diversificado. Há alguns dias comecei a perceber que muitas pessoas fazem associação entre emo e homossexualidade. São visões totalmente estereotipadas de pessoas que não sabem absolutamente nada sobre nenhum dos dois assuntos. Uma conhecida chegou a dizer que a homossexualidade é modismo e que essas menininhas emos adoram beijar outras meninas só para se aparecerem. É realmente abominável saber que existem pessoas que não respeitam a diversidade. São pessoas que nunca se informaram sobre esse assunto e tiram seus conceitos sem fundamentos. À partir do momento em que abri a minha mente para a realidade do preconceito e percebi que eu era uma grande vítima desses ataques resolvi quebrar todos os meus paradigmas e apoiar toda a forma de diversidade. Hoje sou um

ativista dos Direitos Humanos. Apesar de homossexualidade e emo não estar relacionados, existe grande número de emos gays. Como vocês que são emos e homossexuais enfrentam esse problema dessa sociedade restritiva que faz questão de discriminar aquele que adota um estilo de vida diferente? E aqueles que não são homossexuais como enfrentam aquelas pessoas que pensam que todo emo é necessariamente gay? (Comunidade Odeio preconceito contra emo, 02/08/2008).

A respeito disso, Britzman (Op. Cit. p. 74) complementa:

Quando se trata de questões de desejo, de amor e de afetividade, a identidade é capaz de surpreender a si mesma: de criar formas de sociabilidade, de política e de identificação que desvinculem o eu dos discursos dominantes da biologia, da natureza e da normalidade.

Compreender os significados contraditórios dessas categorias em termos de sexualidades parece exigir que lidemos tanto com as representações aceitas quanto com as rejeitadas, que circulam formal e informalmente também nas escolas:

Sou gay e curto música emo... depois q comecei a me vestir nesse estilo fui sendo cada vez mais excluído na escola... tanto q agora fico isolado no intervalo e na sala... nem tô querendo ir mais pra escola... aí eu penso: Por q as pessoas q eu achava serem amigos se afastaram? Por ter estilo emo ou por q descobriram q sou gay?, pq nao me assumi pra ninguém na escola... eh nessas horas q a gte v qm são os amigos d vdd... Por isso procuro miguxos... eles são mais compreensíveis... Não importa se eh gay ou ht... pq Emos e gays são diferentes rótulos q inventaram... PRA MIM TODOS SÃO IGUAIS!!!!!!! (Comunidade Odeio preconceito contra emo, 24/09/2008).

A poética e o dizer-se dos sujeitos emos parece exprimir-se em uma “estética andrógina”, que aponta para uma relação com o corpo e com os espaços a partir daquilo que podemos chamar de “montação” de si.



Os educadores fazem bem em considerar as várias possibilidades de representações da homossexualidade na cultura popular e o que essas representações podem significar em termos de luta da juventude por seus direitos civis.

Quando pensamos em como os jovens constroem a si mesmos, parece que os educadores fazem bem em considerar as várias possibilidades de representações da homossexualidade na cultura popular e o que essas representações podem significar em termos de luta da juventude por seus direitos civis. O que se sabe sobre as relações entre escolarização, currículo, cultura popular e representações particulares de hetero e homossexualidade? Parece ser preciso compreender as histórias de desejo e amizade que teimam em existir, apesar das condições hostis.

Nesse sentido precisamos pensar, também no âmbito das estratégias educacionais, os contextos e as condições sociais na formação das identidades juvenis, porque esses contextos e essas condições parecem ser, geralmente, sombrias, além de, por vezes, repressivas. Igualmente, urge pensarmos os discursos

contraditórios que agem quando essas identidades perpassam o conhecimento escolar, a pedagogia e os professores/as, e também como devemos/podemos fazer para ir além de vincularmos os corpos ao problema da homofobia.

Ciente de minhas limitações como pesquisadora, procurei, tal como refere Santos (1997), interrogar-me sobre os limites de minha capacidade de conhecer o outro, de expor minhas dúvidas, bem como sobre o caminho que me levou à interpretação/análise – sempre parcial. Questiona-se, nesse tipo de investigação, a legitimidade *dada* ao/a pesquisador/a para falar/escrever, isto é, representar o outro. Tais questões passam pela compreensão de que tomamos nossas práticas culturais, nosso ponto de vista como naturais e a partir deles olhamos para as outras práticas, para os outros grupos como se eles fossem

exóticos/alienígenas. Logo, geralmente deve existir um compromisso no sentido do emprego de mais de uma prática interpretativa em qualquer estudo.

Nessa linha ou na contramão dela, posso afirmar que na caracterização dos emos foram identificados seus sentimentos em comum, seus trejeitos, suas aparências e suas atitudes, inseridas no contexto da vida social contemporânea, associada sobretudo à decadência do individualismo. Maneira pela qual procuro compreender a combinação de uma multiplicidade de materiais empíricos, perspectivas teóricas e observações relacionadas a esse estudo de forma estratégica, com o rigor, o fôlego, a complexidade, a riqueza e a profundidade que devem fazer parte da investigação. 

***ANGELA SCHIRMER SIMÃO**, formada em Pedagogia pela UFRGS, participou da Comissão Organizadora da 1ª Conferência Nacional de Juventude. Todas as tiras apresentadas neste artigo foram retiradas dos sites <https://autoliniers.blogspot.com> e www.porliniers.com e inseridas de modo estratégico nos temas abordados ao longo do texto para livre associação do leitor, com autorização prévia do autor.

NOTAS

(1) O orkut é uma rede social filiada ao Google, criada em 19 de janeiro de 2004 com o objetivo de ajudar seus membros a criar novas amizades e manter relacionamentos. Seu nome originou-se do projetista-chefe, Orkut Büyükkökten, engenheiro turco do Google. Esses sistemas são também chamados de rede social. O orkut é a rede social com maior participação de brasileiros (mais de 23 milhões de usuários). Wikipédia (2008).

(2) Ao proclamar essa definição, o governo está na verdade elegendo os beneficiários de recursos e programas das políticas públicas de juventude.

(3) Apenas 40% dos jovens brasileiros concluem o Ensino Médio (IPEA, 2005). Apenas 3,6% dos jovens entre 20 e 24 anos chegam à Universidade (Instituto Cidadania, 2003).

(4) Do conjunto dos jovens, 56,6% não praticam atividade esportiva regularmente. Entre as mulheres, o índice é de 80,7% e entre os homens de 32,1% (UNESCO, 2004). Entre os programas que os jovens mais gostam de fazer no tempo livre, mas nunca fazem por vários impedimentos, estão as atividades de lazer (43%), seguidas de atividades culturais (24%) e esportivas (7%) (UNESCO, 2004).

(5) Entre os jovens de 15 a 24 anos, 87% dos que moram nas cidades e 95% dos que moram no campo nunca participaram de projetos culturais promovidos pelo governo ou por ONG's (Instituto Cidadania, 2003). A média de leitura por ano no Brasil é de 1,8 livro por pessoa (IBGE e IPEA, 2007).

(6) Quase metade (45,5%) dos desempregados das seis maiores regiões metropolitanas do Brasil têm entre 16 e 24 anos. (DIEESE, 2006).

(7) Apesar da redução no número médio de filhos por mulher em todo o país, houve um ligeiro aumento na proporção de meninas de 16 e 17 anos com filhos. Entre 2004 e 2005 esse número passou de 6,8 para 7,1%.

(8) Entre os jovens brasileiros, 14% iniciam o uso de bebidas e cigarros com idade entre 14 e 17 anos. A facilidade em conseguir esses produtos através do comércio é um dos fatores que levam os jovens ao consumo (Unidade de pesquisa em Álcool e Drogas – Uniad, UNIFESP 2007).

(9) O Brasil produz 240 mil toneladas de lixo por dia. Apenas 2% desse lixo é reciclado. A título de comparação, o percentual de lixo urbano reciclado na Europa e nos EUA é de 40% (www.reciclagem.net). Acessado em 10/10/2008.

NOTAS

(10) Dentre os jovens, 59% acham que o melhor jeito para resolver os problemas do país é a participação da população nas decisões importantes do governo (Insituto Cidadania, 2003).

(11) Segundo a pesquisa Juventude e Sexualidade (UNESCO, 2004), 25% dos jovens entrevistados não gostariam de ter um homossexual como colega de classe. Registra-se um crime de ódio anti-homossexual a cada três dias, totalizando uma média de 100 homicídios anuais. A partir de 2000 essa média vem aumentando: 125 crimes por ano, sendo que em 2004 atingiu-se um recorde: 158 homicídios (Grupo Gay da Bahia, 2005). Entre os homens homossexuais, 32% já sofreram algum tipo de discriminação em ambiente escolar. (APOGLBT, 2007).

(12) Neste item, a autora compartilha diversas informações obtidas de maneira empírica, tendo como aval o fato de ter vivido experiências como observadora-participante estabelecendo amizades que forneceram conhecimento sobre os fãs do estilo.

(13) MTV (Music Television) é um canal de televisão pago estadunidense sediado em Nova Iorque. Originalmente, a programação da MTV era completamente dedicada a vídeos, especialmente de rock. Depois, a MTV tornou-se um canal com diferentes materiais destinados a adolescentes e jovens. Wikipédia 2008.

(14) All-Star é um modelo de tênis fabricado pela marca Converse. Surgiu em meados de 1917, embora sua popularização só tenha ocorrido alguns anos depois, quando, em 1923, foi criado o modelo All Star Chuck Taylor. Ele surgiu de uma parceria com o jogador de basquete estadunidense Chuck Taylor. Inicialmente, esse tênis foi desenhado para a prática do basquete, uma vez que não existiam à época cal-

çados especializados para a prática desse esporte. Posteriormente o calçado começou a ser difundido por bandas como The Ramones, conjunto de punk-rock do fim dos anos 70, por artistas pop e pela mídia televisiva em meados da década de 80.

(15) O jovem usava All Star amarelo, calça jeans justa e cabelo pintado com mechas.

(16) Cabe destacar que os nomes aqui apresentados foram atribuídos pela própria autora na direção de manter o anonimato dos participantes. Além disso, todas as citações aqui apresentadas, sejam elas decorrentes de conversas informais junto aos jovens emos, sejam retiradas das comunidades do orkut, mantêm o formato, a grafia e os símbolos originais. Serão reproduzidas neste trabalho com fidelidade, por entender-se que o estilo de digitação, de fala e até mesmo os erros contribuem para a caracterização desses usuários.

(17) É possível notar uma certa infantilização das palavras. Ao vivo, os emos costumam conversar de maneira infantilizada, usando vocabulário e, muitas vezes, fonética típica de criança: trocam o som de /r/ por /l/, de /s/ por /x/, por exemplo. Então, ao se estabelecerem no orkut, eles não apenas trazem as palavras, mas tentam também transmitir essa pronúncia infantil na escrita. Passaram a escrever voxê (que ainda pode ser reduzido a vx) em vez de "você", "kelu" em vez de "quero", "ixo" em vez de "isso", "axim" em vez de "assim", e assim por diante.

(18) O Parque Farroupilha, ou simplesmente Redenção, é um parque urbano de Porto Alegre, localizado no Bairro Bom Fim, patrimônio histórico e cultural da capital dos gaúchos. O Parque da Redenção possui 12 recantos de interesse e 38 monumentos, dentre eles o Monumento ao Expedicionário, também conhecido como "Arco". Tombado em 1997, é um dos principais pontos turísti-

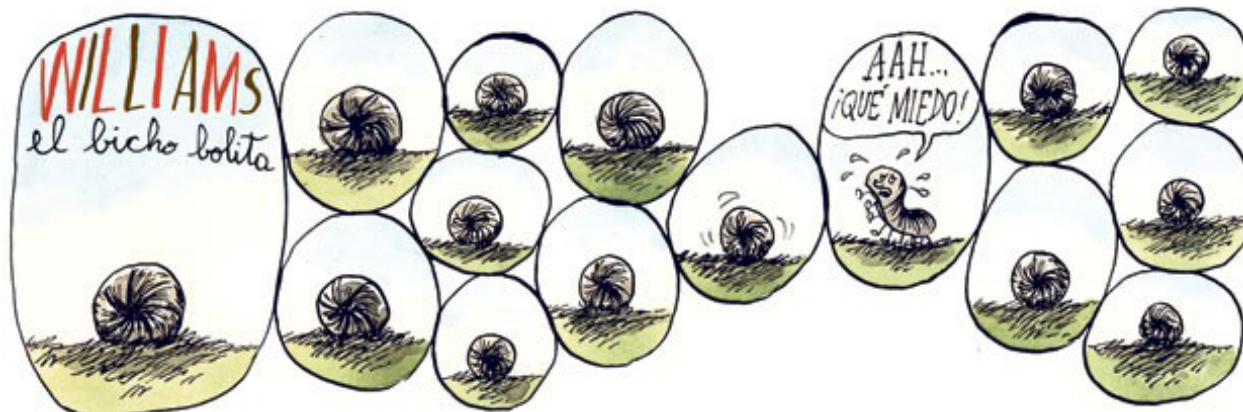
cos da capital. Junto ao parque funciona aos domingos uma feira de artesanato chamada Brique da Redenção. O Brique da Redenção, antigo Mercado de Pulgas, abarca mais de 300 bancas que expõem à venda antiguidades, artesanato e artes plásticas. O Brique é, também, um tradicional ponto de manifestações políticas e culturais no qual a música, o teatro e a dança sempre encontram fiéis apreciadores. Veja mais em <http://aredencao.com.br>. Acessado em 06/11/2008.

(19) Kiss (ou KISS) é uma banda de hard rock/heavy metal dos EUA, formada em Nova York em 1973, conhecida mundialmente por suas maquiagens e por seus concertos muito elaborados e até exagerados que incluem sangue, guitarras esfumaçantes, fogo cuspidor, pirotecnias e muito mais. Wikipédia 2008. Acessado em 08/11/2008.

(20) Judas Priest é uma banda inglesa de heavy metal que foi criada em meados de 1969, em Birmingham. O primeiro disco da banda ("Rocka-Rolla") foi lançado em 1974 pela Gull Records. A banda vendeu cerca de 40 milhões de discos em mais de 30 anos de existência, influenciando um número significativo de bandas de heavy metal e hard rock durante o processo. Podemos citar entre esses grupos como Guns N' Roses, Slayer, Pantera, Accept, Skid Row, Iron Maiden, Metallica, Megadeth, entre outros. Wikipédia 2008. Acesso em 08/11/2008.

(21) "Eles taxam as pessoas que vem aqui de emo, mas ninguém é, todo mundo é, é emotivo. Todo mundo que usa um All Star. Tem o dia de se reunir: quinta é Total, sábado Germânia, sexta Praia de Belas, Domingo é o Arco da Redenção" (Maíra, 14 anos).

(22) Porão do Beco, Av. Independência – Porto Alegre (RS).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITZMAN, Débora. "O que é essa coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo". *Educação e Realidade*. Porto Alegre: Faced/UFRGS, v.21, n. 1, jan/jun 1996.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE – 1. 2008. *Texto base*. Brasília: SNJ, 2008. 23 p.

CONJUVE. *Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

COTES, Paloma. "Punks no jardim-de-infância". *Época*, São Paulo, n. 403, pp. 96-99, Fev. 2006.

EUGÊNIO, Fernanda. "Corpos voláteis: estética, amor e amizade no universo gay". In: Mendes de Almeida, M. Isabel & Eugenio, Fernanda (orgs). *Culturas Jovens – Novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GARBIN, Elisabete Maria. *www. Identidadesmusicaisjuvenis.com.br: um estudo de chats sobre música da internet*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 270 p.

HOUAISS, Antônio. *Mini Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, 2003.

KOBAYASHI, Érika. "Menino beija menino". *Capricho*, São Paulo, n. 989, pp. 84-87, Abril. 2006.

NOVAES, Regina. "Os jovens e hoje: contextos, diferenças e trajetórias". In: Mendes de Almeida, M. Isabel & Eugenio, Fernanda (orgs). *Culturas Jovens – Novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi. "Um preto mais clarinho ou dos discursos que se dobram nos corpos produzindo o que somos". *Educação e Realidade*. Porto Alegre: Faced/UFRGS, v. 22, n.2, jul/dez 1997.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. "Identidades para serem exibidas – breve ensaio sobre o Orkut". In: SOMMER, Luís Henrique; BUJES, Maria Isabel (org.). *Educação e cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens*. Canoas: ULBRA, 2006.



DOSSIÊ
JUVENTUDE & ESPORTE



Esporte, olimpismo e juventude: em busca do protagonismo social

Marta Corrêa Gomes*

O conceito de protagonismo da juventude tem sido amplamente utilizado nos discursos institucionais, que refletem, e muitas vezes desencadeiam, estudos sobre impactos das políticas públicas para a inclusão social dos jovens. Obviamente, assim também se dá no âmbito esportivo. O fato é que a idéia de protagonizar não significa reduzir ações à ampliação de ofertas de projetos de participação e de massificação no atendimento a essa população, discurso frequentemente apoiado no artigo 217 da Constituição Brasileira de 1988, em que o esporte se evidencia como bem cultural que deve ser acessível a todos como direito de cidadania.

Projetos sociais esportivos, embora se justifiquem sob o argumento de combate aos efeitos da pobreza e à exclusão no acesso aos bens públicos, culturais e científicos, ainda não se têm espelhado de forma significativa no aumento de verbas para investimentos na educação e na educação esportiva de qualidade. Basta fazer uma rápida análise do quadro da educação no Brasil: embora o número de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos matriculados nas escolas esteja beirando os 100%, verificam-se ainda cerca de 14,2 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais, segundo os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE com dados de 2008 (IBGE, 2009). Embora 95% desse número de analfabetos tenham 25 anos ou mais,



Cerimônia de abertura dos Jogos da Cidade, em Guarulhos (SP)

o relatório apresenta um índice de 21% de analfabetos funcionais concentrados em pessoas com mais de 15 anos, que, embora saibam ler, não conseguem usar a leitura, a escrita e o cálculo de forma satisfatória para seu pleno desenvolvimento. Assim, também podemos considerar questionável o que se tem chamado de democratização do esporte nas políticas de esporte e lazer: por um lado persiste o analfabetismo esportivo (1); por outro, mesmo que fosse fato comprovado o investimento maciço no esporte de alto nível, seria forçoso constatar que este também não demonstra resultados coerentes ou satisfatórios se comparados ao PIB brasileiro, ou se comparados ambos os números à situação de outros países (MARINHO, CARDOSO e ALMEIDA, 2009).

Os números do acesso à educação e ao esporte no Brasil não param de crescer (2), mas a dialética quantidade-qualidade precisa urgentemen-

te ser revista no que tange à qualidade e aos conceitos de massificação e democratização, com vistas a uma síntese não hipócrita de construção de cidadania emancipada através de projetos multissetoriais de educação, nos quais se inclui, também, o esporte. Como demonstra Demo (2002), projetos somente assistencialistas mantêm a população dependente desses benefícios minúsculos: "O desespero dos marginalizados pode efetivamente ser comprado a troco de migalhas, tamanha é a miséria material e sobretudo política" (p. 267).

Nesse contexto, instituições governamentais, não-governamentais e privadas estão correndo para "sair na frente" na oferta de projetos esportivos e de formação profissional direta e indireta para "atender" à demanda dos Jogos Olímpicos de 2016 e também dos Jogos Olímpicos da Juventude, que ocorrerão em 2010 na cidade de Cingapura (Cf. TURINI et al, 2008). Não se trata de negar

“Assim como é imbecilizante querer combater pobreza apenas com assistência, não é menos imbecilizante descartar a assistência devida por direito de cidadania”

a importância do oferecimento de serviços, contemplando necessidades básicas e vitais das pessoas. Esse oferecimento é já, por si, uma instância de perspectiva de cidadania – a do direito, especialmente quando verificamos tamanha desigualdade social no Brasil. Mas nos cabe, ao mesmo tempo, o papel de refletir e agir em prol do investimento em programas de educação que possam pensar o esporte em sua relação com a juventude do ponto de vista pedagógico, visando a uma formação de competência popular efetivamente emancipada. Ainda com Demo (2002), “assim como é imbecilizante querer combater pobreza apenas com assistência, não é menos imbecilizante descartar a assistência devida por direito de cidadania” (p. 269).

Convém, assim, observarmos alguns aspectos na relação entre esporte, olimpismo e juventude, firmando um nexos com o movimento voltado para a realização dos Jogos Olímpicos no Brasil. Trata-se aqui de, com base nisso, abrir caminho para uma reflexão sobre a perspectiva de protagonismo social atribuída aos jovens nos programas esportivos, especialmente aqueles voltados aos esportes olímpicos ou à formação de atletas.

Esporte, olimpismo e Educação Olímpica

A Educação Olímpica está associada à educação através do esporte. Pauta-se pelos princípios do **olimpismo**, filosofia de vida proposta por Pierre de Coubertin no final do século XIX e início do século XX. Apesar de bastante genérica, essa filosofia evidencia um teor humanista e internacionalista, bem como a preocupação com a formação integral e harmoniosa das pessoas (3). O

olimpismo busca misturar o esporte com a cultura e a educação, dando ensejo a uma forma de vida baseada na alegria do esforço, no ensino de valores relacionados ao bom exemplo e no respeito pelos princípios éticos universais (4). Coubertin acreditava que a pedagogia olímpica não deveria estar associada somente às competições ou aos esportes olímpicos. Pensava, ao contrário disso, que tal princípio de vida deveria pressupor a prática do esporte e a *euritmia*, entendida como equilíbrio, beleza e harmonia (WACKER, 2009). Conforme também demonstra Wacker, a prática esportiva em si mesma, sem uma filosofia pedagógica, não teria sentido para Coubertin, já que treinar os músculos não seria suficiente para formar uma pessoa.

Por isso ele fazia severas críticas à ginástica desenvolvida nas escolas francesas. Miragaya (2009) observa que Coubertin criticou incansavelmente os líderes esportivos mundiais que evidenciavam ausência de espírito olímpico, de vez que punham em segundo plano os aspectos pedagógicos do esporte em favor das disputas e interesses das competições.

Vários pesquisadores da área de Estudos Olímpicos vêm discutindo e buscando uma melhor compreensão acerca da relação – bastante nevrálgica – entre valores humanos “proclamados” universais e valores particulares vivenciados pelas culturas e pelos indivíduos em suas relações intersubjetivas e grupais (ABREU, 1999; TAVARES, O. & DACOSTA, L, 1999).



Crianças beneficiárias do Programa Segundo Tempo, do Governo Federal

Pode parecer contraditório pensar o olimpismo como filosofia capaz de discutir contradições sociais, desigualdades, injustiças, preconceitos etc, em particular se consideramos sua associação histórica com a gênese do desenvolvimento do esporte, marcada pela criação de códigos de conduta para a formação aristocrática dos novos cidadãos da elite inglesa.

Pode parecer contraditório pensar o olimpismo como filosofia capaz de discutir contradições sociais, desigualdades, injustiças, preconceitos etc, em particular se consideramos sua associação histórica com a gênese do desenvolvimento do esporte, marcada pela criação de códigos de conduta para a formação aristocrática dos novos cidadãos da elite inglesa. Com efeito, através de conceitos como os de *fair play* e amadorismo o esporte desenvolveu-se em seus primórdios ditando nitidamente normas e condutas de classe. Como afirma Bourdieu (1983), as “escolas totais”, assim como outras instituições, forjavam aos poucos marcas implícitas e explícitas de disciplinarização corporal e moral dos jovens na formatação de uma nova ordem social capitalista. Como argumenta Elias (1992), no esporte se inscrevem as marcas do autocontrole das emoções. Isso ocorre a partir de um complexo processo civilizador que tem lugar na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, onde a violência física passava a ser substituída pela violência simbólica como uma nova forma de configuração dos conflitos sociais. Com a excitação e a tensão imitando dramas da vida real, revelava-se a possibilidade de teatralizar os conflitos, minimizando as possíveis implicações nocivas da violência e substituindo-as por efeitos catárticos de sensação agradável e curativa.

Bracht (2002) observa que o esporte parece antecipar princípios, normas de conduta e valores do capitalismo e das modernas sociedades de mercado, ao mesmo tempo em que vem refletindo a fragmentação e a pulverização identitária típicas das sociedades ditas pós-modernas. O fato é que, ao longo destes mais de cem anos, o movimento em torno do esporte foi o de sua mercantilização e o de sua ideologização (com a disputa em torno das nações capitalistas e ditas socialistas, na então Guerra Fria), mas também o de sua autono-

O esporte, como outras práticas corporais, torna-se multifacetado nas “mãos” das diferentes culturas e classes sociais, na medida em que sua forma de apropriação guarda naturezas sincrônicas e diacrônicas no âmbito das sociedades e respectivas culturas.



mia. Ou seja: o esporte, como outras práticas corporais, torna-se multifacetado nas “mãos” das diferentes culturas e classes sociais, na medida em que sua forma de apropriação guarda naturezas sincrônicas e diacrônicas no âmbito das sociedades e respectivas culturas. Com isso, o movimento esportivo vai se reinventando e ganhando diferentes significados e sentidos, dependendo da forma como é protagonizado (5). Da mesma forma que o esporte, o olimpismo, como filosofia de vida a ele associada, também é hoje palco de inúmeras reinterpretções, baseadas nas diferentes possibilidades de se pensar e fazer a prática esportiva pautada em valores éticos e emancipadores.

Educação Olímpica para o protagonismo juvenil

Face a escolha do Brasil como sede de megaeventos esportivos, não podemos prescindir da efetivação de projetos voltados para a Educação Olímpica que acessem o conjunto de conhecimentos até agora desenvolvidos. Todt (2009), ao pensar a Educação Olímpica também como inclusão social, reflete: um país olímpico sem Educação Olímpica? O autor faz alusão à oferta de projetos sociais esportivos incapazes de atender à lógica da inclusão de fato, que se estabelece pela educação, principalmente no que se refere ao atendimento de jovens em situação de vulnerabilidade social. Souza et al. (2008) demonstram o mito da mobilidade social através do futebol quando apresentam a difícil reconversão da maioria dos jovens pobres que abdicam dos estudos para tentar a carreira futebolística na Europa, como projeto familiar de ascensão social. Quando fracassam, esses jovens não conseguem reinserir-se dignamente no mercado de trabalho.

São exemplos que nos mostram o quanto o protagonismo da juventude associado ao esporte necessita estar vinculado à educação, à vivência esportiva e à participação em discussões contundentes acerca dos valores “do” e “no” esporte. Qualidade de vida associada ao esporte implica também em redistribuição de renda. Assim, o papel da Educação Olímpica precisa ser repensado em uma direção não doutrinária, mas dinâmica, entendendo a própria razão axiológica do esporte, considerando a via de mão dupla entre valores na relação indivíduo-sociedade.

A Educação Olímpica opera com os seguintes pressupostos centrais:

1) Ela não é simplesmente a educação através do esporte. Ao contrário, traz à tona princípios centrais do olimpismo (TAVARES, 2009), tais

como: **respeito** (a si próprio, ao seu corpo, às outras pessoas, ao esporte, às suas regras e regulamentos e ao meio ambiente); **amizade** (esporte como instrumento para o entendimento mútuo entre as pessoas); **excelência, superação** (fazer sempre o melhor possível, em todos os aspectos da vida, valorizando a participação mais do que a vitória, em padrões de respeito à integridade física). Os temas de um modo geral abordados pela Educação Olímpica são: **desenvolvimento integral e harmônico do homem** (a não fragmentação, a não mecanização do movimento, considerado como produto e produção estética); **o multiculturalismo**, as diferenças; **a ética** e os princípios do *fair play*; **os Jogos Olímpicos** (organização, estrutura, lógica interna/externa etc).

2) O esporte é o foco de um processo pedagógico. Mas a Educação Olímpica não pode ser vista como sinônimo de Educação Física, e vice-versa. Cabe à Educação Física escolar socializar os jovens de forma co-participativa através de uma ampla variedade de conhecimentos/habilidades da cultura corporal de movimento (esportes, danças, ginásticas, jogos, lutas etc.), e não exclusivamente através do esporte, de modo a desenvolver a autonomia a

Temos alertado acerca dos materiais didáticos de caráter universalista que são desenvolvidos para jovens, indicados por instituições internacionais para serem usados em diferentes culturas.

partir de princípios como diversidade e inclusão. Na unidade “esporte”, sugere-se incluir a Educação Olímpica e os temas de discussão.

3) A Educação Olímpica não se circunscreve aos projetos escolares formais e nem à Educação Física escolar. Ela pode e deve ser incluída como conteúdo multidisciplinar no projeto político-pedagógico da escola e em projetos sociais, envolvendo todas as outras disciplinas e atividades com o debate entre os jovens acerca do esporte e em particular dos Jogos Olímpicos. A história do esporte e suas relações com a sociedade capitalista de mercado; os Jogos Olímpicos gregos e os modernos quanto aos valores de virtude, heroísmo, estética e violência; as cidades-sede e a geografia política e urbana; a inclusão das minorias sociais; as estatísticas de medalhas, suas relações com nível de desenvolvimento humano dos países – esses e muitos outros assuntos poderiam ser abordados.

Temos alertado, contudo, acerca dos materiais didáticos de caráter universalista que são desenvolvidos para jovens, indicados por instituições internacionais para serem usados em diferentes culturas (GOMES, 2002). Nesta análise demonstramos o tratamento dado ao multiculturalismo como componente pedagógico da Educação Olímpica, através das categorias “conceito de cultura”, “etnocentrismo”, e “raça e cultura”. Observamos que, de um modo geral, as atividades propostas para o conhecimento de outras culturas transmitem uma ideia evolucionista. Tal visão leva facilmente ao etnocentrismo. Propomos, ao contrário disso, pensar o conceito de cultura sob o ponto de vista de Geertz (1989), no sentido de “teia de significados” atribuídos às práticas e realidades sociais. Observamos ainda uma tendência em misturar os conceitos de Raça e Cultura. As misturas conceituais podem levar ao entendimento equivocado do conceito de raça como cultura ou da raça determinando a cultura e os comportamentos. Seria imprescindível na formação de jovens desmistificar a ideia de que a raça determina a cultura, assestando o princípio de que as diferenças culturais são fruto dos múltiplos significados que as pessoas, em sua interação, conferem à sua vida em grupo. Reafirmando Levi-Strauss (1952), existem muito mais culturas do que raças.

Verificamos diversos avanços do governo federal no que respeita à realização de pesquisas sócio-diagnósticas sobre discriminação de gênero, idade e etnia em programas de esporte e lazer. Essas iniciativas objetivam



Embora o esporte seja dotado de princípios constitutivos, como a competição, os valores não são essencialmente do esporte, mas se refletem no esporte e são também gerados a partir dos significados que os indivíduos, grupos sociais e instituições dão à sua prática.



diminuir as barreiras que afastam as pessoas dos projetos, além de prover dados para a elaboração de material pedagógico capaz de trazer à tona certas reflexões em grupos focais de discussão, ampliando o protagonismo juvenil (VOTRE, 2009) e concorrendo para a formação de uma cidadania emancipada através do esporte.

Entendemos que o esporte é uma prática corporal construída, vivenciada e modificada na interação de homens e mulheres na cultura, refletindo seus valores e gerando novos. Sua forma e sua constituição associam-se aos objetivos atribuídos a ele. Nessa perspectiva conclui-se que, embora o esporte seja dotado de princípios constitutivos, como a competição, os valores não são essencialmente **do** esporte, mas se refletem **no** esporte e são também gerados a partir dos significados que os indivíduos, grupos sociais e instituições dão à sua prática (DACOSTA et al, 2007).

Assim, o desenvolvimento de qualquer projeto institucional de Educação Olímpica é uma ação político-pedagógica e reflete intenções sobre o tipo de nação e de cidadania que se deseja alcançar. Logo, pensamos um modelo de Educação Olímpica com finalidades ético-políticas, capaz de compreender o desenvolvimento humano como formação do cidadão do mundo, mas também do cidadão da cidade, com participação ativa na comunidade, no país. Recorrendo a Edgar Morin (2003), a consciência de pertencer à espécie humana e de desenvolver a cidadania planetária deve estar acompanhada da consciência de uma cidadania de autonomias individuais. ❶

***MARTA CORRÊA GOMES** é Mestre em Educação Física e Cultura pela Universidade Gama Filho (UGF), com formação em Ciências Sociais (UFRJ) e Educação Física (UGF). Professora do Departamento de Educação Física da Universidade Gama Filho e coordenadora pedagógica do Centro de Educação Física e Esportes da FAETEC-CETEP Quintino no Rio de Janeiro. Membro do grupo de pesquisa em Estudos Olímpicos da UGF.

NOTAS

(1) Tanto no saber fazer esportivo quanto no pensar e refletir criticamente sobre esse fazer.

(2) Em 2005, por baixa estimativa, computamos quase dois milhões de crianças e jovens em projetos esportivos governamentais e não governamentais (GOMES e TURINI, 2005) nas principais cidades do país. Em 2007 só o Projeto Segundo Tempo do Governo Federal apresentou números acima de dois milhões de jovens (ME

– Projeto Segundo Tempo. Disponível em www.seguro.esporte.gov.br/segundotempo/visualizacaoBrasil.asp.

(3) Coubertin viveu o cenário de conflito entre as nações que culminou na 1ª Guerra Mundial (1914). Ao instituir os Jogos Olímpicos modernos em 1896, procurou reviver os Jogos da Antiguidade Clássica com a perspectiva de busca da paz entre os povos, entendendo o esporte romanticamente como celebração da compreensão mútua e

da paz universal.

(4) Princípio 1 da Carta Olímpica.

(5) Podemos fazer, inclusive, um paralelo entre o esporte, o movimento hip-hop brasileiro e o próprio forró, este último percorrendo um movimento contrário, isto é, da cultura popular à cultura de elite, “formatado” pelos “modos” de dançar de universitários e pelas figuras da dança de salão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Neise G. *Multicultural responses to olympism – An ethnographic research in Ancient Olympia, Greece* (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: mimeografado, 1999.

BRACHT, Valter. “Esporte, história e cultura”. In: PRONI, M; LUCENA, R. *Esporte: história e sociedade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. pp. 191-205.

DACOSTA et al. *Manual valores do esporte SESI*. Brasília: SESI/DN, 2007.

DEMO, Pedro. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez / Instituto Paulo Freire, 2002.

BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser desportivo?”. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero LTDA, 1983. pp. 137-153.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 1992.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Marta C.; TURINI, Marcio. “Projetos esportivos de inclusão social (PIS) – crianças e jovens”. In: DACOSTA, L. (org). *Atlas do esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2005. pp. 602-612.

GOMES, M. “Olympic Education: sameness versus otherness in multicultural approaches”. In: DACOSTA, L. *Olympic Studies – Current Intellectual Crossroads*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002. pp. 255-273.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. Lisboa: Editorial Presença, 1952.

INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *Olympic Charter*. Lausanne: IOC, 1994.

MARINHO, A.; CARDOSO, S.; ALMEIDA, V. *Avaliação da eficiência*

técnica dos países nos Jogos Olímpicos de Pequim – 2008. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

MIRAGAYA, Ana. “Educação Olímpica: O legado de Coubertin”. In: REPPOLD FILHO, A.; PINTO, L.; RODRIGUES, R. P.; ENGELMAN, S. *Olimpismo e Educação Olímpica no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MORIN, Edgard. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 8ªed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

SOUZA, C. A. M. et al. “Difícil reconversão: futebol, projeto e destino em meninos brasileiros”. PA: *Horizontes Antropológicos*. Ano 14, n.30, pp. 85-111, jul/dez. 2008.

TAVARES, O.; DACOSTA, L. (orgs). *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999.

TAVARES, O. “Educação Olímpica para o Rio de Janeiro 2016”. In: REPPOLD FILHO, A.; PINTO, L.; RODRIGUES, R. P.; ENGELMAN, S. *Olimpismo e Educação Olímpica no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TODT, Nelson S. “Um país olímpico sem educação olímpica?”. In: Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social 1ª Edição: Coletânea de premiados de 2008. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. pp. 370-382.

TURINI, Marcio et al. “Jogos Olímpicos da Juventude”. In: DACOSTA et al (Ed). Brasília: Ministério do Esporte, 2008. pp. 377-381.

VOTRE, Sebastião et al. *Discriminação de Gênero, idade e etnia em programas de esporte e lazer: subsídios para elaboração de políticas públicas inclusivas*. Rio de Janeiro: UGF, 2009. (Disponível em: <<http://74.125.93.132/search?q=cache:JoQQPMvco9gJ:professorvotre.pro.br/artigos/dpel.doc+discriminacao+de+genero,+idade+e+etnia+votre&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&client=safar>>. Acesso em 07 nov. 2009.

WACKER, Márcia de F. N. “Educação Olímpica, olimpismo e eutritmia”. In: REPPOLD FILHO, A.; PINTO, L.; RODRIGUES, R. P.; ENGELMAN, S. *Olimpismo e Educação Olímpica no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. pp. 29-40.

Qualidade de vida e espaços públicos de lazer para a juventude empobrecida

Edgard Matiello Júnior, Marília Irene Inácio e Paulo Ricardo do Canto Capela*

Palavras iniciais

Para os que atuam com responsabilidade na relação lazer-qualidade de vida junto a populações empobrecidas, é fácil notar que não há condições plenas para aproveitar o lazer quando ocorre excessivo desgaste do corpo para manter a sobrevivência, ou quando ele é praticado em situações permanentes de improviso.

Sobre qualidade de vida, esse tem sido considerado um conceito em permanente construção/reconstrução. Refere-se a uma aspiração coletiva, mas possível de se manifestar nos indivíduos. Expressa estado de emancipação, de conquista de bens materiais e imateriais, produzidos e compartilhados socialmente. Pressupõe-se, portanto, que para melhorias efetivas na qualidade de vida das populações não basta apenas tomar medicamentos, curar as doenças ou fazer exercícios, sendo necessário atuar sobre as condições sociais, econômicas e políticas que lhes são determinantes.

Nesse contexto, pretendemos aqui refletir sobre as possíveis (e difíceis) relações entre o lazer e a qualidade de vida de jovens residentes em área segregada conhecida como Alto da Caieira, em Florianópolis (SC), buscando, a partir dessa realidade, identificar questões importantes a serem consideradas no trabalho com as juventudes empobrecidas de outras localidades.

“Daqui do morro dá pra ver tão legal
O que acontece aí no seu litoral
Nós gostamos de tudo, nós queremos é mais
Do alto da cidade até a beira do cais
Mais do que um bom bronzado
Nós queremos estar do seu lado”

*(Nós vamos invadir sua praia,
de Roger Rocha Moreira, do grupo Ultraje a rigor)*

Crescimento urbano empobrecedor

A conjunção do crescimento empobrecedor com a rápida urbanização se transformou em um poderoso mecanismo de segregação espacial e de exclusão social. Na atualidade, as cidades não só refletem passivamente essa marca, como constituem processos ativos de reprodução dessa desigualdade (MARICATO, 1996; 2001).

Exclusão social é um conceito que envolve abrangência e complexidade, fortemente ligado às noções de segregação e pobreza, embora não se restrinja a elas. Enquanto a concepção de pobreza é milenar e naturalizada, a concepção de exclusão social indica um processo histórico, sendo, portanto, resultante de uma determinada política excludente. A exclusão traz o foco maior sobre os processos e não tanto sobre os resultados.

A cidade é o espaço onde se concentram os recursos humanos, materiais e financeiros da sociedade. É para ela que converge o maior fluxo desses recursos, bem como a maior parte dos problemas e conflitos. Em

realidade, nela se constata um desenvolvimento desigual, na medida em que sua constituição é fruto do processo de acumulação do capital. Dessa forma, o mais comum é manter-se a lógica de investimento de recursos públicos para infraestrutura e serviços em áreas escolhidas pela especulação imobiliária, resultando esse processo, por um lado, em elevados lucros privados pela venda de terrenos à população das classes média, média alta e alta, e, por outro, na segregação dos pobres, os quais não têm condições de pagar por áreas tão valorizadas.

Existem duas referências clássicas de divisão do cenário urbano. A primeira e mais importante é o *centro*, área nuclear que funciona como espaço de atração (econômica, social e política), cujos acesso e efetivo gozo devem cumprir exigências da ordem do capital. Estar próximo do centro significa *distinção* e acesso fácil a todos os bens e serviços que a cidade pode oferecer.

A segunda referência, a *periferia*, é definida como segregada, em

virtude das condições precárias de seus espaços e do tradicional distanciamento das áreas centrais (CORRÊA, 1995). Geralmente, é ocupada pela população de baixa renda, a qual acumula problemas relacionados a habitação, transporte, saneamento básico, saúde, educação e espaços de lazer, com carência de políticas sociais para enfrentar a situação de pobreza e marginalidade em que se encontra.

Qualidade de vida e a questão do espaço urbano

A partir da ilusão de que, na modernidade, a classe trabalhadora contaria com a redução da jornada de trabalho e o consequente aumento do tempo livre, os usos desse tempo passaram a figurar como preocupação de setores hegemônicos da economia. Assim, duas estratégias foram utilizadas: uma delas se refere à desqualificação de práticas de lazer comuns à classe trabalhadora, como ressalta Julião (1992, p. 120) ao dizer que o discurso dominante lograva “despachá-las para os subterrâneos urbanos, desautorizando-as a integrarem social e politicamente a cidade”. A outra

Pressupõe-se que para melhorias efetivas na qualidade de vida das populações não basta apenas tomar medicamentos, curar as doenças ou fazer exercícios, sendo necessário atuar sobre as condições sociais, econômicas e políticas que lhes são determinantes.

assume a forma de alternativas a essas práticas, pensadas e estruturadas com o intuito de enquadrar as atividades lícitas e permitidas para esse tempo. Dentre elas, Melo e Alves Júnior (2003) citam o esporte moderno como uma alternativa àquelas “barbáries”.

Nesse processo, ao mesmo tempo em que transformava espacialmente a cidade, a urbanização transformava também os modos de vida de seus habitantes ao regular a circulação e ao organizar locais específicos para cada atividade. Dessa mesma maneira iam sendo definidas as próprias atividades que, desde então, seriam cabíveis a essa sociedade civilizada, ordenada e asséptica que se pretendia formar.

Contemporaneamente, esse fenômeno também pode ser percebido em Florianópolis, tanto no que se refere às atividades adotadas quanto no que tange a distribuição espacial de acor-

do com a classe social e a atividade política e econômica que os indivíduos desempenham – ou seja, seu papel e seus hábitos sociais, mensurados de acordo com as premissas desse modelo civilizado de sociedade.

Dessa forma, pode-se considerar que o Alto da Caieira vive uma situação das mais diferenciadas, porque, embora não se caracterize como região fisicamente distante do centro do município, essa comunidade foi constituída historicamente em meio ao convívio muito próximo com outras comunidades, cujos limites foram previamente demarcados. De todas as formas, isso impede suas possibilidades de crescimento e desenvolvimento, deixando sua população, principalmente a jovem, enclausurada no topo do morro, em contato apenas visual com as belas praias que circundam a Ilha.

Luta pelo lazer e qualidade de vida no Alto da Caieira

Conforme literatura especializada (Demo, 2001, 1994; Dieckert, 1994; Manhães, 2002; CBCE, 1997; Cavalcanti, 1984), as políticas públicas de esporte e lazer oferecidas às comunidades empobrecidas quase sempre são produzidas por tecnocratas e *experts* distanciados do cotidiano das pessoas a que se destinam, os quais, em seus gabinetes ou salas universitárias, planejam equipamentos e atividades que: i) cooptam politicamente os sujeitos em virtude de serem – o esporte e o lazer – elementos sedutores e geradores de falsa sensação de segurança social; ii) são



Crianças brincam no meio da rua no Alto da Caieira, em Florianópolis/SC

Ao mesmo tempo em que transformava espacialmente a cidade, a urbanização transformava também os modos de vida de seus habitantes ao regular a circulação e ao organizar locais específicos para cada atividade.

realizadas com a intenção de ocupar o tempo livre da população carente, mantendo-a em “áreas autorizadas das cidades”, tornando-a invisível aos demais moradores incluídos nos projetos de lazer das áreas “centrais”; iii) promovem a “docilidade” de jovens e crianças que, ao se alienarem no seu lazer, são também alienados e impedidos de reivindicar do poder público outros de seus direitos mais elementares e legítimos.

No caso do Alto da Caieira, devido à carência de recursos financeiros da população; à dificuldade de mobilidade em relação aos bairros vizinhos, e à falta de investimentos em equipamentos públicos de lazer no local, os moradores costumam usufruir de seu lazer nas próprias moradias e na área minúscula dos lotes e regiões circundantes, disputando espaço com a baixa qualidade construtiva das ruas. E, quando os moradores buscam o lazer em contato com outros membros da comunidade, o fazem num espaço compreendido como um campo de futebol, o qual foi construído pelos próprios moradores e encontra-se em condições precárias de uso desde sua criação, há cerca de vinte anos.

Na relação direta com elementos constituintes da qualidade de vida – noção que, como vimos no início, remete-nos inevitavelmente ao âmbito coletivo –, tocaremos aqui rapidamente em alguns aspectos da vida comunitária que, se não nos permitem aprofundamento neste espaço de divulgação, podem ao menos incentivar estudos posteriores, que busquem abordar de forma mais aprofundada a relação entre qualidade de vida e lazer de nossas juventudes:

1 – Devido a conflitos com moradores jovens de bairros circundantes, muitos jovens do Alto da Caieira não podem sair desse local, comprometendo inclusive o acesso aos estudos. A falta de dinheiro também proporciona o isolamento. Enfim, aos jovens está imposta uma condição que lhes determina o estilo de vida – eles fazem apenas pequenas escolhas conforme o contexto lhes permite. Confrontados, os moradores realizam práticas de lazer que não costumam superar a imitação do futebol nos moldes oficiais, mesmo que com equipamentos e vestimentas improvisados e inseguros.

2 – A poucos metros dali, em áreas em que a paisagem urbana muda sensivelmente, é possível vislumbrar dezenas de equipamentos de lazer de melhor qualidade técnica e estética, confirmando que os investimentos do poder público costumam ser empenhados em áreas de moradores com maior poder aquisitivo, de reivindicação e de pressão.

Como educadores, a partir dessas constatações observadas em diálogo permanente com os moradores, temos buscado desenvolver análises profundas a respeito de suas condições de vida e organização coletiva, visando à superação de seus problemas ligados ao lazer comunitário. Partindo de estudos realizados sobre teóricos do urbanismo e do lazer, das observações e entrevistas em trabalho de campo e da análise crítica dos casos apresentados em diferentes cidades, nossas intervenções têm se pautado pela formação de consciência crítica dos moradores para que percebam o lazer como direito conquistado e como elemento fundamental para obtenção da quali-

dade de vida, ressaltando-se, porém, que não se deve aceitar ofertas “generosas”, impostas de cima para baixo sem a devida análise crítica, nem se contentar com “qualquer coisa”.

Sinteticamente, relacionando o referencial teórico aqui apresentado com as vivências oportunizadas pela práxis desenvolvida junto a essa área específica – o Alto da Caieira –, é possível apresentarmos alguns pressupostos de nossos trabalhos com vistas a subsidiar outras intervenções nesse campo, considerando não apenas o lazer em si, mas sobretudo a qualidade dos espaços públicos onde ele possa ser realizado.

Em primeiro lugar, trabalhar com área segregada requer muito cuidado para não criar falsas expectativas na população, pois é provável que esta já seja bastante descrente na atuação do poder público e nas promessas de colaboradores externos. Quando a área segregada é constituída em meio à ilegalidade e à falta de planejamento, os aspectos da topografia e edificações pré-existentes são limitantes para grandes mudanças nos espaços públicos de lazer.

Nesse sentido, com vistas a uma intervenção mais condizente com a realidade, deve ser considerada a viabilidade financeira do poder público e o respeito à cultura local, devendo ser preservados ao máximo os traços elaborados pela população.

No que se refere à segurança pública, é preciso tentar a ocupação de espaços vazios, buscando dar novos atributos que estimulem a mobilidade e as apropriações dos moradores, contribuindo para evitar a permanência de atividades ligadas ao crime nesses locais.



Não se pode confundir incentivo à criatividade com improviso permanente.

Campinho do Alto da Caieira, único espaço público de recreação da comunidade

Como pressuposto principal, é necessário lembrar que quaisquer propostas de mudanças precisam ser discutidas com a comunidade, de preferência envolvendo sua participação em todas as fases de intervenção. É preciso prever alguma maneira de envolver os moradores no trabalho direto com as obras a serem realizadas, tanto para que se considerem sujeitos de direitos, quanto para que tenham alternativas atuais ou futuras de geração de renda. Para que possam, enfim, imprimir suas marcas culturais naquilo que lhes pertence.

Considera-se mais importante o processo do que o produto da intervenção. Dessa forma, é possível desenvolver processos educativos que problematizem os determinantes das condições de vida precária dos moradores.

Quanto ao lazer, essa é uma dimensão humana fundamental. Não se pode confundir incentivo à criatividade com improviso permanente. Tendo como horizonte a conquista de autonomia e capacidade de organização comunitária, mesmo sem o investimento do poder público, algumas soluções podem ser implementadas diretamente pelos próprios moradores através, por exemplo, de mutirões de limpeza e “arrumação” do espaço de lazer, pressupondo-se a utilização de materiais apropriados e, também, o acompanhamento técnico na realização das obras. Em nossas experiências, é impressionante o poder de mobilização e a sabedoria da própria população para realizar obras de melhoria de interesse cole-

tivo. Impressiona ainda a valorização por eles atribuída aos técnicos que se dedicam a compartilhar de forma responsável seus conhecimentos, até de forma voluntária, em favor de suas causas.

Finalmente, é preciso notar que os espaços de lazer em regiões empobrecidas têm funcionado também como pontos de encontro das comunidades. Assim, o projeto arquitetônico e urbanístico precisa não apenas focalizar as condições físicas do espaço de lazer, mas também urbanizar e qualificar as demandas sociais do bairro naqueles pontos específicos que visem a melhorias nas vias de circulação no entorno do principal espaço considerado – que, no caso do Alto da Caieira, é o campo de futebol. Dessa forma, o espaço de lazer passará a ser considerado como o centro irradiador de um sistema urbanístico, criando uma Rede de Convívio e de Lazer com forte capacidade de agregação comunitária e permitindo, mesmo com as fortes contradições inerentes a todo processo de formação humana, que as características sedutoras do lazer possam entusiasmar para as lutas coletivas, inclusive as que se referem às políticas públicas relacionadas a essa dimensão da qualidade de vida. 

* **EDGARD MATIELLO JÚNIOR, MARÍLIA IRENE INÁCIO E PAULO RICARDO DO CANTO CAPELA** são, respectivamente, doutor em Educação Física, arquiteta e urbanista e mestre em Educação. Integrantes do Vitral Latino-Americano de Educação Física, Esportes e Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: degaufsc@gmail.com.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, Kátia Brandão. *Esporte para todos: um discurso ideológico*. São Paulo: IBASA, 1984.

CBCE (org). *Educação Física escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses*. Ijuí: Sedigraf, 1997.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. Série Princípios. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. Campinas, SP: 1994.

DEMO, Pedro. *Cidadania pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

DIECKERT, Jürgen. *Esporte de lazer: tarefas e chance para todos*. Rio de Janeiro, RJ: Ao Livro Técnico, 1994.

JULIÃO, Leticia. *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)* (Dissertação de Mestrado em Ciência Política). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1992.

MANHÃES, Eduardo Dias. *Políticas de esporte do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARICATO, Erminia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELO, Vítor Andrade de; ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond. *Introdução ao Lazer*. São Paulo: Manole, 2003.

Mercado do futebol, juventude e escola

Antonio Jorge Gonçalves Soares,
Tiago Lisboa Bartholo, Leonardo
Bernardes Silva de Melo e Hugo
Paula Almeida da Rocha*

A sociedade brasileira oferece poucas oportunidades de ascensão social, que, somadas à precariedade da escola pública brasileira e do mercado de trabalho para as novas gerações, transformam o futebol profissional em projeto familiar para as camadas populares.

Marcelo, 16 anos, acorda diariamente antes das seis horas da manhã, organiza seu material de treino e seus livros e cadernos escolares, come algo de forma rápida e pega um ônibus do município de Nova Iguaçu, deslocando-se até a Associação Atlética Portuguesa, um clube de futebol da segunda divisão localizado na Ilha do Governador, Rio de Janeiro (1). Chega ao destino por volta de oito horas da manhã, encontra com seus companheiros e treina das nove horas ao meio dia. Sai correndo para sua escola em Nova Iguaçu e chega, geralmente, 40 minutos atrasado. Todavia, explica que possui liberação dos professores por ter apresentado uma declaração do clube. Às terças e quintas, sai da escola antes do término, também com a anuência dos professores, para treinar futsal na Gávea (Clube de Regatas Flamengo), um bairro localizado na zona sul da cidade que fica a 50 km de Nova Iguaçu. Nos dias de treino de futsal, Marcelo chega em casa por volta das dez e meia da noite. Essa vida corrida entre ônibus, treinos e escola demonstra o investimento de tempo e recursos que o jovem e a sua família fazem em função do sonho de tornar-se jogador de futebol.

As reflexões e questões norteadoras de nosso pensamento sobre a relação entre formação profissional no futebol e escolarização básica no Brasil são as seguintes: Como explicamos que um contingente significativo de jovens brasileiros do sexo



masculino invista tempo, recursos e esforços na profissionalização num esporte que oportuniza poucas vagas e poucas chances de sucesso nesse restrito mercado? Como os jovens que estão oficialmente inscritos nos clubes de futebol conciliam a formação no futebol com a escola básica?

O mercado para atletas de futebol no Brasil, apesar de os dados não serem precisos, gira em torno de 10 a 15 mil postos de trabalho. Parte desses postos é formada por empregos sazonais e bastante precários. O mercado nacional é formado pelos 500 clubes de futebol credenciados às subsidiárias da FIFA – organismo supranacional que detém o monopólio do futebol espetáculo (DAMO, 2005). Embora o número de clubes pareça expressivo para formar o mercado do futebol, o número de postos de trabalho valorizados economicamente é restrito. Dos 500 clubes

vinculados à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), apenas 4%, isto é, 20 clubes, possuem 90% da preferência dos torcedores (idem). Tal preferência indica que apenas poucos clubes possuem potencial de exploração e geração de receitas economicamente significativas junto ao público consumidor.

Se olharmos com atenção a pirâmide salarial desse esporte no Brasil, verificaremos o quanto estamos distantes do sonho de riqueza e mobilidade social. Os dados disponibilizados indicam que 84% dos jogadores de todas as divisões do futebol profissional no Brasil recebem salários de até 1.000 reais, 13% recebem entre 1.000 e 9.000 reais e apenas 3% recebem acima de 9.000 reais por mês (2). Esses indicadores não sofreram significativas mudanças nos últimos seis anos (3). Mesmo que em determinados momentos os

jornais e a televisão divulguem as dificuldades e percalços dessa profissão, isso parece não desestimular a demanda de jovens que batem às portas dos clubes. Tornar-se um jogador de prestígio que venha a ser negociado para um clube europeu é o que alimenta o sonho desses jovens. Esse tipo de formação tem hoje o mercado internacional como alvo. Todavia, o destino dessa massa de jogadores formados no país, quando aproveitados no futebol profissional, será possivelmente trabalhar nas divisões inferiores do futebol no Brasil. Apesar disso, o grande contingente vinculado às categorias de base representa a aposta na profissão.

O início da carreira no futebol não é nada fácil. O “vestibular” para vestir a camisa de um clube tem uma relação candidato/vaga inimaginável para o sistema escolar. Toledo (2002), ao analisar o processo das “peneiradas”, um dos meios mais popularizados de acesso ao início da carreira, indica que estatisticamente a taxa de aproveitamento é próxima de 1%. Em 1995, por exemplo, dos 3.500 jovens que se aventuraram nas “peneiras” do São Paulo F. C. apenas cinco foram aproveitados; em 1996, no mesmo clube, apenas dois dos 4.000 o foram. Em 2008, o Flamen-

go teve mais de 1.000 candidatos de todo o Brasil tentando uma vaga nas categorias de base no “Ninho do Urubu” (4); apenas dois foram selecionados (5). O que explica tanto investimento com tão poucas possibilidades de sucesso? Para além das respostas culturais, aquelas que explicam o papel socializador do futebol em nossa sociedade, as hipóteses que podemos levantar para explicar esse alto investimento de tempo, trabalho corporal e desejos desses jovens e de suas famílias são as seguintes: a) quanto menos capital cultural a família do jovem possui, maior será o investimento na carreira de jogador; b) o processo de formação no futebol pode render prestígio social e alguma remuneração ou ajuda de custo ainda na formação; c) a sociedade brasileira oferece poucas oportunidades de ascensão social, que, somadas à precariedade da escola pública brasileira (6) e do mercado de trabalho para as novas gerações, transformam o futebol profissional em projeto familiar para as camadas populares (RIAL, 2006).

O menino que passa nesse “vestibular” e ingressa nas categorias de base do futebol aos 12 ou 13 anos de idade terá que realizar um investimento estimado em 5.000 horas de

84% dos jogadores de todas as divisões do futebol profissional no Brasil recebem salários de até 1.000 reais, 13% recebem entre 1.000 e 9.000 reais e apenas 3% recebem acima de 9.000 reais por mês

exercícios corporais, além de treinos de técnicas esportivas e psicológicas ao longo de sua formação (DAMO, 2005). Apenas para termos uma ideia do que significa o dado anterior, se consideramos que o aluno da escola pública brasileira permanece em média 4 horas/dia em sala de aula, e que em tese cada ano possui 200 dias letivos, a formação no ensino fundamental terá uma carga de 7.200 horas ao longo de nove anos. No ensino médio essa carga seria de 2.400 horas ao longo de três anos.

Em estudo (7) no qual levantamos uma série de dados dos atletas entre 12 e 20 anos, inscritos oficialmente na FERJ (Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro), a média de treino semanal de todas as categorias é de 14 horas e 20 minutos, sem contarmos o tempo destinado aos jogos. Se considerarmos que em geral esses atletas de futebol possuem um mês de férias, variando um pouco para mais ou para menos, dependendo da categoria, num ano em que eles tenham em média 49 semanas de atividades nos clubes a carga horária anual será de 702 horas e 20 minutos destinadas aos treinos. Se projetarmos isso pelos nove anos de formação, considerando apenas as categorias estudadas (mirim até os juniores), o atleta terá tido uma carga de treino próxima das 6.321 horas



de treinos. Observemos que nossas estimativas consideram apenas o tempo de treino no Rio de Janeiro e são superiores às encontradas por Damo (2005) em seu estudo.

Esses dados demonstram que desde cedo os jovens entram num rígido regime disciplinar que regula horários e comportamentos dentro e fora do clube no sentido de formar o *ethos* do jogador de futebol. Tal regime assemelha-se à disciplina do mundo do trabalho. Vale lembrar que esse regime tende a ser mais controlado para os atletas que vivem albergados e longe de suas famílias nos clubes. Esses jovens, desde a categoria mirim, aos 12 anos, podem receber alguma ajuda de custo para passagens, gastos básicos ou incentivos financeiros, ficando claro que a remuneração depende da estrutura financeira do clube e do potencial do atleta. No Clube de Regatas Flamengo, por exemplo, todos os atletas das categorias da base do futebol recebem ajuda de custo para passagens e gastos básicos. A partir dos 16 anos de idade, quando podem oficialmente assinar contratos de trabalho, eles podem receber incentivos financeiros que variam de R\$ 1.200,00 a R\$ 2.000,00, podendo esses valores aumentar em função do potencial do atleta. É claro que essa não é a realidade da maioria dos clubes, mas o regime de trabalho corporal e a dedicação para a formação profissional no futebol são semelhantes com ou sem remuneração. Todos alimentam a esperança de uma transferência para um grande clube, com remuneração ainda na fase de formação (8).

Diante disso, argumentamos que esses atletas podem ser considerados como jovens aprendizes de uma profissão, mesmo que essa atividade e esse tipo de instituição formadora, o clube, não estejam contemplados no decreto 5.598 (9), que regula a for-

mação profissional do jovem aprendiz. Por outro lado, os controles que o referido decreto prevê sobre direitos do jovem aprendiz e deveres das instituições formadoras, entre eles a adequação do horário das atividades de formação profissionalizante à escola, pode não estar sendo observado pela maioria dos clubes. No caso do futebol a rotina de treinos semanais acaba por condicionar o horário de frequência à escola. Por exemplo: os dados coletados com 186 atletas-estudantes de 15 a 17 anos nos clubes do Rio de Janeiro evidenciam que 41,9% destes estudavam à noite.

A escola não é desinteressante e pouco produtiva só para os atletas.

Essa opção de turno se dava em função do atraso escolar e/ou como forma de conciliar a escola com o cotidiano dos treinos. Como se sabe os atletas, de todas as categorias de base, treinam, em geral, 5 vezes por semana e em determinados momentos da competição treinam fora do turno normal e/ou viajam para competições. Como contraponto à realidade brasileira, Souza; Vaz; Bartholo; Soares (2008), ao narrarem a trajetória de Leandro (10) – adolescente de 12 anos que foi contratado para jogar no Clube Feyenoord da Holanda –, indicam que ele foi na época matriculado em uma escola regular, cujas aulas ocorriam de segunda a sexta-feira das 9 às 16 horas (7 horas diárias de permanência). Os treinos ocorriam no final da tarde e durante parte da noite. Isso indica que, na Holanda, a escola determina o horário dos treinos e mesmo os jovens imigrantes devem estar matriculados na escola regular. Esse é um bom exemplo para pensarmos a relação escola-futebol em nosso país

e os investimentos que nossos clubes realizam na formação escolar de nossos atletas.

Apesar de os dados sugerirem que a carreira no futebol pode ser uma aposta com poucas chances de realização, devemos questionar se o destino dos jovens mal sucedidos nessa carreira seria diferente caso tivessem investido pesadamente na escola básica que temos para as camadas populares. Os argumentos que temos no sentido de tatear respostas para a questão colocada são os seguintes: a) sabemos que a escola brasileira tem baixa qualidade e é desinteressante; os dados sobre evasão escolar indicam que o principal motivo de abandono da escola até o ano de 2006, dentre outros apresentados, é a falta de interesse intrínseco na escola, com 43,3% das respostas (NERI, 2009) (11); b) a taxa de desemprego entre os jovens é mais alta significativamente quando comparada à da população economicamente ativa (PEA), e tende a aumentar entre aqueles que possuem baixa escolaridade (SCHWARTZMAN; COSSÍO, 2007); c) a Sociologia da Educação aponta que a origem social e a escolarização dos pais, em termos de probabilidade, determinam a localização dos filhos na estratificação social (BOURDIEU, 1998; SCHWARTZMAN, 2004, 2006); d) o problema que constatamos, durante as conversas que travamos diretamente com esses jovens atletas, é que o futebol se torna o foco de suas vidas. Com isso, a escola, as tarefas escolares e outras possibilidades de formação cultural ficam em segundo plano e não são por eles valorizadas.

Por fim, diante desse cenário podemos pensar que a aposta para os virtuosos no futebol é bastante razoável, pois a escola não é desinteressante e pouco produtiva só para os atletas. ❶



* **ANTONIO JORGE GONÇALVES SOARES** é doutor em Educação Física pela Universidade Gama Filho (UGF). Atualmente, é docente da instituição. Também é professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bolsista de produtividade em pesquisa – Nível 2 do CNPq. **TIAGO LISBOA BARTHOLO** é mestre em Educação Física pela Universidade Gama Filho (UGF) e professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAP – UFRJ). Compõe ainda a secretaria do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE-RJ. **LEONARDO BERNARDES SILVA DE MELO** é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho (UGF). **HUGO PAULA ALMEIDA DA ROCHA** é graduando em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisa que dá origem a este texto tem apoio de CNPq, FAPERJ e Fundación Carolina-Espanha, agências às quais os autores prestam seus agradecimentos.

NOTAS

- (1) A distância entre esse município e a Ilha do Governador é de 38 km.
- (2) Dados da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para o ano de 2009, amplamente divulgados pela mídia.
- (3) CBF (2003).
- (4) Centro de treinamento do Flamengo em Vargem Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro.
- (5) Sportv Repórter. Programa intitulado “Olheiros Virtuais”. Canal Sportv – exibição em 23 de setembro de 2009.
- (6) Dados sobre a precariedade do ensino público no Brasil podem ser esclarecedores do quadro que estamos descrevendo: a repetência de alunos é de 20,6%, a maior da América Latina. A formação dos professores no ensino básico é insuficiente. Dos professores de 1ª a 4ª séries apenas 47% têm diploma universitário; desses, apenas 43% têm diploma em licenciatura. De cada 100 crianças matriculadas na primeira série do ensino fundamental 88,6% chegam à 4ª série, 57,1% à 8ª série e 36,6% ao 3º ano do ensino médio. No gasto médio por aluno o Brasil – país com a economia mais diversificada e potente do continente – fica atrás de seus vizinhos Argentina, Uruguai, Chile e Colômbia. Ver “Escola Brasil” (O Globo, Rio de Janeiro, 22 jul. 2006).
- (7) Os dados apresentados fazem parte de uma pesquisa mais ampla que analisa a conciliação entre formação profissional no esporte e a escolarização básica.
- (8) No Club de Regatas Vasco da Gama, os dados de trabalho de campo indicam que os atletas do juvenil, a partir dos 16 anos, que são avaliados com potencial, podem ganhar incentivos financeiros com contratos assinados que variam de 600 a 3.000 reais.
- (9) Dentre as instituições formadoras do Sistema S (SENAI, SENAC, SESI etc) é óbvio que os clubes esportivos não figuraram no decreto.
- (10) Esse atleta entrou ilegalmente na Holanda, com passaporte falso, e foi ouvido pela CPI da NIKE. Seu nome no artigo supracitado é fictício.
- (11) Análise a partir da base de dados de 2004 e 2006 da PNAD.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura”. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. pp. 39-65.
- DAMO, A. *Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França* (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre, 2005, 434 p.
- HELAL; SOARES, A. J. G.; SALLES, J. G. do C. “Futebol”. In: *Atlas do esporte no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Shape, 2005. pp. 257-259.
- NERI, M. C. “O paradoxo da evasão escolar e as motivações do sem escola”. In: VELOSO, F.; PESSÔA, S.; HENRIQUES, R.; GIAMBIAGI, F. (orgs). *Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. pp. 25 – 50.
- RIAL, C. “Jogadores brasileiros na Espanha: imigrantes porém...”. *Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares*. VLXI, n.2, 2006. pp.163-190.
- SCHWARTZMAN, S. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- _____. “Programas sociais voltados à educação no Brasil”. *Sinais Sociais*, v. 1, 2006. pp. 114-145.
- SCHWARTZMAN, S.; COSSIO. “Juventude, educação e emprego no Brasil”. *Cadernos ADENAUER*, v. 7, 2007. pp. 51-65.
- SOUZA, C. A. M.; VAZ, A. F.; BARTHOLO, T. L.; SOARES, A. J. G. “Difícil reconversão: futebol, projeto e destino em meninos brasileiros”. *Horizontes antropológicos* [online], vol.14, n.30, 2008. pp. 85-111. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832008000200004&lng=en&nrm=iso Acesso em 22 out. 2009.
- TOLEDO, L.H. *Lógicas do futebol*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2002.

Megaeventos, legado e educação olímpica

Rodrigo Koch*

Introdução – analisando megaeventos e legado

Indicado a sediar os Jogos Olímpicos, o Brasil teve a cidade do Rio de Janeiro escolhida como sede da Olimpíada de 2016 (1), e desde então um dos pontos positivos destacados pelas autoridades é o legado que será gerado para a população a partir desse megaevento. Mas afinal, o que é legado? Antes de responder essa questão precisamos entender também o que é um megaevento esportivo e qual a experiência do Brasil nessa área. Um megaevento esportivo é toda grande competição que envolve ações e projetos, que exige a construção de novos aparelhos e que, principalmente, tem o poder de transformar uma cidade ou uma nação. Também precisamos destacar que em um megaevento sempre haverá cidadãos ‘vencedores e perdedores’, ou seja, inevitavelmente algumas pessoas terão prejuízo e não serão beneficiadas com a realização do megaevento. O grande desafio dos organizadores passa a ser o de aumentar o número dos vencedores. Portanto, podemos considerar como megaeventos atuais os grandes Jogos Continentais (Pan-Americanos, Asiáticos, Europeus etc), as Copas do Mundo de Futebol (masculina e feminina) e os Jogos Olímpicos.

A experiência mais recente do Brasil foi a dos Jogos Pan-Americanos do Rio-2007, que ainda estão produzindo sensações e benefícios para a população. Aliás, a escolha do Rio de Janeiro como sede olímpica é um desses efeitos. Anteriormente, o país sediou a Copa do Mundo de Futebol

Um megaevento esportivo é toda grande competição que envolve ações e projetos, que exige a construção de novos aparelhos e que, principalmente, tem o poder de transformar uma cidade ou uma nação.

de 1950, que gerou conhecimento específico na época e proporcionou a construção do maior estádio do mundo, o Maracanã. E, no ano de 1963, São Paulo recebeu os Jogos Pan-Americanos. No mesmo ano Porto Alegre foi sede da Universíade (2). No entanto, essas duas últimas competições trouxeram pouco desenvolvimento esportivo para o Brasil. Foram organizadas e conduzidas com amorismo, apresentando instalações precárias em alguns eventos apesar dos esforços dos comitês. Será que algum legado restou desses megaeventos? Com certeza sim.

Legado, de acordo com a definição do dicionário, é algo que se recebe do passado, e que se deixa para a posteridade; uma doação, ou melhor, uma herança social; aquilo que uma geração transmite a outra. O canadense Robert Barney define legado esportivo como “... algo recebido do passado que possui valor presente e, certamente, valor futuro ...”. No legado de um megaevento, precisamos

analisar o “efeito olímpico”, ou seja, aspectos como tempo, espaço e impacto. Um megaevento pode produzir uma série de legados:

- a) Da candidatura: aprendizado, plano urbanístico;
- b) Do evento em si: estádios, rodovias, aeroportos, equipamentos;
- c) Da imagem: projeção da nação, oportunidades econômicas, nacionalismo;
- d) Da governança: planejamento participativo, liderança do poder público;
- e) De conhecimento: educação, voluntariado, gestão, cooperação, know-how.

Passados mais de dois anos da realização dos Jogos Pan-Americanos do Rio-2007, concluímos que foram deixados como legados positivos a infraestrutura deixada para a cidade, a cobertura da mídia, o apoio da população, a campanha direcionada ao estímulo do esporte e o envolvimento governamental.

Site: Rio 2016



Projeto arquitetônico para as instalações dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro

Desafios – administrando o legado atual e futuro

Encerrado o Pan-Americano demonstramos dificuldade e falta de habilidade para lidar com os legados produzidos por esse megaevento de forma imediata, apesar de hoje já termos solucionado em parte essas questões, principalmente na área administrativa das instalações esportivas. A Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 produzirão bens e legados tangíveis e intangíveis. Não há dúvidas de que os dirigentes dos comitês organizadores terão mais agilidade para dar fins às novas estruturas que serão erguidas em função desses futuros megaeventos. No entanto, o legado social e cultural é de responsabilidade de todos os cidadãos, essencialmente daqueles que trabalham com a educação.

Para o medalhado olímpico Nelson Prudêncio (3), o Brasil está no caminho certo. “Já estamos com as ‘ferramentas na mão’. O Pan proporcionou a muitos jovens o despertar para o esporte. Os Jogos Olímpicos também produzirão isso em escala muito maior em toda a população. Torna-se necessário a criação de uma política desportiva no país, seguindo o modelo da ginástica, que fez um trabalho de longo prazo e hoje colhe os frutos”, destaca Prudêncio.

O superintendente de esportes do Comitê Olímpico Brasileiro, Marcus Vinícius Freire, considera o conjunto Copa do Mundo-Jogos Olímpicos o grande ‘divisor de águas’ do esporte no Brasil. De acordo com o dirigente, “no Pan tivemos muitas modalidades divulgadas e que passaram a ser conhecidas pelos brasileiros. Teremos a melhor sequência de eventos esportivos no país: Pan, Jogos Mundiais Militares (4), Copa das Confederações, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. Nossa preocupação é dar continuidade depois de 2016. Temos um planejamento de curto prazo visando os Jogos de Londres-2012, de médio para fazermos uma boa apresentação em casa, e de longo prazo, aproveitando este momento, para que o esporte passe a ser matéria do dia a dia em escolas, clubes e na mídia”. Freire destaca também que Barcelona, Sydney e Atenas são cidades que se transformaram com as Olimpíadas, e que isso acontecerá com o Rio de Janeiro.

Agberto Guimarães – gerente de esportes do Pan e dos Jogos Rio-2016 – reconhece os problemas registrados em 2007, principalmente nas modalidades de beisebol e softball, que estarão fora do programa olímpico nas próximas edições. No entanto, se por um lado esses esportes sofreram com a falta de uma estrutura mais adequada e com os

efeitos climáticos, por outro houve eventos do Pan que atingiram o nível de excelência com instalações que superavam as dos Jogos Olímpicos de Atenas. O secretário geral do Comitê Rio 2016, Carlos Roberto Osório, destaca que os Jogos Pan-Americanos foram viabilizadores para a conquista da sede olímpica de 2016: “Demonstramos na prática a possibilidade de realização de um megaevento no Brasil”. Agberto Guimarães completa: “Aprendemos com os erros do Pan, e para o planejamento de 2016 estamos trazendo as federações internacionais para o Rio de Janeiro para opinarem, evitando ajustes de última hora”. O gerente de esportes também lembra que “o velódromo e o Parque Aquático Maria Lenk estão sob administração do COB e estão sendo utilizados para programas esportivos de detecção de talentos. É um trabalho fundamental, baseado em dados científicos, que poderá depois ser reprisado em qualquer lugar do país”. Nos Jogos Olímpicos de 2016 as novidades serão o golfe e o rugby, que retornam após ficarem de fora do evento por muitos anos.

“Os Jogos Olímpicos tem um extraordinário potencial de legado. É inegável a transformação que houve em cidades por onde os jogos passaram. Nosso compromisso é



Ricardo Stuckert/PR – Agência Brasil

“Os Jogos Olímpicos tem um extraordinário potencial de legado. É inegável a transformação que houve em cidades por onde os jogos passaram. Nosso compromisso é potencializar esse legado, fazendo do Brasil uma referência olímpica. Consideramos que estamos no início da ‘década de ouro’ para nosso país, com uma oportunidade única de projeção internacional”

O ministro do Esporte, Orlando Silva, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, defendem, em Genebra, a candidatura do Rio a sede das Olimpíadas de 2016



potencializar esse legado, fazendo do Brasil uma referência olímpica. Consideramos que estamos no início da 'década de ouro' para nosso país, com uma oportunidade única de projeção internacional. Somos uma nação jovem e em ascensão. Vamos acelerar nosso desenvolvimento econômico e social, formando melhores cidadãos para transformar o Brasil", vibra Carlos Roberto Osório.

Considerações finais - Educação Olímpica

Livros de esporte começarão a ser utilizados com maior frequência nas escolas a partir de 2010. Através do Ministério da Educação, o COB já conquistou o incentivo necessário para que as instituições de ensino tenham acesso a esse material com a aquisição de bibliografia específica. O problema, agora, é como administrar e aproveitar da melhor forma as novas ferramentas de conhecimento. Estamos diante da necessidade imediata da introdução da Educação Olímpica como disciplina no nível fundamental – para despertar o interesse pelo esporte –, no ensino médio – para fortalecer os princípios de solidariedade e voluntariado –, e entre os acadêmicos – para formar administradores e

promotores do legado. "Não podemos ter a preocupação apenas com o alto rendimento. Os ideais e conceitos olímpicos são muito importantes e devem estar presentes nas escolas", de acordo com Marcus Vinícius Freire.

O *olimpismo* – filosofia de vida que utiliza o esporte como instrumento para a promoção de paz, união, respeito por regras, adversários, diferenças culturais, étnicas e religiosas – será a base dessa nova disciplina. Já há professores que, de forma isolada, promovem o conhecimento tendo como objetivo a construção de um mundo melhor, sem qualquer tipo de discriminação, encarando o esporte como um direito de todos. Porém, essa prática deverá ser universalizada nos próximos anos, aproveitando o efeito dos Jogos

Olímpicos. O COB já disponibiliza em seu site material sobre olimpismo e, através da Academia Olímpica Brasileira, divulga alguns trabalhos. Mas há muito ainda a ser feito nas próximas décadas. Os maiores legados que poderão ficar para a população brasileira são os ideais de participação em massa, integração cultural e busca pela excelência através do esporte. Tudo isso aliado aos princípios de amizade, compreensão mútua, igualdade, solidariedade e *fair play* (5). Valores que poderão ser úteis para além do esporte. Para a vida. 🏅

* **RODRIGO KOCH** é jornalista esportivo, graduado em Educação Física e pós-graduado em Administração e Marketing Esportivo. Atualmente é professor nos colégios Santa Luzia e Rosário, e coordenador de esportes da Rádio Guaíba, pela qual esteve nos Jogos Olímpicos de Sydney-2000 e Atenas-2004, bem como nos Jogos Pan-Americanos do Rio-2007. Autor dos livros "Universiade 1963 – História e resultados dos Jogos Mundiais Universitários de Porto Alegre", "Tie-Break – A saga dourada do vôlei masculino do Brasil", e "A vitória vem dos céus – A trajetória do brasileiro campeão mundial de judô".

NOTAS

(1) Conjunto de quatro anos que antecede os Jogos Olímpicos. Ou seja: a Olimpíada de 2016 começa no dia seguinte ao encerramento dos Jogos Olímpicos de Londres 2012.

(2) Jogos Mundiais Universitários. Espécie de Jogos Olímpicos realizados apenas com a presença de atletas que estejam cursando o nível superior, com limite de idade fixado em 28 anos. Atualmente a Universiade tem recebido maior destaque e importância entre os países asiáticos.

(3) Nelson Prudêncio conquistou a medalha de prata nos Jogos Olímpicos da Cidade do México-1968 e o bronze nos Jogos Olímpicos de Munique-1972. Atualmente é doutor em Ciências do Desporto, e professor da Universidade Federal de São Carlos.

(4) Competição entre esportistas militares realizada de quatro em quatro anos nos moldes dos Jogos Olímpicos.

(5) Jogo limpo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DaCOSTA, Lamartine (org.) et al. *Legados de megaeventos esportivos – Legacies of sports mega-events*. Brasília, Ministério do Esporte – CONFEF, 2008.

PAYNE, Michael. *Seminário de conhecimento sobre o processo de aspiração à candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos 2016*. Palestra em Brasília, dezembro de 2007.

RUBIO, Katia. "Os Jogos Olímpicos e a transformação das cidades: os custos de um megaevento". *Scripta Nova. Revista eletrônica de Geografia e Ciências Sociais*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1º de agosto de 2005, vol. IX, número 194.

Sítios consultados: www.cob.org.br www.rio2016.org.br

Juventude e esportes radicais: elementos associados à esfera do lazer

Ricardo Ricci Uvinha*

Convidado a escrever para a *Revista teórica e política do Centro de Estudos e Memória da Juventude*, aceitei a tarefa com imenso prazer, até porque tratarei brevemente a seguir de um tema a que venho me dedicando academicamente e profissionalmente há certo tempo: a relação da juventude com o campo do lazer e suas interfaces com a temática dos esportes radicais.

Inicialmente, gostaria de refletir sobre a temática da juventude, passando posteriormente à relação desta com o lazer e os esportes radicais. Mesmo correndo o risco de ser esquemático, entendo que tal encaminhamento facilitará a compreensão de minhas proposições expressas neste texto.

Defendo que a compreensão acerca da juventude está necessariamente atrelada a um determinado contexto cultural. Isso é o mesmo que dizer que a juventude apresenta-se com claras diferenciações dependendo da sociedade em que é concebida. Ser “jovem” não significa necessariamente estar condicionado por uma idade específica, já que geralmente esse grupo populacional situa-se a partir da faixa etária da adolescência, sendo contudo seu término algo cada vez mais difícil de se identificar, dependendo das características de cada sociedade.

A “imprecisão” quanto aos limites das fases adolescente/adulta é muito bem relatada pelo autor inglês Mike Featherstone. Esse autor sugere que atualmente podemos falar de distintos processos ou cursos de vida porque

[...] em algumas sociedades pode-se tentar adotar os hábitos e os valores do velho e tentar permanecer jovem; em outras sociedades, o velho assume os valores do jovem; isso significa também que em algumas sociedades pode haver tendências a empurrar todas as pessoas para o mesmo curso de vida (1)

Tal fato, segundo o autor, provocaria a existência de um certo “embaçamento de fronteiras” entre a infância e a maturidade, com uma maior tolerância quanto às “crianças adultas” e “adultos infantis”.

Segundo o estudioso português José Machado Pais (2), que investigou elementos associados à juventude do seu país, aponta-se que fatores como trabalho e vida fora da família, ao lado do cumprimento do serviço militar (para os rapazes) e o matrimônio, há algumas décadas eram indicadores marcantes da passagem para a vida adulta, ao se constituírem como “símbolos de emancipação”. Hoje em dia, segundo o autor, é muito difícil assumir com certeza se a vivência de tais indicadores implicaria necessariamente em inserção na fase adulta, já que “sob a aparente unidade da juventude (quando esta aparece referida a uma fase da vida) é possível encontrar uma diversidade de situações sociais que tornam heterogênea a experiência de ser jovem”.

Desse modo, considero os termos “teen”, “adolescente”, “jovem” e “pré-adulto” como sinônimos cuja duração, forma e situações de abordagem variam intensamente de uma

sociedade para outra – e até mesmo dentro de uma mesma sociedade (3).

Passemos agora à reflexão sobre a juventude em sua relação com o lazer. Partir do lazer para estudar o jovem na sociedade atual mostra-se um grande desafio, considerando que o próprio tema “lazer” está visivelmente sujeito a reservas, notadamente no âmbito acadêmico, onde é considerado por muitos como irrelevante. No entanto, paradoxalmente, o tema lazer, mesmo ainda desprovido do devido mérito acadêmico em nosso país, é atualmente um dos elementos que tem aparecido com mais destaque na vida cotidiana, principalmente quando o assunto é qualidade de vida.

Desse modo, as dificuldades comumente observadas ao abordar o tema lazer associado à juventude podem ser rapidamente superadas se compreendermos que tal campo, talvez mais que outros – como educação, trabalho ou mesmo a própria família – pode se transformar em um veículo privilegiado de acesso a informações sobre a cultura juvenil. Como bem destaca José Guilherme Magnani, “o momento do lazer – instante de esquecimento das dificuldades do dia a dia – é também aquele momento e oportunidade do encontro, do estabelecimento de laços, do reforço dos vínculos de lealdade e reciprocidade, da construção das diferenciações” (4).

Quando refletimos sobre os esportes radicais e sua presença no cotidiano dos jovens, em especial no tempo dedicado ao lazer, verificamos que tais práticas têm arregimentado muitos adeptos em todo o mundo.



Jovem praticante de skate

O skate simboliza para seus adeptos, mais que a mera prática da atividade, a busca pela inovação, pela quebra com o tradicional, constituindo-se para o jovem numa relevante ferramenta de busca da identidade.

Elementos como resultados incertos, perigo e risco, novidade e desafio estão constantemente presentes na prática de modalidades como skate, surfe, cachoeirismo, canoagem, escalada, vôo livre e paraquedismo, entre muitos outros. Assim, percebe-se que os praticantes de esportes radicais, de uma forma geral, jogam a todo momento com o risco de uma queda, de um afogamento ou com qualquer outra ocorrência que possa custar mesmo sua vida.

A busca pela experimentação nessas atividades é uma constante e atrai jovens ávidos por novas situações, as quais permitem, ademais, o estreitamento de relações com os pares do grupo social a que pertencem. Em estudo de mestrado realizado com jovens skatistas, defendido na UNICAMP em 1997 (5), pude concluir que tal modalidade simbolizava para seus adeptos, mais que a mera prática da atividade, a busca pela

inovação, pela quebra com o tradicional, constituindo-se para o jovem numa relevante ferramenta de busca da identidade. Se outrora o skate era uma atividade marginalizada no Brasil – associada à “bandagem” e à “vida na rua” –, hoje essa modalidade tem presença garantida nos *mass media* e encontra-se inserida no discurso em torno da qualidade de vida da população.

Assistimos hoje, aliás, à possibilidade de inserção dos esportes radicais no ambiente escolar, entendendo tais atividades como elementos diferenciados na intervenção pedagógica que se dá, por exemplo, nas aulas de Educação Física. Práticas como o skate, o *parkour*, o *roller*, a tirolesa e a escalada *indoor* assumem real significado nos currículos escolares, seja nos momentos em que a escola se adapta como um equipamento não específico de lazer – a partir de sua utilização como espaço físico

aberto para a comunidade local nos finais de semana –, seja no contexto do currículo escolar, como atividade pedagógica formalizada em sala de aula, na quadra ou em qualquer outro local que permita o uso criativo do espaço. Tive a oportunidade de tratar mais detalhadamente desse assunto em duas outras publicações (6).

Tem-se, portanto, nos esportes radicais a constituição de um espaço extremamente significativo para o jovem em seus momentos de lazer, seja como elemento potencializador para a vivência da vida em grupo, seja como expressão de sentimentos, do gosto pela aventura, da percepção das mudanças físicas pelas quais passa o corpo do jovem e as representações sociais a ele associadas.

Espero ter cumprido a tarefa de discutir, ainda que de forma breve, a notória relação entre juventude, lazer e esportes radicais, sugerindo que o leitor reflita sobre os argumentos aqui levantados e que avance no debate a partir das obras indicadas neste ensaio. ●

NOTAS

(1) Featherstone, M. “O curso da vida: corpo, cultura e o imaginário no processo de envelhecimento”. In: DEBERT, G.G. (org). *Antropologia e velhice*. Textos Didáticos, 1994, p. 51.

(2) PAIS, J.M. *Culturas Juvenis*. Lisboa, PT: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993. p. 189.

(3) Discuti mais amplamente o termo Juventude e sua relação com determinados contextos sociais em UVINHA, R. R. “Aspectos sobre a relevância do campo do lazer na adolescência”. In: DE ROSE JÚNIOR, Dante et al. *Esporte e atividade física na infância e adolescência: uma abordagem multidisciplinar*. 2 ed. Porto

Alegre, RS: Artmed, 2009. pp. 235-244.

(4) MAGNANI, J. G. C. “Lazer dos trabalhadores”. Revista São Paulo em perspectiva. 2 (3): 37-39, jul/set, 1988, p. 39.

(5) Publicado em forma de livro no ano de 2001, com o título “Juventude, lazer e esportes radicais”, pela Editora Manole.

(6) Para tal, Cf. UVINHA, R. R. “Esportes radicais nas aulas de Educação Física do ensino fundamental”. In: MOREIRA, E. C. (org.) *Educação Física escolar: desafios e propostas*. 2 ed. Jundiaí, SP: Fontoura, 2009. pp. 241-256, e NEIRA, M. G.; UVINHA, R. R. *Cultura corporal: diálogos entre educação física e lazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

* RICARDO RICCI UVINHA é mestre em Estudos do Lazer pela FEF/UNICAMP, doutor em Turismo e Lazer pela ECA/USP e professor livre-docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). Tem diversos trabalhos sobre o tema Juventude, Lazer e Esportes Radicais, apresentados e publicados em forma de livros, artigos em periódicos, anais de congressos nacionais e internacionais, entrevistas em meios impressos e digitais, entre outros. Atualmente é coordenador do bacharelado em Lazer e Turismo da EACH/USP e líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer da Universidade de São Paulo (GIEL/USP/CNPq). E-mail: uvinha@usp.br.



Unidade na ação, companheirismo, disciplina, harmonia, respeito, solidariedade, enfrentamento, tática, estratégia... Todas essas são características necessárias ao esporte e igualmente valiosas na atuação política.

Jogada de três pontos

Toni C*

Tchuf!

Antes mesmo de sair da minha mão eu já sabia que acertaria.

Tchuf! – Esse é o som da bola caindo certa no aro, passando pela redinha de ferro das quadras públicas do CDHU no Jd. Paulista, zona oeste de SP.

É o melhor som das manhãs de domingo.

Tiro de longa distancia nunca foi meu forte, ainda mais da zona morta.

Tchuf!

Mas hoje estou com boa pontaria...

Foi necessário mudar de escola para poder jogar na Federação Paulista de Basquete por três temporadas nas categorias mirins.

Soldar o aro e pintar a quadra da escola eram as ações sociais que fazíamos naqueles tempos, assim como arrancar a placa de trânsito do poste da rua, colocando no lugar uma tabela pra gente poder jogar.

Sempre fui jogador de contra-ataque, veloz, pulador. Apesar do corpo franzino de 1,73 de altura, já enterrei na cabeça de pivô de 2,05.

Meu passe valia naquela época

24 vales-transporte, que eu logo vendia. Ia a pé aos treinos. Foi quando me mudei para Carapicuíba.

Descobria na prática que o esporte profissional, de alto rendimento, é um investimento de longo prazo e com retorno incerto. Incompatível com a renda e as necessidades familiares.

Mais na frente conheci o movimento estudantil e, depois, uma grande entidade juvenil – a União da Juventude Socialista (UJS), que passei a integrar. Desenvolver a militância foi coisa sem maiores mistérios, porque aprendi a trabalhar em conjunto, graças ao esporte coletivo. Unidade na ação, companheirismo, disciplina, harmonia, respeito, solidariedade, enfrentamento, tática, estratégia... Todas essas são características necessárias ao esporte e igualmente valiosas na atuação política.

Apesar disso, os valores que acabam sendo fomentados pelas grandes indústrias ligadas ao esporte são os da vitória a qualquer preço, da rivalidade intolerante, da briga de torcidas, das fofocas dos jogadores. E o que é mesmo que é dito

nos meios de comunicação sobre a política? Que ela é só mesquinha, interesses pessoais, egoísmo, corrupção... Não é isso!?

Esporte e política

Tem quem diga que esporte e política são coisas que não se discute. Ainda mais os dois ao mesmo tempo. Será? Os que falam isso deveriam conhecer a biografia de Jesse Owens, que desbancou o todo poderoso Hitler durante os Jogos Olímpicos de Berlim. O nazista alemão se retirou do estádio para não premiar o atleta negro que conquistou quatro medalhas de ouro. Outra mostra da força política do esporte aconteceu no México, com o gesto no pódio de Tommie Smith – punho da mão direita fechado e erguido, envolvido por uma luva negra. Ele e John Carlos – este último com o punho esquerdo – faziam a saudação *black power*, associada ao movimento homônimo de contestação e denúncia do racismo nos Estados Unidos. Seu gesto no México em 1968 tornou-se um dos símbolos universais do esporte.

Foi jogando taco com os moleques – uma espécie de beisebol adaptado para as ruas do Brasil –, mas também handebol, vôlei, atletismo, ping-pong, bike e basquete, juntamente com a fanfarra da escola, o hip-hop, a literatura, os parceiros, a militância que aprendi a driblar as dificuldades do cotidiano de um jovem de periferia e contrariar as estatísticas.

Contraditoriamente, essa mesma militância me afastou das práticas esportivas. Uma vez ouvi a Juana Nunes, então presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubtes), relatar que era jogadora de voleibol no Rio de Janeiro. Largou o esporte por opção para se dedicar à militância. Acredito que ela, assim como eu, não se arrependeu da opção que fez. Hoje Juana tem uma importante função na rede, que não é a do vôlei, mas a dos pontos de cultura do MinC, espalhados pelo país.

Penso que a tendência futura seja a de que as pessoas consigam conciliar melhor a militância com suas outras práticas e tarefas. Novas áreas e formas de atuação mais diversas deverão desenvolver-se nesse sentido. Por outro lado, programas de políticas esportivas como o Esporte e Lazer, o Bolsa Atleta e o Segundo Tempo poderão permitir que pessoas de baixa renda possam ter práticas esportivas para além dos campinhos de terra. Só assim poderemos revelar bons tenistas, jogadores de golfe, de polo, pilotos de fórmula 1, jôqueis, esgrimistas e nadadores vindos também das periferias e das regiões rurais.

É por isso que países socialistas são grandes potências esportivas. Valorizam o esporte como meio de socialização, lazer e integração entre as pessoas. E a grande quantidade de praticantes de esporte de participação é que revela os atletas de alto rendimento.



Raquel Lima – Coord. Comunicação UFRJ

À direita: o famoso gesto de Tommie Smith e John Carlos nas Olimpíadas do México, 1968



Foi jogando taco com os moleques – uma espécie de beisebol adaptado para as ruas do Brasil –, mas também handebol, vôlei, atletismo, ping-pong, bike e basquete, juntamente com a fanfarra da escola, o hip-hop, a literatura, os parceiros, a militância que aprendi a driblar as dificuldades do cotidiano de um jovem de periferia e contrariar as estatísticas. Contraditoriamente, essa mesma militância me afastou das práticas esportivas.

NBA

Quando me perguntam para qual time eu torço, ouço sempre as mesmas coisas:

- U quê?
- Lakers?
- Você não é brasileiro não?

Tem que gostar de futebol...

Agora, podemos aprender até mesmo com a milionária liga de basquete norte-americana, a NBA, que desenvolveu mecanismos interessantes para favorecer a competitividade. É assim: o time que teve pior resultado na temporada tem mais acesso aos melhores novatos. Num processo chamado *draft*, o time campeão é o último da fila na renovação de jogadores. Também existe, além de um piso, um teto salarial que os times não podem ultrapassar. Ambas as medidas garantem razoável equilíbrio e uma melhor distribuição dos jogadores. O engraçado é que é a lógica inversa da do sistema capitalista, que é a da concentração e da prioridade para quem já tem muito – em detrimento de quem não tem nada.

E o melhor de tudo é que esses novos jogadores vêm de ligas universitárias muito bem estruturadas.

Que, por vezes, atraem mais atenção do público que os campeonatos profissionais. Nosso futebol, motivo de tanto orgulho, que revela os melhores jogadores do mundo, não tem toda essa organização. O resultado é que perdemos potencial.

A torcida

Já que estamos na pátria de chuteiras, as torcidas organizadas são uma forma legítima de mobilização popular. A briga, o vandalismo e a violência pelas quais passaram a ser conhecidas são ações de uma minoria amplificadas pela televisão, que segue mantendo o povo dividido. Essa teoria não é minha não, mas do conhecedor esportivo santista Marcelo Buraco.

Vai chegando a rapaziada e o jogo pra valer já vai começar. Sigo treinando arremessos de longa distância.

E fazendo essas reflexões...

Tchuf! 🗨️

* **Toni C.** é DJ e produtor. Autor do vídeo-documentário *É tudo nosso! O hip-hop fazendo história*. Organizador do ponto de cultura Hip-Hop a Lápis. Membro da Nação Hip-Hop Brasil e da equipe do Portal Vermelho.

Seminário revela unidade das juventudes político-partidárias para aprofundar os avanços em 2010

Fernando Henrique Borgonovi*

A vitória de um grupo político só se dá quando sua luta estiver assegurada pela Constituição, pois do contrário um governo qualquer pode mudar a política

A unidade das forças democráticas e populares para aprofundar as mudanças em curso no país foi o eixo principal do seminário “Juventude e o Projeto Nacional”, realizado em Brasília nos dias 27 e 28 de outubro. Fruto da parceria de várias organizações juvenis políticas e partidárias – como a União da Juventude Socialista (UJS), a Juventude do PT (JPT), a Juventude Socialista do PDT (JS-PDT), a Juventude Pátria Livre (JPL), a Juventude Socialista Brasileira (JSB) e a Juventude do PMDB (JPMDB) –, o evento, o primeiro desse tipo,

contou ainda com o apoio de instituições partidárias como a Fundação Perseu Abramo (PT) e a Fundação Maurício Graboís (PCdoB).

Os debates do seminário giraram em torno das temáticas das políticas públicas e do protagonismo da juventude na discussão de projetos para o país e nas eleições de 2010. Constatação unânime entre as lideranças presentes é a necessidade de apontar um programa contemplando mais e melhores avanços. Um programa abordando pautas concretas de melhoria das condições de vida dos 50 milhões de jovens

brasileiros, visando a dialogar com esse imenso contingente, reeleger o projeto mudancista e barrar o retorno do neoliberalismo.

Retrato fiel dessa posição foi o ato político que encerrou a atividade. Nele, marcaram presença Ricardo Berzoini, presidente do Partido dos Trabalhadores, Renato Rabelo, presidente do Partido Comunista do Brasil, Ciro Gomes, pré-candidato à Presidência da República pelo Partido Socialista Brasileiro, Sérgio Rubens, do Partido Pátria Livre, além de representantes de outras siglas. Todos saudaram a iniciativa das en-

Ato Político do Seminário
“Juventude e o Projeto
Nacional”, ocorrido no dia 28
de outubro de 2009



tidades juvenis – ressaltando a maturidade política demonstrada no ato de se juntarem para construir uma plataforma com vistas à eleição – e concluíram que o esforço de partidos de centro-esquerda e movimentos populares deve ser o de mobilizar o Brasil para aprofundar o ciclo político aberto a partir de 2002.

Para Severine Macedo, secretária de juventude do PT, o seminário foi um “momento importante para dialogar sobre problemas comuns da juventude e formular uma plataforma organizada”, capaz de unir as diversas pautas específicas. “A atuação nas organizações partidárias e movimentos da juventude é muito importante e devemos cada vez mais disputar espaços de poder. Uma reforma política é extremamente necessária para mudar o sistema de poder e dar mais oportunidade para a juventude disputar esses espaços”, analisou.

Para Marcelo Gavião, presidente da União da Juventude Socialista, o evento ajuda a consolidar os aspectos que unificam a luta da juventude e prepara o setor para contribuir na disputa eleitoral. “Esse seminário mostra o potencial de intervenção política e organização das juventudes políticas e partidárias. Um dos segredos para a vitória no próximo período está em construir um amplo campo político para enfrentar a batalha decisiva de 2010”, disse.

Em sua exposição durante o seminário, Pedro Campos, coordenador nacional da Juventude Pátria Livre, lembrou os prejuízos causados à nação durante os governos neoliberais, como as privatizações, e apontou que, para executar um projeto de desenvolvimento, será necessário fortalecer o papel indutor do Estado em projetos de infraestrutura, sendo preciso direcionar a ação do BNDES para esse desafio.



Desenvolvimento nacional no centro da pauta

Um dos legados deixados pelo governo Lula é a recuperação da capacidade de planejamento e intervenção do Estado nos grandes temas nacionais. É o que se depreende da intervenção de Antônio Lambertucci, secretário executivo da Secretaria Geral da Presidência da República, e de Haroldo Lima, diretor geral da Agência Nacional do Petróleo, expostas na mesa de debate “Desenvolvimento Sustentável no Brasil para um novo tempo”.

“O que seria do Brasil se BNDES, Banco do Brasil, Caixa e Petrobrás fossem hoje privados? Bancos privados tiraram crédito na época da crise. A contratação de servidores públicos é criticada pela oposição e pela mídia, mas o que o governo tem feito é a recomposição dos quadros do Estado, destruído no período neoliberal”, afirmou Lambertucci.

Lambertucci ressaltou ainda os programas sociais para combater a miséria e integrar milhões de brasileiros ao consumo de bens básicos. “Existem setores que tratam programas como o Bolsa Família como se fossem produtores da acomodação e da inércia no povo, mas na verdade são programas que têm proporcionado a recuperação do mercado interno.” O desafio agora é transformar as conquistas em políticas de Estado.

“Está sendo formulado um projeto de Consolidação das Leis Sociais para que as conquistas possam continuar”, concluiu.

Para Haroldo Lima, depois de duas décadas perdidas, voltou-se a discutir e a pensar o desenvolvimento nacional. “Do final da segunda guerra até a década de 80, fomos o país que mais cresceu no mundo. No bojo desse crescimento, deixamos de ser um país agrário para ser industrial. Depois, esse processo foi interrompido. Por isso, a retomada agora é um fato de grande relevância histórica”, disse.

O diretor da ANP, após discorrer sobre a descoberta do pré-sal, o modelo de exploração e o marco regulatório propostos para o setor, defendeu o que considera essencial para que um recurso não renovável, caso do petróleo, contribua na sustentabilidade do desenvolvimento. “Os recursos dessa fabulosa riqueza devem ser gastos em coisas ligadas às necessidades do futuro, como educação, infraestrutura, reflorestamento.” Haroldo concordou com a proposta, levantada pelo movimento estudantil, de reservar 50% dos recursos do novo fundo do pré-sal para a educação. “Mas tem que fazer barulho. Se não for no grito, com destemor, destemperança, como sempre foi a juventude, não serão ouvidos. Tem que pleitear 50% para conseguir algo próximo a isso.”



Público presente no seminário

PPJ e o marco institucional

O professor Jorge Abrahão, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), convidado da mesa “As políticas públicas de juventude no Brasil: o legado de uma geração”, considerou que os avanços obtidos na implementação dessas políticas, a partir de 2005, com a constituição da secretaria e do conselho de juventude, devem ser comemorados. No entanto, Abrahão fez uma analogia com a previdência do trabalhador rural para demonstrar que existe necessidade de fixar tais avanços como políticas de Estado. “A previdência rural, que fez a pobreza cair em 10% no Brasil, está sob ataque há 20 anos. Só não caiu porque está inscrita na Constituição. A vitória de um grupo político só se dá quando sua luta estiver assegurada pela Constituição, pois do contrário um governo qualquer pode mudar a política”, disse.

Já Danilo Moreira, secretário adjunto da Secretaria Nacional de Juventude, chamou a atenção das entidades para que aproveitem o momento favorável com vistas a aprovar as boas iniciativas que estão no Congresso. “Devemos conquistar a institucionalidade das políticas de juventude. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da juventude (confira matéria na edição anterior

Tem que fazer barulho. Se não for no grito, com destemor, como sempre foi a juventude, não serão ouvidos.

de *Juventude.br*) está parada no Senado mesmo sendo quase consensual. Deve-se olhar para as prioridades do movimento de juventude, coordenar as ações. Nossa pauta de hoje é a aprovação da PEC e do Plano [Nacional de Juventude]”.

Políticas estruturais e específicas

“O governo tem trabalhado a criação de políticas estruturantes junto a outras, mais específicas. Criam-se universidades públicas e, ao mesmo tempo, políticas como o Projovem”, argumentou Beto Cury, referindo-se a uma das ações do atual governo voltadas à juventude. O secretário nacional de juventude também reconheceu a necessidade de avançar nas atuais políticas: “É possível dar mais qualidade, além de aumentar a quantidade de jovens atingidos.”

Fazendo coro com o reconhecimento dos avanços e cobrando mais, a deputada federal Manuela D’Ávila (PCdoB-RS) salientou que, diante do desafio de retomar o desenvolvimento, o país não pode prescindir dos jovens. “Não há projeto sólido de desenvolvimento nacional se não levar em conta 50 milhões de jovens,

25% da população que estão no auge da capacidade produtiva”, avaliou. Relatora do Estatuto da Juventude na Câmara, Manuela fez questão de ressaltar a mudança de concepções face ao que havia nos dois governos de FHC. “No governo Fernando Henrique não apenas inexistiam políticas públicas de juventude. Mais que isso, não se considerava que o Estado deveria se preocupar com esse tema. Achava-se que o terceiro setor, apenas ele, daria conta. Mas política pública é principalmente dinheiro, e quem tem recurso para destinar é o Estado”.

A interface Estado-sociedade esteve representada no seminário através do atual presidente do Conselho Nacional de Juventude, Davi Barros. Ele colocou como uma das grandes metas atuais a criação de canais permanentes entre o que é feito na esfera federal e as realizações de estados e municípios. “Temos por objetivo criar uma rede de conselhos para ter intervenção consistente no acompanhamento e controle social das políticas de juventude”, afirmou. ●

* **FERNANDO HENRIQUE BORGONOVÍ** é jornalista, diretor de comunicação da União da Juventude Socialista (UJS).

Sobre a pesquisa “Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude”

Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay*

Em 17 de novembro último, no Rio de Janeiro, lançou-se o livro “Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude”, editado pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), pela Secretaria Nacional de Juventude e pela RITLA – Rede de Informação Tecnológica Latino americana (1).

A pesquisa foi coordenada por nós e contou com ampla equipe de colaboradores (ver livro). Foi realizada quando da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, entre 27 e 30 de abril de 2008, em Brasília. A Conferência teve como objetivo criar um espaço de diálogo entre governo e sociedade civil que pudesse servir de base e subsídio para a consolidação de uma política nacional de juventude, focada em direitos e autonomia, sem deixar de lado a riqueza da diversidade juvenil, seus matizes e especificidades. Para a preparação da Conferência, durante oito meses, mais de 400 mil pessoas, entre gestores do poder público e representantes de movimentos sociais, reuniram-se em 841 conferências municipais e regionais, 689 conferências livres, 26 conferências estaduais e outras tantas consultas nacionais aos povos e comunidades tradicionais.

O estudo utiliza-se, na coleta de dados, de técnicas tanto qualitativas como quantitativas. Aplicaram-se 1.854 questionários junto aos participantes da Conferência Nacional

de Juventude e foram realizados 30 grupos focais, além de entrevistas com 280 delegados(as) dos seguintes grupos e entidades: Central Única das Favelas – CUFA; Central Única dos Trabalhadores – CUT; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Brasil – FE-TRAF; Força Sindical; gestores estaduais (2 grupos); gestores municipais; LGBT; imprensa jovem (Grupo Viração); jovens ambientalistas; jovens com deficiência; jovens de comunidades de terreiro; jovens evangélicos; jovens feministas; jovens indígenas; jovens quilombolas; juventude cigana; Juventude do PMDB – JPMDB; Juventude do PSDB – JSDB; Juventude do PT – JPT; Juventude Socialista Brasileira – JSB; movimento hip-hop; movimento negro; Pastoral da Juventude; Projovem; redes; União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES; União da Juventude Socialista – UJS; União Nacional dos Estudantes – UNE.

Compõe-se o livro de análises sobre perfil sócio-demográfico, político-institucional e percepções várias dos participantes; análise crítica da literatura sobre participação juvenil; bandeiras dos participantes sobre política e participação; percepções sobre cotas, maioria penal, união civil entre pessoas do mesmo sexo

e legalização do aborto; percepções da juventude sobre família, mídia e internet; construções sociais sobre as juventudes; imaginário dos jovens sobre os problemas do Brasil e sobre como estes se traduzem em problemas para a juventude. Termina-se com um elenco de recomendações dos jovens para as políticas públicas de juventude.

A pesquisa orienta-se por quebrar alguns mitos relacionados a juventude e participação política, tais como:

- Os jovens não querem discutir política;
- Os jovens são alienados;
- Os jovens são panfletários e não têm propostas concretas de políticas públicas para/com/de juventudes;
- Os jovens somente fazem protestos pontuais;
- Os jovens não dialogam com o governo;
- Os jovens são inexperientes;
- Não há possibilidade de diálogo intergeracional;
- Não há possibilidade de diálogo entre pessoas de diferentes partidos e organizações;
- Não há compatibilidade entre propostas de reformas e projetos de mudanças estruturais;
- Os jovens estão substituindo velhas por novas formas de fazer política.

O perfil dos participantes da I Conferência Nacional indica que há uma juventude politizada, engajada no campo das políticas públicas, e que, nas próprias palavras dos jovens, é crítica da política, mas quer mudá-la.

O perfil dos participantes da I Conferência Nacional indica que há uma juventude politizada, engajada no campo das políticas públicas, e que, nas próprias palavras dos jovens, *é crítica da política, mas quer mudá-la*. Os depoimentos indicam posições contrárias às opiniões correntes, que sugerem despolitização dos jovens, desencantos em relação à política e lugares comuns como o de que haveria uma “nova forma de fazer política” entre os jovens, indicando um suposto afastamento deles em relação aos partidos políticos (o que ocorre sim, mas com alguns e não com todos) e uma orientação individualista que os apartaria de causas coletivas e preocupação com a coisa pública (ou seja: todos os jovens pensariam apenas em si, em suas carreiras). Ao contrário dessas concepções estereotipadas, muitos jovens discutem ideias e ações em prol tanto da sua como de outras gerações.

Listamos abaixo alguns achados da pesquisa:

- A maioria dos participantes, 80%, é de jovens (15 a 29 anos). Isso é ainda mais verdadeiro no que se refere aos delegados, o que evidencia o engajamento de parcela dos jovens no campo das políticas de juventude;
- Predominam os jovens do sexo masculino (60,5%), mas é expressiva a proporção de mulheres quer como delegadas (cerca de 39%) quer como não delegadas (41%). Necessita-se, contudo, investir mais no que defendem as jovens, isto é, que *lugar de mulher é na política*;



Ato de abertura da Conferência Nacional de Políticas de Juventude

- A Conferência congregou pessoas com engajamento em organizações na vida pública, de vez que cerca de 50% dos presentes nesse espaço participam de algum partido político; em torno de 31% de movimentos sociais; 30,4% do movimento estudantil; 26% de ONGs; 24,5% de instituições religiosas; 15,5% de redes e 9,9% de algum sindicato, sendo que cerca de 8% declarou não participar de nenhuma organização. Ou seja, a Conferência atraiu principalmente ativistas do campo da juventude;
- Vários participantes declaram dupla ou tripla participação ou militância, inscrevendo-se muitos tanto em partidos quanto em ONGs e movimentos sociais;
- Quanto à filiação partidária tem-se que 38,3% participam do PT e 18,8% do PC do B. O PSB e o PMDB concentram cerca de 10% dos participantes, cada um;
- Quanto à instituição religio-

sa, 53,7% participam da Igreja Católica e 17,8% de igrejas evangélicas;

- A instituição em que os participantes da Conferência Nacional de Juventude mais confiam é a família (68,3%), sendo que aparece com o mais baixo nível de confiança (1,5%) o Congresso (Câmara dos Deputados e Senado);
- Entre os pesquisados, 26,5% atestam que *no campo da juventude é melhor participar de ONG ou de movimento social que de partido político*; 32% marcaram que *os jovens têm mais gratificação no campo da cultura que no campo da política*, e 37,5% indicam que *na política há lugar para que os jovens se manifestem*.
- Entre os pesquisados, 63% consideram a *família como principal referência na vida dos jovens*; 59% declaram que *os jovens de hoje, em relação aos seus pais, estão em pior situação quanto à segurança*; 46% afirmam que *os jovens de hoje, em relação aos seus pais, estão em melhor situação quanto à sexualidade*; 41% dizem que *os jovens de hoje, em relação aos seus pais, estão em pior situação quanto ao trabalho*, e 40% fazem a mesma afirmação quanto à educação;

Entre os pesquisados, 26,5% atestam que no campo da juventude é melhor participar de ONG ou de movimento social que de partido político; 32% marcaram que os jovens têm mais gratificação no campo da cultura que no campo da política, e 37,5% indicam que na política há lugar para que os jovens se manifestem.



Participantes da Conferência Livre da Confederação Brasileira de Skate (CBSk).

Arquivo Secretaria Nacional de Juventude



Conferência Livre do Movimento Secundarista em Tramandaí/RS

- Um terço concordam que *os jovens são desmotivados* e proporção próxima disso (32,5%) considera que *a geração atual de jovens, em relação à de seus pais, é marcada por desencantos quanto ao futuro.*

O debate sobre temas atuais polêmicos – como cotas, legalização das drogas, legalização do aborto e casamento entre pessoas do mesmo sexo – gerou, nos grupos focais, divergências entre membros da mesma organização. É em relação a esses temas que a orientação se torna mais existencial. Constata-se que muitas entidades que congregam jovens não têm posição formada ou sequer discussão sobre esses temas, em que pese sua relevância principalmente para os jovens. A seguir algumas tendências gerais registradas sobre tais temas:

• **Percepções sobre políticas de cotas:**

61,4% são a favor ou completamente a favor, e 26,6% são contra ou completamente contra, sendo ainda 9,2% indiferentes a tal questão;

• **Legalização das drogas:**

26% dos participantes são a favor (15,6%) ou completamente a favor (10,0%). Mais que o dobro dessa proporção indica ser totalmente contra (43,2%) ou contra (17,3%);

• **Legalização do aborto:**

32,6% dos participantes manifestaram um posicionamento totalmente contra, ao passo que 22,2% manifestaram um

posicionamento completamente a favor da legalização do aborto. Nota-se, ainda, que 10,2% dos entrevistados declararam ser indiferentes quanto ao assunto;

• **União civil entre pessoas do mesmo sexo:**

33,9% indicaram que são completamente a favor, 16,2% completamente contra e 7,6% contra, sendo que 18,2% dos entrevistados afirmaram-se indiferentes quanto ao tema;

• **Diminuição da maioria penal:**

a maioria dos participantes é taxativa – pouco mais de metade deles se declara totalmente contra (54,6%), mas é também considerável a proporção dos que são completamente a favor ou a favor (18,0% e 11,7% respectivamente, ou seja, quase um terço);

• **A família,** ainda que considerada a principal referência na vida dos jovens para a maioria dos participantes (63%), é por muitos criticada em especial pela repressão e violência contra os que se assumem como LGBT;

• **A mídia:** os jovens referem-se à mídia de maneira crítica e pouco confortável com relação à forma de tratamento que está dando aos jovens;

• **A Internet:** 93,5% dos jovens entrevistados acessam a Internet. No uso dessa mídia surge como primeira utilidade

fazer trabalhos e pesquisas (82,3%), seguida por *manter contato com pessoas* (68%). Chama atenção que 46,4% utilizem a Internet como instrumento de participação. Verifica-se que o e-mail (91,6%) é o principal instrumento utilizado pelos jovens, seguido pelas pesquisas em sites de busca (72,6%) e pelo orkut (61,8%). Mais de metade deles (58,4%) tem acesso ao MSN. Chama atenção que mais de um terço (37,6%) buscam textos em bibliotecas online;

• **Sobre a questão “o que melhor define o jovem dos dias de hoje?”** – proposta com o objetivo de captar qual o conceito que os jovens fazem de si –, os participantes tendem a ressaltar as alternativas que representem valores positivos e dimensões próprias da juventude: a *linguagem* e a *música* (37,7%), o *jeito de vestir* e a *aparência* (34,7%) e o comportamento *questionador/transgressor/ousado* (30,5%). Essas foram consideradas as três principais características dos jovens. Registra-se, com menor frequência, os itens relativos a *ser criativo e empreendedor* (27,1%), *ter consciência e responsabilidade* (25,4%), *buscar adrenalina e correr riscos* (23,7%), *demonstrar insegurança pessoal e social* (22,3%) e *falta de perspectiva* (20,4%);

Cada vez mais eles desconstroem dicotomias como: público x privado, reconhecimento x redistribuição, reforma x revolução de costumes, políticas compensatórias x perspectiva estrutural e focalização x universalismo.

- As alternativas *ser instável emocionalmente* (8,3%) e *ser egoísta* (6,0%) são as menos selecionadas dentre o elenco apresentado sobre as características dos jovens – um achado que parece questionar estereótipos adultocêntricos sobre a juventude, tão comuns na sociedade de hoje, que ressalta aspectos negativos ou depreciativos sobre esse recorte populacional. Os jovens entrevistados não aceitam a pecha de *conformado* ou *comodista*.

- **Os seguintes problemas foram apontados como os mais graves do Brasil:** galvanizando mais de 10% das respostas encontram-se as opções de desigualdades sociais (47,4%), desemprego (44,2%), violência (36,5%), pobreza (36,0%), qualidade da educação (32,5%), corrupção (27,1%), narcotráfico (11,3%) e racismo (10,0%). Os que apresentam 10% ou menos de respostas mesclam direitos de identidades, questões estruturais de ordem mais abrangente, como sistema de classe e imperialismo, e campos que vêm sendo considerados como prioritários para a juventude, como a questão ambiental (8,1%), falta de opções culturais (4,9%), falta de opções esportivas (3,1%) e de lazer (1,6%), entre outros.

- **Violência:** ocupa a pauta de maneira espontânea. É vista como produto de vários problemas sociais do Brasil e, no caso dos jovens, sua maior incidência se daria pela ausência de políticas públicas. Fatores como o lugar de moradia estigmatizado (as favelas, por exemplo), a fal-

ta de escola, o desemprego ou a falta de perspectiva de crescimento pessoal e profissional fariam com que os jovens fossem os mais atingidos pela violência, cujos resultados são as mortes prematuras e assassinatos de jovens, principalmente daqueles ligados ao tráfico de drogas;

- **Violência e polícia:** a violência, a incivilidade dos policiais, que chegam mesmo a praticar comportamentos considerados próprios da bandagem, é anotada como um dos principais problemas da juventude da periferia;

- Foi perguntado aos participantes da I Conferência Nacional de Políticas de Juventude *qual o recado que eles gostariam de registrar para contribuir com uma política nacional de juventude*. Os temas mais enfatizados foram: educação; participação política dos jovens e suas necessidades; visão do jovem como o futuro do Brasil, mas também como o presente; valorização e mais espaços para a juventude; mais ética na política; maior institucionalização das políticas públicas de juventude; mais atenção à juventude do campo; democratização da mídia; segurança; maior atenção aos jovens com deficiência; mais projetos e ações nas áreas de cultura e esporte. Com unanimidade os jovens conclamam

(...) que as recomendações levantadas durante as conferências municipais, estaduais e nacional se tornem de fato em leis e/ou programas que atendam a juventude brasileira.

Reflexões sobre juventude no campo das políticas públicas e a questão da participação

Aspecto relevante da pesquisa ao registrar discursos de jovens de várias organizações foi a possibilidade de evidenciar a existência de diferenças que têm contribuído para o distanciamento entre os jovens, os movimentos organizados e os representantes de entidades de apoio às políticas de juventude. É dentro dessa dinâmica que se encontram algumas das pistas e desafios para o estímulo a uma convivência ética entre o pluralismo e a disputa, entre o diálogo aberto e a defesa de princípios, entre a busca do entendimento e a luta por projetos de transformação.

Considerando as dimensões relativas à participação (respostas múltiplas) incluídas no questionário, tem-se de fato uma tendência crítica da política convencional, mas não da política em geral. Além disso, são diversificadas as respostas quanto ao lugar ideal para a participação. Enfatiza-se que a maioria (68%) concorda com o fato de que “os jovens têm pouca oportunidade de participar via poderes constituídos”, e que 36,5% consideram que “instituições da sociedade civil, mais que partidos políticos, dão oportunidades de participação política para os jovens”. Porém, 37,5% indicam que “na política há lugar para os jovens se manifestarem”.

Se alguns participantes alertam para desencantos dos jovens – e também dos não jovens – com a política convencional, também explicitam a qual tipo de política convencional se referem os jovens. Eles falam dos vícios, muitas vezes generalizados a todas as instituições do campo.

Também alertam para a necessidade de discutir a diversidade de formas de fazer política na contemporaneidade. De fato, atualmente são muitos os pontos de decolagem para a participação, e não necessariamente para muitos jovens haveria caminhos únicos. Cada vez mais eles desconstroem dicotomias como: público x privado, reconhecimento x redistribuição, reforma x revolução de costumes, políticas compensatórias x perspectiva estrutural e focalização x universalismo. E isso sem sufocar projetos político-culturais de transformação.

Com efeito, segundo se analisa no livro em pauta, a literatura sobre participação e juventudes tende a considerações ligeiras e pouco embasadas em pesquisas abrangentes, que avancem além de opiniões e percepções de alguns jovens, arbitrariamente selecionados, sobre aspectos da política participativa. Omite-se a contextualização destes tempos ao não se considerar análises político-culturais embasadas no pensamento crítico, e ao não se associar crises de participação aos desafios culturais – como o *ethos* de eterno presente, o “desinvestimento” em projetos de mudanças e a chamada recusa das utopias em prol de políticas de identidade. Estas, se têm o mérito de multiplicar referências, direitos, como nos casos das mulheres, dos negros e dos jovens, podem também resvalar em guetos, na renúncia em questionar estados da nação, do mundo e em fazer nexos entre políticas de redistribuição e de reconhecimento, quando as duas perspectivas são necessárias e não suficientes em si, se a meta são mudanças mais estruturais, ou seja, não limitadas apenas a alguns e por algum tempo, mesmo no plano das identidades (1).

Porém, é preciso reconhecer que sair da retórica do universalismo para uma prática de transformação do hoje e do amanhã, sem isolar-se em fragmentos, é projeto complexo que pede muito mais reflexão e ação que as aqui

Omite-se a contextualização destes tempos ao não se considerar análises político-culturais embasadas no pensamento crítico, e ao não se associar crises de participação aos desafios culturais – como o *ethos* de eterno presente, o “desinvestimento” em projetos de mudanças e a chamada recusa das utopias em prol de políticas de identidade.

anunciadas. Trata-se, porém, de tarefa urgente, que pode contribuir sobremaneira para ampliar horizontes de atuação, como bem sugere Bauman (3):

Tal universalidade que ultrapassa os confins das comunidades soberanas ou quase soberanas é condição *sine qua non* para a república ultrapassar os confins dos Estados soberanos ou quase soberanos – e essa é a única alternativa da república às forças cegas, elementares, erráticas, descontroladas, divisionistas e polarizantes da globalização. Parafraseando o estudante esperançoso e cheio de vida que se transformaria em Karl Marx, só as mariposas noturnas consideram a lâmpada doméstica um substituto satisfatório para o sol universal. Quanto mais cerradas as persianas mais fácil será perder a alvorada. Além disso, o sol não pode deixar de se pôr mesmo sobre os mais poderosos dos impérios, mas com toda certeza nunca se põe sobre o planeta dos homens [e das mulheres]

No plano dos grupos focais e de discussão, o tema participação foi um dos que mais entusiasmaram os en-

trevistados, estimulando longas discussões, sugerindo a razão de ser de muitas organizações. Tal interesse está de acordo com o estatuto dos participantes: os que se declaram como militantes (38,1%) são significativos quer entre os delegados (40,7%) quer entre não delegados (31,4%).

Os grupos que arbitrariamente classificamos como grupos identitários – movimento negro, ciganos, indígenas, jovens feministas, LGBT e povos de terreiro – tendem a sugerir formatações singulares, temas próprios, sublinhando que a identificação passa também por minimizar outras identidades já historicamente solidificadas como organizações políticas, embora convencionais, como os grupos relacionados a partidos. Enquanto isso, os grupos que classificamos como temáticos – a exemplo dos ambientalistas – tendem a se orientar por discursos mais centrados no seu foco de atuação, também, mas não delineiam com tanto rigor separações entre formas organizacionais.

Entretanto, por mais fortes que sejam, tendências não dão conta da riqueza e pluralidade de discursos, de como no próprio grupo se configura a diversidade de experiências e de imaginário, de idealizações.

Adverte-se ser corrente entre os entrevistados admitir que na mesma

Reconhecem a contribuição da geração 64/68 – não só para a história do Brasil, mas também para as formas atuais de organização. Ao mesmo tempo, afirmam que os tempos são outros, e que a juventude vem surpreendendo com sua criatividade e diversidade de bandeiras.

organização combinam-se frentes de lutas e que vários militantes se orientam por diversas inscrições, combinando estar em partidos, movimentos clássicos – como estudantis e de formação sindical – e grupos político-culturais – como o hip-hop, o movimento negro, o movimento feminista, o LGBT ou a frente ambientalista, dentre outros. Embora não dissolva lealdades, tal orientação questiona, insiste-se, uma dicotomia comum em análises sobre participação, qual seja aquela entre formas tradicionais e novas formas de fazer política (estar em ONGs e movimentos sociais ou estar em partidos).

Na pesquisa quantitativa, 36,2% selecionaram a assertiva “a geração dos anos 60 e 70 teve uma maior participação política que os jovens da geração atual”. Mas é mais complexo e diversificado o quadro esboçado a partir dos depoimentos

Adverte-se ser corrente entre os entrevistados admitir que na mesma organização combinam-se frentes de lutas e que vários militantes se orientam por diversas inscrições, combinando estar em partidos, movimentos clássicos – como estudantis e de formação sindical – e grupos político-culturais – como o hip-hop, o movimento negro, o movimento feminista, o LGBT ou a frente ambientalista, dentre outros.

nos grupos focais. No nosso roteiro de questões encontrava-se a comum comparação entre participação nos anos 60/70 e nos dias de hoje, mas muitos entrevistados, sem estímulo dos pesquisadores, levantaram essa modelagem discursiva, recusando codificações sobre juventudes. Assim, reconheciam a grande contribuição da geração 64/68 – isto é, dos movimentos de resistência e reconstrução da democracia nos anos de chumbo – não somente para

a história do Brasil, mas também para as formas atuais de organização. Ao mesmo tempo, afirmavam que os tempos são outros, e que a juventude vem surpreendendo com sua criatividade e diversidade de bandeiras.

Os quadros seguintes ilustram a diversidade de posições sobre o tema da comparação entre gerações quanto à participação, e, ainda, sobre o que se entende por participação:

QUADRO 1 – COMPARANDO GERAÇÕES DE JOVENS

1) Em outras épocas a juventude teve um papel decisivo na história deste país. Muita gente foi para a rua e lutou contra o militarismo. Hoje está faltando aquela vontade, aquele sonho. Falta aquela meta de tentar mudar alguma coisa. Isso tem de ser mudado. Trazer bandeiras para os jovens, trazer de novo perspectivas, sonhos (Grupo Focal, jovens do PMDB);

2) A mesma juventude que existia em 68 existe agora. A questão é que essa mesma juventude em 68 era considerada como classe, a partir do movimento estudantil – a classe dos estudantes. Hoje nós não temos a juventude caracterizada como classe, mas como setor, assim como ocorre com outros segmentos. Hoje a sociedade é trabalhada em setores: as mulheres são um setor; os povos tradicionais são um setor; o povo negro outro setor, e a juventude também se encaixa nesse sentido; assim como todos os setores são importantes, temos identidades (Grupo Focal, Juventude Petista);

3) A década de 70 era um momento de que a juventude participava de fato por ter uma presença maior no Estado, na educação. As pessoas se sentiam construtoras da escola, construtoras da universidade. Hoje o jovem se sente angustiado na universidade. Havia um interesse maior na realização de mu-

danças no Estado. Hoje tem o movimento negro, o movimento de gays, mas nos anos 70 o que mais se cita é o estudantil, porque grande parte dos jovens [ativistas] estava nas escolas e nas universidades. Na década de 80, essa juventude está sendo reconstituída porque ela foi bastante reprimida. O Estado, a ditadura, entenderam que para dar sequência àquele projeto era necessário reprimir quem mais se contrapunha. Não é à toa que, em determinados momentos da história, as principais organizações de luta e enfrentamento à ditadura militar foram as entidades estudantis. Não foram os sindicatos, não foram os trabalhadores. Aí que a UNE comparecia. Na década de 90 a juventude passa a não pensar mais coletivamente. Passa a buscar saídas individuais: “Eu vou cuidar da minha vida, senão o tempo passa e eu perco a minha situação.” “Eu tenho que estudar, tenho que trabalhar, tenho que me formar”. Mas percebo que aquela [perspectiva] vai sendo retomada a partir do governo Lula. Não que seja o governo ideal, mas minimamente deu abertura para uma discussão, para uma participação da juventude. Então hoje eu vejo um retorno da juventude às preocupações com o Estado. É um impacto de 20 anos de opressão. Hoje você tem a falta de emprego, você tem a violência, você tem uma série de outros fatores (Grupo Focal, UNE);

4) A conjuntura que o Brasil vive hoje talvez não permita certas atitudes que se tinha nos anos 70. Hoje a gente está vivendo em outro patamar na história brasileira, com questões bastante parecidas, porém em outro patamar político. No entanto, eu vejo que a juventude participa sim, eu acho que a juventude participa tanto que hoje a gente tem uma Conferência de Políticas Públicas, porque justamente é uma demanda da juventude (Grupo Focal, CONTAG);

5) A geração de 60 e 70 era mais revolucionária. A gente sabia quem era o inimigo, hoje é muito mais complicado. Para a gente da CUT, por exemplo, era muito fácil quando era o FHC. Aí a gente tinha a clareza sobre o projeto neoliberal sendo implementado, o FHC era figura central e pau no FHC. Quando o Lula entra, com muitas bandeiras, com muitos incrementos iguais ou até piores em alguns pontos, o quê que a gente faz? Então esse processo é muito difícil. Mas agora eu tenho clareza de que não é como coloca a mídia, ou o senso comum, de que os jovens de 60 e 70 eram cidadãos politizados que estavam na rua e que o jovem de hoje não quer nada com nada. Isso é mentira, tanto que está acontecendo a Conferência Nacional de Juventude. E muitos jovens não puderam vir porque não tinha espaço, eram 400 mil. Então isso refuta toda aquela

Cont. Quadro 1

⇒ história de que a juventude de hoje não é politizada. Se for comparar a militância da juventude de hoje com a de antes vai ver que é a mesma, mas não no mesmo contexto (Grupo Focal, CUT);

6) Não tem diminuído a participação dos jovens em partidos políticos; tem um grande percentual da juventude nos partidos de esquerda. Inclusive esse é o segmento que mais cresce. Agora... Tem outras questões

de fundo: será que é o mesmo tipo de participação da década de 60/70, que era pelas grandes causas? Não necessariamente a polêmica está em ser ou não ser partidário, até porque muitos jovens hoje se interessam; os partidos políticos têm investido em quadros jovens atuando em diversos movimentos. Hoje é outra dinâmica, são outras demandas da vida, outras formas de organização. E, nesse contexto, a juventude também responde às demandas que estão

postas. Não dá para se organizar hoje com a forma de 30 anos atrás (Grupo de Discussão, movimento negro);

7) O importante que se conquistou na geração passada foi a liberdade de expressão. Agora, além da liberdade de expressão, a gente precisa de oportunidades para que essas pessoas carentes cheguem num patamar de conquistar seus ideais, de dar um futuro melhor para seus filhos. (Grupo Focal, CUFA).

QUADRO 2 – O QUE SE ENTENDE POR PARTICIPAÇÃO

1) O “tchan” para a militância é o primeiro passo por um sentimento de mudança. É o inconformismo, é você se indignar. Aí eu invoco as palavras do comandante Che Guevara que diz que, se você é capaz de tremer de indignação diante das injustiças do mundo, então somos companheiros. Parte daí essa diferença. O militante, ele está cansado dessa realidade que nós temos por aí (Grupo Focal, União da Juventude Socialista);

2) Há diversas formas de participação e, claro, todo mundo que começa a participar, por exemplo, de um movimento cultural, seja ele ou não político, está na política. Pode não ser partidária, mas é política. Ele quer introduzir o jovem no esporte, na cultura, na dança, nas tradições brasileiras promovendo a cultura brasileira – tem todo um ativismo que não necessariamente é político-partidário. E tudo isso é válido. A participação da juventude é participação porque contribui de uma forma positiva para a sociedade. Eu acho que é nesses pontos que a juventude contribui com a participação (Grupo Focal, UBES).

3) [Participação] é quando a própria juventude constrói. Ela não participa de algo que

fizeram para ela. Ela é receptiva e também construtora da política. Eu me sinto construindo a política de juventude, a política do Brasil, a política de nós, trabalhadores e trabalhadoras rurais. Sinto-me construtora, atora de nossas políticas e de nossos direitos (Grupo Focal, CONTAG);

4) Participação para mim é paixão, é vir atrás para participar. É construção, mas não é construir as respostas, é construir as perguntas. E a terceira coisa é o compromisso: a gente só ajuda no processo de participação naquilo que apaixonou a gente, que a gente ajudou a pensar o porquê, pra quê e onde, e aí eu acho que o compromisso traz o processo de participação. Para mim, participação é isso (Grupo Focal, CUT);

5) Participar? Acho que participar é construir. Você participa quando você constrói algo, quando você tá fazendo um ato que pode ser benéfico ou até maléfico, mas que você construiu. Quando você constrói você cresce e acho que participar é construir e crescer tanto pessoalmente quanto por reconhecimento dos outros, em todos os aspectos (Grupo Focal, quilombolas);

6) Participação é estar em espaços como

este, estar nestas conferências e sempre ter ciganos e mais ciganos. Estamos aqui em poucos, são no máximo oito ciganos. E só no Brasil somos mais ou menos um milhão de ciganos. Nem meio por cento dos ciganos estão sabendo desta Conferência e dos direitos deles. Muitos são analfabetos, não têm experiência de nada. Muitos moram em barraca, sem acesso a nada (Grupo Focal, ciganos);

7) Para discutir participação política tem um termo sociológico, interação social, que é básico. Toda sociedade tem interação social. Mesmo quando você se isola da sociedade você está interagindo, na medida em que você está rejeitando a sociedade. Eu associo interação social com participação política, para mim é a mesma coisa. Aí poderia desembocar no quê? Existe uma participação política negativa e uma positiva, vamos tentar colocar na cabeça dos jovens uma participação política mais ativa. Eu acho que o conceito que tem que ficar para todo jovem é que qualquer ação dele, mesmo quando ele está sendo passivo e não está fazendo nada, é participação política. Não participar é também participar politicamente (Grupo Focal com jovens gestores municipais).

* **MARY GARCIA CASTRO** é socióloga, professora aposentada da Universidade Federal da Bahia e professora dos mestrados em Família na Sociedade Contemporânea e Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica de Salvador, além de membro da diretoria da União Brasileira de Mulheres (UBM) e do Conselho Consultivo do CEMJ. **MIRIAM ABRAMOVAY** é pedagoga e socióloga, mestre em Educação (PUC-SP). Coordenou diversas pesquisas e avaliações da UNESCO e foi consultora do Banco Mundial e da UNICEF. Membro do Conselho Nacional de Juventude de agosto de 2005 a janeiro de 2008, é atualmente pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Identities e Cidadania (NPEJI/UCSAL - CNPq) e coordenadora do setor de pesquisas da RITLA (Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana).

NOTAS

(1) O livro pode ser enviado sem custos pela RITLA. Escreva para aleniciasousa@ritla.org.br.

(2) Sobre políticas de redistribuição e de reconhecimento consultar, entre outros, CASTRO, Mary Garcia. “Migrações Internacionais e Direitos Humanos e o Aporte do Reconhecimento”. In: REMU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, ano XVI, nº 31, 2008, pp. 7-36; MATTOS,

Patrícia. A Sociologia Política do Reconhecimento: As contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Annblume, 2006; FRASER, Nancy and HONNETH, Axel. Redistribution or recognition? A Political Philosophical Exchange. Londres: Verso, 2003.

(3) BAUMAN, Zygmunt. Em Busca da Política. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2000.

O amanhecer deixou de ser uma tentação

- A epopeia da Juventude Sandinista na Nicarágua -

Luciano Rezende Moreira*

O dia 19 de julho de 2009 foi efusivamente comemorado na Nicarágua. Ele marcou a passagem dos 30 anos da Revolução Popular Sandinista, feito de grande significação histórica para esse país e toda a esquerda latino-americana e mundial. Um fato histórico que contou com imenso protagonismo da juventude.

Nas festividades, a Juventude Sandinista, também conhecida como Juventude 19 de Julho (JS-19 de Julio) – em referência à data da Revolução ocorrida no ano de 1979 –, tomou as ruas para rememorar a saga que se iniciou há muitas décadas e que tem hoje sua continuidade no governo do presidente Daniel Ortega, histórico líder da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

A Juventude Sandinista é a organização juvenil da FSLN e tanto seus organismos quanto seus membros aceitam os princípios e o programa da Frente. Mesmo assim, é importante destacar que a formação dessa juventude antecede a própria fundação da FSLN. Ou seja: a JS é herdeira da longa trajetória de lutas de uma juventude que ousou resgatar o nome de Augusto Nicolás Calderón (César) Sandino, ou simplesmente Sandino, e tomá-lo como referência no prosseguimento da campanha pela libertação nacional, erguendo bem alta a bandeira rubro-negra.

Força propulsora do governo de Daniel Ortega, que retomou o poder pela via eleitoral, a JS destaca-se fortemente em diversas atividades sociais, no movimento estudantil e na atuação internacionalista. Em um passado não tão longínquo, entre-

*"Hoy el amanecer dejó de ser una tentación
mañana algún día surgirá un nuevo sol
que habrá de iluminar toda la tierra
que nos legaron los mártires y héroes
con caudalosos ríos de leche y miel"*

(Trecho do Hino da Unidade Sandinista,
de Carlos Mejía Godoy)



Membros da Juventude Sandinista

A Juventude Sandinista é a organização juvenil da FSLN e tanto seus organismos quanto seus membros aceitam os princípios e o programa da Frente. Mesmo assim, é importante destacar que a formação dessa juventude antecede a própria fundação da FSLN.



Manifestação liderada
por militantes da
Frente Sandinista

tanto, sua intervenção política era bem diferente da atual: a JS precisou pegar em armas para derrotar a ditadura.

Prelúdio de uma história de heroísmo em prol da libertação nacional

Constituída em 1961 por jovens como Carlos Fonseca Amador, Silvio Mayorga, Tomás Borge e outros revolucionários nicaraguenses, a Frente de Libertação Nacional adota, já em

1963, o nome da lendária figura de Sandino, alvo de uma torpe e prolongada campanha de desmoralização patrocinada pela classe dominante local. Passa então a intitular-se Frente Sandinista.

O jovem General Sandino havia morrido 27 anos antes, em 21 de fevereiro de 1934, quando contava 39 anos de idade, vítima de uma emboscada orquestrada por Anastasio Somoza García, então chefe da temida Guarda Nacional. Regressava de um jantar com o presidente Juan

Bautista Sacasa na Casa Presidencial quando foi traído e executado friamente a mando do imperialismo ianque, o qual tanto combateu com seu Exército Defensor da Soberania Nacional da Nicarágua, composto majoritariamente por jovens camponeses pobres que se entregaram à luta de guerrilhas entre as Segóvias (montanhas) do país.

Com a morte de quem havia organizado a resistência contra a intromissão norte-americana, junto a tantos outros patriotas que tombaram vítimas do terror da Guarda Nacional local e dos *marines*, Somoza se tornaria, já em 1936, presidente da Nicarágua, contando com o apoio direto dos Estados Unidos. Iniciava-se mais uma ditadura que só terminaria com a tomada do poder pela FSLN em 1979.

A imagem de Sandino difundida pelas classes dominantes era a de um bandoleiro ou bandido comum que merecera ser exterminado. O salteador de ontem é o pretenso terrorista de hoje, invocado para justificar o aniquilamento de muitos anti-imperialistas pelos EUA. Mudam-se as acusações, permanece o método.

O protagonismo juvenil na formação da Frente de Libertação Nacional

Em março de 1959 é criada a Juventude Democrática Nicaraguense (JDN), por iniciativa dos futuros líderes da FSLN, sobretudo Carlos Fonseca e Silvio Mayorga. No final desse mesmo ano a entidade desaparece para dar lugar à Juventude Revolucionária Nicaraguense (JRN). A JRN não chegou a ser influente dentro do país, embora gozasse de prestígio nos centros de exílio nicaraguenses em Cuba, México e Costa Rica. A partir daí, estabelece contato com a Juventude Patriótica Nicaraguense (JPN), vinculada ao Partido Conservador, que abrigava em suas fileiras o jovem Daniel Ortega e outros importantes líderes futuros da FSLN.



Cartaz estampa foto de Augusto Sandino

Em 1960 a JPN agita o país com uma série de mobilizações em distintas cidades. São protestos contra a ditadura e em oposição à crescente repressão patrocinada pelo somozismo, sobretudo após as manifestações estudantis de apoio ao novo governo cubano que acabara de despojar do poder o ditador Fulgencio Batista. No início de 1961 surge a organização embrionária do que viria a ser a Frente de Libertação Nacional (FLN), o Movimento Nova Nicarágua. Esse agrupamento estabeleceu bases em algumas cidades do país, embora seu quartel-general ficasse em Honduras. Em pouco tempo o Nova Nicarágua dissolveu-se para dar lugar à FLN.

Carlos Fonseca mais tarde diria que “a Frente não nasceu de uma assembleia ou de um congresso, nem sequer lançou um manifesto anunciando sua criação. Tampouco apresentou um programa. Na constituição da Frente primeiro existiu a ação. A partir daí, baseada em suas primeiras experiências, ela foi se formulando e reformulando... A Frente é um produto genuíno da história popular da Nicarágua”. De fato, a formação da Frente, fortemente impelida por uma necessidade histórica impostergável, não contou em seu início com um processo teórico ou organizativo mais definido. Ao contrário disso, teve um forte viés voluntarista, fato que contribuiria para alguns reveses no futuro. A FSLN foi gestada, no entanto, no calor dos embates.

Pátria livre ou morrer

Inspirados na jovem Revolução Cubana – que dava seus primeiros passos – e movidos pelo exemplo de Sandino, Fidel e Che, que apostaram na tática da guerrilha nas montanhas com o apoio do campesinato, a FSLN adotaria um rumo semelhante, investindo na guerrilha rural apoiada pelos camponeses, visando a uma insurreição geral para derrotar a ditadura somozista. No início predominava, portanto, a tática “foquista”.

Entretanto, em função de alguns reveses políticos e derrotas militares, a guerrilha não vingou. Como afirmou Tomás Borge em entrevista de 1979, “a guerrilha não prosperou. Em verdade, porque a guerrilha era muito atrasada. Não havia conhecimento do terreno, não havia linhas logísticas de abastecimento, não existiam condições para que uma guerrilha pudessem avançar”.

Entre 1963 e 1967 a FSLN se posiciona com uma política mais voltada às alianças e mais próxima do trabalho da esquerda tradicional. Nesse período, em que se aproxima das massas populares, é fundada a Frente Estudantil Revolucionária (FER), entidade que atuou no marco legal do movimento estudantil (mesmo assim duramente reprimida). A FER foi uma espécie de braço estudantil da FSLN para organizar os estudantes e demais jovens urbanos das principais cidades, tanto das universidades como das escolas secundárias. Todavia, a tática de luta predominante ainda era o foquismo.

Com o passar dos anos a FSLN foi sendo cada vez mais identificada por todos os setores da sociedade como força de oposição à ditadura somozista. A juventude cada vez mais admirava os comportamentos heróicos da FSLN – que lutava em condições de inferioridade contra a Guarda Nacional – e se incorporava à luta revolucionária antiditatorial.

A FSLN vai ganhando cada vez mais adeptos, em sua maioria jovens que se incorporavam às fileiras guerrilheiras. A partir daí vão sendo constituídas diversas frentes de combate, até que em 1979 é firmado um acordo pela unidade que seria o grande desenlace para a tão clamada libertação nacional. Em junho é chamada a ofensiva final com uma greve geral. Em 19 de julho a FSLN entra em Manágua pondo fim à ditadura dos Somoza e dando início à Revolução Sandinista, assumindo o país através da Junta de Governo de Reconstrução Nacional.

Estudo, defesa, produção

Ao comemorar os 30 anos da chegada ao poder, a Juventude Sandinista se destaca na atualidade em diversas frentes de atuação, todas em defesa da Revolução. Essa mesma Revolução que sofreu um profundo golpe nas eleições de 1990, quando Violeta Chamorro venceu o então candidato Daniel Ortega, da FSLN – que, após um esforço de reposicionamento, retornaria ao poder 16 anos depois, nas eleições de 2006.

Foi justamente esse mimetismo – essa enorme capacidade de adaptar sua ação política face a diferentes situações – o fator fundamental para a sobrevivência do trabalho juvenil da FSLN, que tem revelado uma boa compreensão dialética da política em jogo.

Mesmo com diferentes táticas para cada momento histórico (inclusive algumas equivocadas), a bandeira da JS, que leva o lema “estudo, defesa, produção”, nunca foi arriada e tampouco deixou de tremular.

Essa mesma organização, que não hesitou em recorrer às armas quando foi necessário, hoje se empenha pelo êxito de variadas missões de solidariedade e trabalhos de incentivo ao voluntariado. São inúmeras brigadas juvenis se revezando em serviços que vão da troca de lâmpa-

A experiência da JS atesta não haver contradição entre práticas políticas como a militância partidária tradicional e ações no âmbito do chamado voluntariado social.



Militantes da FSLN durante a década de 1980

das em postes públicos (visando à economia de energia) até trabalhos como construção e reparação de casas e escolas, sejam as atingidas por furacões, sejam aquelas esquecidas por quase duas décadas pelos governos neoliberais. Além disso, são lideradas campanhas de solidariedade internacional, pela erradicação do analfabetismo, pela elevação da cultura e pelo incremento da produção agrícola, entre tantas outras que se somam ao objetivo central de defesa do chamado Poder Cidadão.

Por tudo isso, esses jovens situados em um pequeno e bravo país da América Central se tornaram referência para toda a juventude latino-americana. A Juventude Sandinista mostra como se pode e deve adaptar a tática para, a serviço da estratégica, alcançar os objetivos propostos.

E mais: a experiência da JS atesta não haver contradição entre práticas políticas como a militância partidária tradicional e ações no âmbito do chamado voluntariado social. Essa constatação baseia-se em um longo processo de aprendizado aliado à prá-

tica revolucionária, como também na exigência histórica de incorporar um grande contingente de jovens, com variadas aptidões, mas com um único ideal: o de levar adiante o ideário de Sandino – Pátria e liberdade! 🗳️

* **LUCIANO REZENDE MOREIRA** é doutorando em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa. Ex-presidente da Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG), foi também diretor executivo da Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes (OCLAE).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGE, Tomás. **Carlos, el amanecer ya no es una tentación**. Editorial Nueva Nicaragua.

HARNECKER, Marta. **Pueblos en armas**. Editorial Nueva Nicaragua.

NÚÑEZ, Orlando. **La oligarquía en Nicaragua**. Managua: CIPRES, 2006.

ORTEGA, Daniel et alli. **Nicarágua: Por uma cultura revolucionária**. São Paulo: Hucitec, 1987.

SELSER, Gregorio. **General de Hombres Libres**. Buenos Aires: Educa, 1980.

Juventude@Juventude.br

A partir desta edição, **Juventude.br** passa a divulgar ações e projetos relacionados à juventude, de âmbito nacional, desenvolvidos pelo poder público e/ou pela sociedade civil organizada. A idéia é apresentar dicas sobre projetos de interesse público, que tenham hot site e possuam apelo participativo e caráter democrático.



Marco Civil para Internet no Brasil

O Ministério da Justiça, por meio de sua Secretaria de Assuntos Legislativos, lançou no último dia 29 de outubro um processo de consulta pública para a construção colaborativa de um marco civil para a Internet no Brasil. A iniciativa tem por objetivo receber demandas e opiniões da sociedade a respeito do tema, que venham a contribuir com o texto legislativo que irá regulamentar a matéria no Brasil. A consulta, realizada por meio da Internet, pode ser acessada pelo endereço <http://culturadigital.br/marcocivil/>



Estatuto da Juventude no E-democracia

Com vistas a ampliar a interação com a sociedade, a Câmara dos Deputados criou o E-democracia, um portal de discussão virtual com o objetivo de promover debates e compartilhamento de conhecimentos no processo de elaboração de políticas públicas e projetos de lei de interesse estratégico nacional. Uma das comunidades é a do Estatuto Nacional da Juventude. Lá você encontra a proposta apresentada pela Comissão Especial sobre Estatuto da Juventude, com relatoria da Dep. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS), e pode participar dos fóruns de debate da proposta. O endereço é www.edemocracia.camara.gov.br/



Portal Memórias Reveladas

Se você quer conhecer a história do Brasil, especialmente durante o período da ditadura militar, tem que acessar a página do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República e implantado no Arquivo Nacional com a finalidade de reunir informações sobre os fatos da história política recente do País. Lá você pode entrar em contato com publicações digitais, arquivos multimídias (incluindo documentários) e exposições virtuais. Acesse no endereço www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/

